

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MESTRADO

TALITA LÚCIA LAMB

MIGRAÇÕES DE JOVENS RURAIS E FORMAÇÃO SUPERIOR: O CASO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL *CAMPUS* REALEZA – PR

TOLEDO/PR

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MESTRADO

TALITA LÚCIA LAMB

MIGRAÇÕES DE JOVENS RURAIS E FORMAÇÃO SUPERIOR: O CASO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL *CAMPUS* REALEZA – PR

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Linha de Pesquisa “Cultura, Fronteiras e Identidades”, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* Toledo.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Antônio
Colognese

TOLEDO/PR

2017

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

L218m Lamb, Talita Lúcia
Migrações de jovens rurais e formação superior: o caso da Universidade
Federal da Fronteira Sul, Campus Realeza - PR / Talita Lúcia Lamb.--
Toledo, PR : [s. n.], 2017
122 f.: il. (algumas color.), fig., grafs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do
Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais e Humanas.

1. Ciências sociais - Dissertação 2. Educação (Superior) - Paraná 3.
Migração rural - urbana - Paraná 4. Juventude rural - Educação - Paraná 5.
Juventude rural - Paraná - Condições sociais 6. Representações sociais I.
Colognese, Silvio Antônio, orient. II. T

CDD 20. ed. 305.23098162

TALITA LÚCIA LAMB

**MIGRAÇÕES DE JOVENS RURAIS E FORMAÇÃO SUPERIOR: O CASO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL *CAMPUS* REALEZA – PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Linha de Pesquisa “Cultura, Fronteiras e Identidades” Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em 21 de março de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese (Orientador)
UNIOESTE – Toledo

Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin
UNIOESTE - Toledo

Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw
UFFS – Realeza

**Dedico esta Dissertação aos jovens rurais alunos da UFFS Realeza.
Aos pais Maria de Lourdes e Adilson, ao esposo Emerson.**

AGRADECIMENTOS

Gratidão...

A Deus, que na possibilidade da minha fé, se faz presente!

A mãe Maria de Lourdes e ao pai Adilson Alberto, dos quais tenho profunda admiração, pelos ensinamentos, principalmente pelos exemplos. Obrigada por todos os apoios e pela segurança da certeza de poder contar com vocês sempre, em qualquer situação.

Ao esposo Emerson Patri, amigo e companheiro, a todas as compreensões e colaborações, a todo incentivo dado, especialmente o de ter encontrado a seleção deste programa de Mestrado e ter vivido comigo o passo a passo dessa trajetória, uma vez que, vivemos juntos nossos projetos, e neste, sua participação foi essencial.

Aos demais familiares e amigos, que de alguma maneira se fizeram presentes ou foram “respingados” pela minha experiência no Mestrado, ouvindo as frases recorrentes “vou estudar”, “preciso estudar”, “estou estudando”...

Aos colegas de trabalho da Secretaria Municipal de Assistência Social de Bela Vista da Caroba que me apoiaram de alguma maneira, e que na minha ausência, dispuseram-se a colaborar.

A amiga e colega Mariza, a mente brilhante que criou o programa para a sistematização dos dados e me ouviu, ouviu e ouviu...

Ao Professor Orientador Dr. Silvio Antônio Colognese, por acreditar na minha proposta, em sua atenção, paciência, comprometimento e ensinamentos, fundamentais para a construção deste trabalho, o meu agradecimento, admiração e respeito. Aos demais Professores do Mestrado pela oportunidade de fazer parte do programa e pelo compartilhamento de suas experiências que acrescentaram muito à “vida” e à vida acadêmica. A Secretária Marilucy pela atenção, paciência e preocupação dispendidas.

Aos colegas da turma, pelos apoios, divertimentos, trocas de experiências, enfim, pelo convívio “das adversidades às alegrias”, foi bom poder estar com vocês. Em especial à Camila e Danielle, vocês deixaram as viagens à Toledo muito especiais, e em consequência, as estadias também!

Aos representantes da UFFS Realeza que também colaboraram decisivamente para o andamento e construção deste trabalho de pesquisa, agradeço, à pessoa do Diretor Professor Dr. Antônio Marcos Myskiw, que se estende ao Diretor Acadêmico e Coordenadores dos Cursos de Graduação pelo apoio ao desenvolvimento da pesquisa de campo junto ao *campus*

Realeza. Aos Professores pela cedência do espaço das aulas que possibilitou o contato com os alunos e especialmente a eles, alunos, jovens rurais que se dispuseram a participar da pesquisa.

A todos que de alguma maneira se fizeram presentes no decorrer desta construção coletiva!

LAMB, T. L. **Migrações de jovens rurais e formação superior**: o caso da Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus Realeza* – PR. 2017. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Nível de Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus Toledo*.

RESUMO

A dissertação tem como tema a migração de jovens rurais que frequentam o ensino superior no interior do Estado do Paraná. O objeto de pesquisa são jovens rurais que frequentam o ensino superior na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *Campus Realeza* PR. O objetivo é identificar e analisar as relações possíveis existentes entre as representações sociais destes jovens rurais sobre processos migratórios e a formação superior na referida universidade. Considera-se que o fato de o jovem permanecer ou sair do meio rural relaciona-se também (embora não exclusivamente) à forma como ele representa essa decisão. Neste sentido, acredita-se na possibilidade de identificar tendências sobre processos migratórios de jovens rurais a partir das representações sociais destes sujeitos. Para a consecução da proposta foi utilizada pesquisa de campo, com coleta de dados através da técnica de questionário, os quais foram aplicados aos jovens rurais que frequentam os anos iniciais e finais dos cursos de graduação da UFFS, tendo em vista a verificação comparativa das variáveis através do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude Rural; Ensino Superior; Representações Sociais; Migração.

LAMB, T. L. **Rural youth migrations and higher education:** the case of the Federal University of Southern Frontier Campus Realeza - PR. 2017. Dissertation (Graduate Program in Social Sciences Master's Degree) - State University of Western Paraná - Campus Toledo.

ABSTRACT

The dissertation focuses on the migration of rural youths who attend higher education in the interior of the State of Paraná. The research object is rural young people who attend higher education at the Federal University of Southern Frontier (UFFS) Campus Realeza PR. The objective is to identify the possible relations existing between the social representations of these rural youngsters about migratory processes and the higher education in that university. It is considered that the fact of young people stays or leaves the rural environment is related (although not exclusively) to the way in which he represents this decision. In this sense, we believe in the possibility of identifying trends in migratory processes of rural young people based on the social representations of the subjects. In order to achieve the field research proposal, with data collection for the questionnaire technique, which were applied to the rural young people who attend the initial and final years of UFFS undergraduate courses, with a view to comparing the variables through of the time.

KEYWORDS: Rural Youth; Higher Education; Social Representations; Migration.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| FIGURA 01 – Município de Realeza – Sudoeste Paranaense | 16 |
| FIGURA 02 – UFFS <i>Campus</i> Realeza | 16 |
| FIGURA 03 – Mesorregião Sudoestes Paranaense – Paraná | 20 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| GRÁFICO 01 – Distribuição dos alunos por sexo | 62 |
| GRÁFICO 02 – Características dos jovens de fase inicial | 65 |
| GRÁFICO 03 – Rendas médias dos jovens de fase inicial | 66 |
| GRÁFICO 04 – Características dos jovens de fase final | 68 |
| GRÁFICO 05 – Rendas médias dos jovens de fase final..... | 69 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 01 – População residente por situação do domicílio segundo os municípios da Mesorregião Sudoeste Paranaense – 2010 | 23 |
| TABELA 02 – População rural de 15 a 29 anos por década e microrregião que compõe o Sudoeste Paranaense | 35 |
| TABELA 03 – Distribuição dos questionários por curso superior e fase | 60 |
| TABELA 04 – Distribuição dos alunos por curso superior e local de moradia | 63 |
| TABELA 05 – Comparação dos estabelecimentos agropecuários entre os jovens rurais que acreditam ser viável e os que não acreditam ser viável a permanência ou o retorno ao meio rural..... | 99 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 A UFFS ENQUANTO POSSIBILIDADE DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE | 14 |
| 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UFFS <i>CAMPUS</i> REALEZA PR | 14 |
| 1.2 O PREDOMÍNIO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPAÇO DE INSERÇÃO DA UFFS REALEZA | 20 |
| 2 JUVENTUDE RURAL E MIGRAÇÃO | 26 |
| 2.1 A JUVENTUDE RURAL | 26 |
| 2.2 O FENÔMENO MIGRATÓRIO NO MEIO RURAL | 32 |
| 2.3 MIGRAÇÕES DE JOVENS RURAIS: O CONTEXTO EM QUESTÃO | 37 |
| 2.4 PROCESSOS MIGRATÓRIOS E SUA RELAÇÃO COM AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS | 41 |
| 2.5 ENSINO SUPERIOR E REPRESENTAÇÕES DE JOVENS RURAIS SOBRE MIGRAÇÃO | 50 |
| 2.6 A MIGRAÇÃO DE JOVENS RURAIS E A UNIVERSIDADE | 55 |
| 3 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS RURAIS DA UFFS REALEZA SOBRE MIGRAÇÃO | 58 |
| 3.1 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA | 58 |
| 3.2 PERFIL DOS JOVENS RURAIS DA UFFS REALEZA | 61 |
| 3.2.1 Perfil dos jovens de fase inicial | 65 |
| 3.2.2 Perfil dos jovens de fase final | 67 |
| 3.3 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR | 72 |
| 3.4 A MIGRAÇÃO | 86 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 102 |
| REFERÊNCIAS | 108 |
| APÊNDICE 01 | 118 |
| APÊNDICE 02 | 119 |

INTRODUÇÃO

No ano de 2009 foi criada a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS com vistas ao atendimento da demanda por educação superior federal na Mesorregião Grande Fronteira Mercosul que abrange o Noroeste do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina, e o Sudoeste do Paraná. Considera-se que a referida universidade é uma universidade pública e popular por ser fruto de grandes mobilizações sociais, inclusive com o envolvimento de segmentos de representação de trabalhadores rurais e da agricultura familiar.

As reivindicações pela universidade ocorreram concomitantemente a um período de abertura para a expansão das universidades federais no Brasil com vistas a promover a inclusão social pela educação. Em 2010 deu-se a constituição da comunidade acadêmica da UFFS e o início das atividades de ensino pesquisa e extensão, com *campus* nos municípios de Cerro Largo e Erechim (RS), Chapecó (SC) e Laranjeiras do Sul e Realeza (PR). Atualmente também há um *campus* da universidade em Passo Fundo (RS).

A universidade foi criada na perspectiva de desenvolver a região da Fronteira Sul com qualificação profissional, inclusão social e respeito às características locais, considerando a predominância da agricultura familiar, com vistas à permanência dos cidadãos na região e a assegurar o acesso ao ensino superior crítico, investigativo e inovador. Nesse sentido, os municípios escolhidos para abrigar os *campus* da universidade, são considerados locais de maior expressão para que esses objetivos sejam alcançados.

O presente estudo foi desenvolvido no *campus* Realeza, o qual prevê o atendimento da demanda do Sudoeste Paranaense e seu entorno. Essa mesorregião é caracterizada por constituir-se fundamentalmente de pequenos municípios e tem sua identidade fortemente ligada à estrutura rural de pequenas propriedades e à agricultura familiar. No entanto, os Censos Demográficos tem demonstrado uma queda gradativa na população rural em todo o país, ocorrendo no Sudoeste do Paraná o mesmo processo. Neste cenário, encontra-se a juventude rural, para os quais os processos migratórios são fenômenos recorrentes.

É nesse contexto que a juventude rural também se coloca como um desafio de pesquisa para as Ciências Sociais. Nesta dissertação, o tema abordado refere-se ao fenômeno das migrações de jovens rurais para o meio urbano, através de jovens rurais que frequentam os cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *Campus* Realeza PR. Pretende-se com a pesquisa, dar resposta ao seguinte problema: qual a relação existente entre as representações sociais destes jovens rurais da UFFS *Campus* Realeza PR sobre

migração para o meio urbano e a formação superior na referida universidade? Enquanto hipóteses de trabalho e como orientação deste percurso de pesquisa acredita-se que possam existir relações entre a inserção e a formação do jovem rural no ensino superior da universidade e suas representações sobre a opção pela permanência ou saída do meio rural.

Supõem-se assim que as representações sociais sobre processos migratórios entre os jovens rurais da UFFS *Campus Realeza* tendem a ser mais favoráveis para a permanência no meio rural quanto maior o período de formação dos sujeitos. Isto por que a implantação da UFFS teve como objetivo explícito contribuir para o desenvolvimento regional e para a permanência da população na região de sua abrangência, notadamente dos jovens rurais vinculados à agricultura familiar.

Diante do exposto, o objetivo central desta dissertação é verificar qual a relação existente entre as representações de jovens rurais sobre o processo de migração e sua inserção em cursos superiores da UFFS *Campus Realeza*. A possibilidade de identificar de que forma a inserção do jovem rural na universidade incide em suas representações sobre processos migratórios torna-se importante, pois acredita-se que o fato de o jovem permanecer ou sair do meio rural relaciona-se também à forma como ele representa essa decisão.

Estas representações podem ser importantes por que o processo migratório é um fenômeno complexo e com possibilidades de retornos e modificações ao longo de uma trajetória de vida de um jovem rural. Residir no meio rural ou migrar pode significar uma estratégia passageira ou uma contingência de retorno ao local de origem. Assim, a opção por trabalhar com representações sociais sobre migrações de jovens rurais se justifica uma vez que elas podem orientar tendências por permanência ou saída do meio rural. Estar residindo no meio rural ou no meio urbano muitas vezes é apenas uma estratégia momentânea, um ponto em uma trajetória de vida que segue. As representações destes jovens podem sugerir uma intencionalidade, uma direção nestas trajetórias que seguem ativas em suas vidas.

A apreensão destas representações demandou a combinação de diferentes procedimentos de pesquisa, notadamente qualitativos, complementados em alguns aspectos quantitativos. O estudo demandou a realização de pesquisa de campo, efetuada por meio da aplicação de questionários contendo perguntas abertas e fechadas. Foram aplicados 60 questionários com jovens rurais alunos dos cursos de graduação da UFFS *Realeza*, destes, 26 alunos em fase inicial e 34 alunos em fase final de graduação, tendo em vista a comparação das representações dos jovens através do tempo de formação na universidade. Todos os alunos das fases inicial e final dos cursos foram convidados a participar da pesquisa, uma vez

que a seleção dos sujeitos esteve relacionada ao pertencimento à realidade rural em algum momento da trajetória de vida.

Quanto à organização estrutural, esta dissertação é composta por três capítulos. No primeiro capítulo é realizada a caracterização do espaço de desenvolvimento da pesquisa, onde é apresentada a contextualização da UFFS e sua implantação no município de Realeza e também a caracterização do Sudoeste do Paraná.

No segundo capítulo é apresentado o referencial teórico relacionado à pesquisa. São abordadas referências acerca da categoria juventude e juventude rural e o fenômeno da migração rural/urbana que perpassa a realidade dos jovens rurais, bem como, o contexto em que se dão esses processos migratórios. Esse capítulo contempla ainda uma aproximação entre a questão das migrações de jovens rurais e as representações sociais, e a discussão acerca da variável ensino superior nas representações sobre migração, discussão a partir da qual surgiu o problema desta pesquisa.

O terceiro e último capítulo traz o arcabouço metodológico percorrido para o desenvolvimento da pesquisa e a apresentação, análise e discussão acerca das representações dos jovens rurais da UFFS *campus* Realeza sobre migração. Inicialmente é traçado um perfil dos jovens rurais com vistas a caracterizar a realidade vivenciada por estes, para a posterior apreciação das representações acerca do acesso desses jovens ao ensino superior na UFFS, correlacionando essas representações com os processos migratórios, para finalmente analisar as representações sobre as migrações.

1 A UFFS ENQUANTO POSSIBILIDADE DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UFFS *CAMPUS* REALEZA PR

A criação de uma universidade federal que abrangesse a Mesorregião Grande Fronteira Mercosul (municípios do noroeste do Rio Grande Sul, sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina) foi pauta de reivindicações por décadas. A referida mesorregião era timidamente assistida em relação ao acesso a ensino superior público, e em alguns espaços específicos, desassistida, então em 2005 entidades públicas, organizações não governamentais (ONG's) e movimentos sociais iniciaram o Movimento Pró-Universidade Federal. Na sequência, em 2006, um consenso junto ao Fórum da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul planejou um projeto único para a criação de uma universidade federal de abrangência para toda a mesorregião, quando também houve o envolvimento da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), da Via Campesina e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nas discussões referentes à reivindicação da universidade (UFFS, 2016). O envolvimento das representações de trabalhadores ligados à agricultura sinaliza o contexto que se faz presente nos municípios que compõem a referida mesorregião, com predominância de pequenas propriedades rurais, agricultura familiar, associado à exclusão dessas populações do acesso ao ensino superior público.

Coincidente com o período e com o contexto de reivindicação ora exposto estava o Plano Nacional de Educação (2000-2010) que previa em relação ao ensino superior a meta de estabelecer uma política de expansão de universidades federais a fim de diminuir as desigualdades de ofertas existentes entre as diferentes regiões do país (BRASIL, 2015) e nesse sentido, Stefano Moraes Demarco e Claudio Machado Maia (2013) apontam que pelas peculiaridades da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (predominância da agricultura familiar, modelo minifundiário de desenvolvimento) os jovens que buscavam avançar nos estudos e qualificarem-se, necessitavam arcar com altos custos de manutenção, incompatíveis para o modelo de economia desse espaço, o que acabava por excluir esses jovens do acesso a níveis mais elevados de ensino.

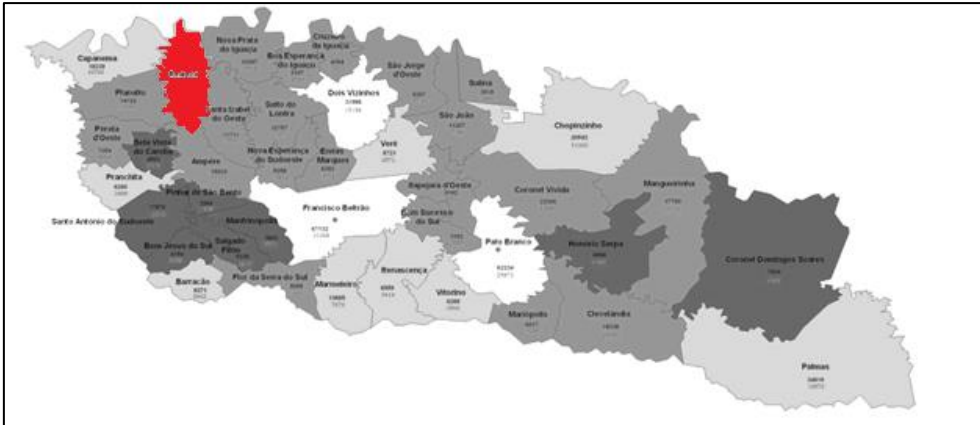
Alinhado ao Plano Nacional de Educação (2000-2010) foi elaborado pelo Governo Federal o Plano de Desenvolvimento da Educação, o qual previu entre os princípios

concernentes à educação superior, o de expandir a oferta de vagas, considerando que apenas 11% de jovens entre 18 e 24 anos acessavam o nível superior de ensino, o princípio de promover inclusão social pela educação, e o princípio de ordenação territorial a fim de que um ensino de qualidade fosse acessível às regiões mais remotas do país, ou até então excluídas desse acesso (BRASIL, 2007). A partir dessas sinalizações foi instituído através do Decreto nº. 6.096 de 2007, o REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, com o objetivo de criar condições para ampliar o acesso e a permanência na educação superior em nível de graduação (BRASIL, 2007). Enfim, o contexto exposto, em conjunto com as mobilizações populares, corroborou para a criação e implantação da UFFS. No ano de 2007 o Ministro da Educação da época, Fernando Haddad confirmou a criação da universidade, com as atividades integradas pelo Ministério da Educação, e a criação da Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional (UFFS, 2016).

Destaca-se que a sinalização da possibilidade de criação da universidade federal para a mesorregião, as discussões e o projeto, deram-se em grande medida, tendo em vista a mobilização popular, conforme afirmam José Eustáquio Romão e Adriana Salette Loss (2014, p. 150) “a UFFS foi a primeira universidade pública federal cuja criação deveu-se, diretamente, ao poder de mobilização e de convencimento público pelos movimentos sociais e pelas lideranças políticas e comunitárias”.

Diante desse contexto, através da Lei Federal nº. 12.029 de 15 de setembro de 2009, a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS foi criada, com vistas a efetuar sua inserção regional no norte do Rio Grande do Sul com *campi* nos municípios de Cerro Largo e Erechim, no oeste de Santa Catarina com *campus* no município de Chapecó e no sudoeste do Paraná e seu entorno com *campi* nos municípios de Laranjeiras do Sul e Realeza (BRASIL, 2015). A figura a seguir demonstra a localização geográfica do município de Realeza no Sudoeste do Paraná, sede de um *campus* da universidade.

Figura 01: Município de Realeza – Sudoeste Paranaense



Fonte: Amsop, 2016 (adaptado pela autora).

A constituição completa da comunidade acadêmica da UFFS ocorreu em 29 de março de 2010 com o início das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente, com seis anos de existência, a UFFS conta também com um *campus* no município de Passo Fundo no Rio Grande do Sul (UFFS, 2016). A figura a seguir refere-se ao *campus* da universidade em funcionamento no município de Realeza.

Figura 02 – UFFS *Campus* Realeza



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2017.

A escolha dos municípios para implantação dos *campi* se deu por serem considerados os locais de maior expressão para alcance do principal objetivo da nova universidade, de desenvolver a região da Fronteira Sul, com qualificação profissional, inclusão social e respeito às características locais, bem como, com ênfase para cursos vinculados à agricultura

familiar e pequenos negócios, principais características da mesorregião em questão (UFFS, 2016).

O perfil da Universidade Federal da Fronteira Sul caracteriza-se e configura-se como Universidade:

- pública e popular; - de qualidade, comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do Brasil; - democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais; - que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; - que tenha na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento;- que tenha como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente (UFFS, 2016).

Para o atendimento das necessidades da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, a UFFS possui como metas, promover o desenvolvimento regional integrado, com vistas à permanência dos cidadãos na região, assegurar o acesso ao ensino superior e desenvolver ensino, pesquisa e extensão a fim de assegurar um ensino crítico, investigativo e inovador, bem como, a interação entre as cidades e estados que compõem a Mesorregião em questão e seu entorno (UFFS, 2016).

Cumprir observar que o perfil e as metas, bem como os demais anseios pautados pela UFFS estão atrelados às características regionais de sua abrangência e ao objetivo de promoção de desenvolvimento regional, e a esse sentido, conforme UFFS (2016) também alinha-se o Projeto Pedagógico Institucional, cujos princípios norteadores das atividades da universidade são:

1. Respeito à identidade universitária da UFFS, o que a caracteriza como espaço privilegiado para o desenvolvimento simultâneo do ensino, da pesquisa e da extensão;
2. Integração orgânica das atividades de ensino, pesquisa e extensão desde a origem da instituição;
3. Atendimento às diretrizes da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, estabelecidas pelo Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, cujo principal objetivo é coordenar os esforços de todos os entes federados no sentido de assegurar a formação de docentes para a educação básica em número suficiente e com qualidade adequada;
4. Qualidade comprometida com a formação de cidadãos conscientes e compromissados com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País;
5. Democracia e autonomia, que respeitem a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.
6. Combate às desigualdades sociais e regionais,

incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade. 7. Confiança na agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento; 8. Valorização e superação da matriz produtiva existente como premissa; 9. Garantia de uma universidade pública e popular; 10. Comprometimento com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos (UFFS, 2016).

Conforme Demarco e Maia em análise da UFFS enquanto política pública em processo de implementação na perspectiva de uma construção social e de interesses regionais, afirmam (2013, p. 81):

[...] a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é o resultado do encontro das políticas federais com a reivindicação dos movimentos sociais, organizados em torno da ampliação do acesso à educação superior como direito básico e inalienável. O processo de descentralização da gestão da educação superior coloca possibilidades e desafios que devem ser assumidos de forma solidária. Os diferentes contextos dos municípios e regiões, com as suas particularidades, exigem políticas públicas capazes de responder adequadamente às distintas necessidades advindas dessa diversidade.

De acordo com dados disponibilizados pela secretaria acadêmica e coordenações de cursos da UFFS *campus* Realeza, no decorrer do segundo semestre do ano de 2016, identificou-se que o referido *campus* oferece os cursos de Ciências Biológicas (Licenciatura – 178 matrículas ativas), Física (Licenciatura – 67 matrículas ativas), Química (Licenciatura – 100 matrículas ativas), Letras: Português/Espanhol (Licenciatura – 103 matrículas ativas), Medicina Veterinária (Bacharelado – 255 matrículas ativas) e Nutrição (Bacharelado – 123 matrículas ativas). Já foram ofertadas na área de pós-graduação *lato sensu* as especializações em Ensino de Língua e Literatura e Segurança Alimentar e Nutricional (já encerrados) e estão em andamento as especializações em Direitos Humanos e Educação em Ciências Naturais e Sociedade.

De acordo com Joviles Vitório Trevisol (2015) a construção da identidade da UFSS, bem como a definição da sua missão, objetivos, diretrizes e políticas estão associadas ao seu processo constitutivo, de primeira universidade pública federal nascida dos movimentos sociais. Essas características também lhe inculcaram de um compromisso com a inclusão social nas formas de acesso, para a qual é utilizada a nota do ENEM e a seleção é realizada pelo SISU, e conforme dados do processo de seleção 2012 “os ingressantes são, na maioria provenientes de famílias de baixa renda, oriundos de famílias de trabalhadores urbanos e pequenos produtores rurais da região de abrangência da UFFS” (TREVISOL, 2015, p. 349).

O *campus* da UFFS de Realeza, proposto como local de realização da pesquisa de campo é o *campus* para atendimento da demanda do Sudoeste Paranaense e seu entorno. Tendo em vista, um mapeamento inicial realizado pela pesquisadora junto aos alunos nas salas de aula de todas as fases dos cursos de Licenciatura em Química, Ciências Biológicas e Letras: Português/Espanhol do referido *campus* no período compreendido entre 05/08/2015 e 09/09/2015, onde os alunos responderam a uma ficha de questões referentes à idade, sexo, se filho de agricultor, local de moradia, tamanho da propriedade agrícola familiar, município e estado de origem, e verificou-se que os alunos filhos de pequenos agricultores que responderam ao mapeamento eram em maioria provenientes de municípios da mesorregião Sudoeste Paranaense. Desses alunos, provenientes do meio rural ou filhos de pequenos agricultores, no curso de Química 70% procediam dessa mesorregião, do curso de Ciências Biológicas 70,5% e do curso de Letras: Português/Espanhol 83,5%.

Ainda, considerando o referido mapeamento inicial, evidenciou-se entre os alunos que no curso de Licenciatura em Química 23,06% responderam serem filhos de pequenos agricultores e destes apenas 33,33% residiam no meio rural na época. No curso de Licenciatura em Ciências Biológicas 24,24% responderam serem filhos de pequenos agricultores e destes, 41,67% residiam no meio rural. E, no curso de Licenciatura em Letras: Português/Espanhol 26,02% responderam serem filhos de pequenos agricultores e 43,75% afirmaram residir no meio rural na época. A partir dos dados do mapeamento também foi possível identificar um viés de gênero entre os jovens rurais que estavam cursando ensino superior, uma vez que alunos do curso de Licenciatura em Química somavam 69,05% de alunos do sexo feminino e respectivamente, 77,08% para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e 96,87% para o curso de Licenciatura em Letras: Português/Espanhol. As idades dos alunos que participaram do mapeamento variaram de 17 anos a 35 anos.

Com base nos dados obtidos por meio do mapeamento inicial efetuado junto a três cursos de graduação da UFFS *campus* Realeza, apreendeu-se que o público de jovens provenientes do meio rural se fazia presente na referida universidade, e que estes eram em maioria provenientes do Sudoeste do Paraná, mesorregião com predominância de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar. Também foi possível evidenciar que mesmo não sendo maioria, há um número considerável de jovens que ainda reside no meio rural. Nesse sentido, entendeu-se ser importante desenvolver um estudo com estes jovens, com vistas a identificar a partir de suas representações sobre migração, em que medida o acesso ao ensino superior através da UFFS colocava-se como fator influenciador,

possibilitador e/ou determinante nas perspectivas dos jovens pela permanência no meio rural ou pela migração para o meio urbano.

Ainda, considerando os aspectos que desencadearam a implantação da UFFS no município de Realeza com vistas a atender a demanda do Sudoeste Paranaense no que se refere à educação superior pública, a seguir serão apresentados alguns aspectos históricos e características sociais e econômicas da referida mesorregião a fim de situar o espaço em que se insere a universidade e os jovens sujeitos da pesquisa.

1.2 O PREDOMÍNIO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPAÇO DE INSERÇÃO DA UFFS REALEZA

O local de desenvolvimento da pesquisa apresentada situa-se junto ao *Campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) no município de Realeza, no Estado do Paraná, cujo *Campus* está em funcionamento desde 2010, ofertando cursos de graduação e especialização *lato sensu* e atendendo uma demanda de alunos provenientes em grande medida da Mesorregião Geográfica Sudoeste Paranaense, localizado geograficamente conforme a figura que segue, à qual pertence o município de Realeza.

Figura 03: Mesorregião Sudoeste Paranaense - Paraná



Fonte: Wikipédia, 2016.

Em relação aos aspectos territoriais, a Mesorregião Sudoeste Paranaense atualmente abrange 42 municípios (até o ano de 2008 eram 37 municípios) divididos entre as

Microrregiões de Capanema¹, Francisco Beltrão² e Pato Branco³. A Lei Estadual nº. 15.825/08 incluiu na Mesorregião Sudoeste os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha (IPARDES, 2015). Ainda de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2004, p. 23):

Constituindo uma das últimas áreas de ocupação do Estado, o Sudoeste é talvez, entre as Mesorregiões, aquela que melhor se caracteriza como importante reduto da agricultura familiar. Mesmo tendo passado por grande transformação na sua base produtiva, com a introdução de novas práticas de cultivo a partir da expansão da soja, o Sudoeste manteve sua estrutura fundiária com forte predominância da pequena propriedade – na região, 97,4% dos estabelecimentos possuem menos de 100 hectares, ocupando 72,7% da área total.

A identidade do Sudoeste do Paraná, conforme Roseli Alves Santos (2011) centra-se na agricultura familiar, e para compreender a realidade desse espaço, é importante considerar os aspectos históricos que imprimiram essa característica à mesorregião, mesmo que de forma breve, tendo em vista, apenas situar as principais características do território. Nesse sentido, os atuais aspectos dos municípios do Sudoeste Paranaense estão atrelados às características de colonização, ocupação e desenvolvimento da agricultura. O espaço da mesorregião já era povoado por indígenas de diferentes etnias (Kaingang, Guaranis e Xetás) quando se deu a ocupação por luso-brasileiros a partir do início do século XIX (TORRENS, 2007). Conforme Marcos Leandro Mondardo (2011), essa região, entre 1900 e 1940 apresentava uma população dispersa com economia em torno da subsistência; entre 1940 e 1970 se deu a expansão da fronteira agrícola orientada pela Marcha para o Oeste (parte do projeto do Estado Novo para colonizar e nacionalizar as fronteiras brasileiras) quando foram atraídas milhares de famílias e concomitantemente ocorreu a apropriação de terras⁴. Migraram para a mesorregião, inicialmente caboclos, seguidos de colonos provenientes do Rio Grande do Sul e

¹ Microrregião composta pelos municípios: Ampére, Bela Vista da Caroba, Capanema, Pérola D'Oeste, Planalto, Pranchita, Realeza, Santa Izabel do Oeste (IPARDES, 2015).

² Microrregião composta pelos municípios: Barracão, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pinhal de São Bento, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santo Antônio do Sudoeste, São Jorge D'oeste (IPARDES, 2015).

³ Microrregião composta pelos municípios: Bom Sucesso do Sul, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Chopinzinho, Coronel Vivida, Honório Serpa, Itapejara D'Oeste, Mangueirinha, Mariópolis, Palmas, Pato Branco, São João, Saudade do Iguaçu, Sulina, Vitorino (IPARDES, 2015).

⁴ O modelo de colonização das regiões de fronteira (onde não poderiam ser formadas propriedades maiores que 100 hectares) e da Marcha para o Oeste (deslocar a população para regiões desocupadas e integrá-las economicamente, principalmente por meio da agricultura), corroboraram para imprimir a característica da pequena propriedade na mesorregião. A Colônia Agrícola General Osório (CANGO), criada em 1943 pelo governo federal, passou a demarcar as terras. Os agricultores recebiam terras entre 10 e 20 alqueires e assistência técnica e de infraestrutura para o início da ocupação e atividades (POLI, 2009).

Santa Catarina (em maioria de origens italiana, alemã e polonesa), o que desencadeou a estrutura fundiária desse espaço - considerando-se também a pouca mobilidade e infraestrutura - com a presença da pequena propriedade familiar e lavouras de subsistência. Até esse período a população do Sudoeste havia crescido consideravelmente e encontrava-se predominantemente nos espaços rurais.

Ainda conforme Mondardo (2011), no período entre 1970 e 2000, ocorre uma inversão dos aspectos demográficos, quando ocorre no Paraná e conseqüentemente no Sudoeste, a inserção no processo de modernização da agricultura, subordinada ao padrão de acumulação capitalista industrial e vinculado ao pacote tecnológico, alterando o processo produtivo na mesorregião, até então baseado na pequena propriedade familiar, ou seja, rompe-se com o modelo policultura-pecuária para atender à lógica da monocultura. Nesse sentido, os produtores familiares foram perdendo sua independência frente às definições externas e ao aumento do custo da produção, ocorrendo o aumento da produção e a redução da população, assim, se iniciando a rápida e massiva diminuição da população rural, com tendência ao processo de êxodo rural/maior urbanização.

Santos (2011) enfatiza a organização do espaço do Sudoeste Paranaense com base na agricultura familiar ao abordar o que segue:

[...] permanecem muitos dos traços de sua ocupação como o trabalho com ajuda mútua, o uso de técnicas rudimentares, as trocas e parcerias, a vida em comunidade, ao mesmo tempo em que se visualiza uma inserção no mercado seguindo a pauta de produção nacional de *commodities*, o uso de tecnológicas modernas, o êxodo rural (SANTOS, 2011, p. 116).

Edson Luiz Flores (2007) aponta as principais características da agricultura do Sudoeste Paranaense, ao analisar dados sobre o pessoal ocupado na agricultura nessa mesorregião. O autor evidenciou um aumento de participação do trabalho assalariado em detrimento do trabalho familiar na propriedade agrícola, considerando que a modernização na agricultura também reduz a quantidade de pessoas ocupadas. No entanto, a participação do trabalho familiar é predominante em relação à participação do trabalho assalariado. Flores (2007, p. 77) afirma ainda: “[...] os agricultores que estão se desenvolvendo são aqueles capitalizados, os que têm acesso ao capital. Não é apenas por serem proprietários de terras ou porque trabalham somente ‘com suas famílias’ que eles se desenvolvem”.

Nesse sentido, mesmo considerando que “o Sudoeste do Paraná é, fundamentalmente, constituído por pequenas propriedades rurais baseadas no trabalho familiar” (SANTOS, 2011, p. 115) a autora destaca que o modo como foi conduzida a modernização da agricultura nessa

mesorregião, é incompatível com as pequenas propriedades, ou seja, o agricultor familiar subordina-se à lógica excludente do capital. A mesorregião Sudoeste Paranaense juntamente com a mesorregião Oeste Paranaense têm os menores tamanhos médios de estabelecimentos agropecuários ao passo em que tem as maiores médias de investimento por hectare de terra, o que para Edson Luiz Flores trata-se de agricultura intensiva, tecnicada e/ou capitalista (FLORES, 2007).

Pode se considerar que esse contexto contribuiu significativamente para a diminuição da população no campo, uma vez que os agricultores excluídos do processo de modernização acabam buscando alternativas de trabalho e renda, sendo uma das opções a migração para o meio urbano. Mais adiante serão discutidos aspectos específicos relacionados à migração na mesorregião, porém, a tabela a seguir permite visualizar a caracterização atual da população do Sudoeste Paranaense por microrregiões e municípios.

Tabela 01 - População residente, por situação do domicílio segundo os municípios da mesorregião Sudoeste Paranaense – 2010

| Município | População Total | Total Urbana | Total Rural |
|-----------------------------------|-----------------|--------------|--------------|
| Microrregião Capanema | | | |
| Ampére | 17.308 | 13.257 | 4.051 |
| Bela Vista da Caroba | 3.945 | 1.041 | 2.904 |
| Capanema | 18.526 | 11.150 | 7.376 |
| Pérola d'Oeste | 6.761 | 3.187 | 3.574 |
| Planalto | 13.654 | 6.068 | 7.586 |
| Pranchita | 5.628 | 3.605 | 2.023 |
| Realeza | 16.338 | 11.796 | 4.542 |
| Santa Izabel do Oeste | 13.132 | 7.421 | 5.711 |
| Microrregião Francisco Beltrão | | | |
| Barracão | 9.735 | 7.008 | 2.727 |
| Boa Esperança do Iguaçu | 2.764 | 953 | 1.811 |
| Bom Jesus do Sul | 3.796 | 933 | 2.863 |
| Cruzeiro do Iguaçu | 4.278 | 2.623 | 1.655 |
| Dois Vizinhos | 36.179 | 28.095 | 8.084 |
| Enéas Marques | 6.103 | 2.126 | 3.977 |
| Flor da Serra do Sul | 4.726 | 1.644 | 3.082 |
| Francisco Beltrão | 78.943 | 67.449 | 11.494 |
| Manfrinópolis | 3.127 | 652 | 2.475 |
| Marmeleiro | 13.900 | 8.824 | 5.076 |
| Nova Esperança do Sudoeste | 5.098 | 1.744 | 3.354 |
| Nova Prata do Iguaçu | 10.377 | 6.067 | 4.310 |
| Pinhal de São Bento | 2.625 | 1.166 | 1.459 |
| Renascença | 6.812 | 3.485 | 3.327 |
| Salgado Filho | 4.403 | 2.254 | 2.149 |
| Salto do Lontra | 13.689 | 7.431 | 6.258 |
| Santo Antônio do Sudoeste | 18.893 | 13.711 | 5.182 |
| São Jorge d'Oeste | 9.085 | 5.214 | 3.871 |
| Verê | 7.878 | 3.281 | 4.597 |
| Microrregião Pato Branco | | | |
| Bom Sucesso do Sul | 3.293 | 1.581 | 1.712 |
| Clevelândia | 17.240 | 14.758 | 2.482 |
| Chopinzinho | 19.679 | 12.508 | 7.171 |
| Coronel Domingos Soares | 7.238 | 1.753 | 5.485 |
| Coronel Vivida | 21.749 | 15.445 | 6.304 |

| | | | |
|--------------------------|---------------|--------------|--------------|
| Honório Serpa | 5.955 | 1.988 | 3.967 |
| Itapejara d'Oeste | 10.531 | 6.987 | 3.544 |
| Mangueirinha | 17.048 | 8.394 | 8.654 |
| Mariópolis | 6.268 | 4.469 | 1.799 |
| Palmas | 42.888 | 39.795 | 3.093 |
| Pato Branco | 72.370 | 68.091 | 4.279 |
| São João | 10.599 | 6.735 | 3.864 |
| Saudade do Iguaçu | 5.028 | 2.503 | 2.525 |
| Sulina | 3.394 | 1.390 | 2.004 |
| Vitorino | 6.513 | 3.988 | 2.525 |

Fonte: Adaptação da autora a partir da tabela População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os municípios – 2010 (IBGE, 2015).

*Estão destacados os municípios que tem população rural maior que a população urbana.

Dos 42 municípios da mesorregião, 37 são de pequeno porte I (até 20.000 habitantes), 03 de pequeno porte II (de 20.001 a 50.000 habitantes) e apenas 02 municípios de médio porte (de 50.001 a 100.000 habitantes)⁵. Entende-se que essa realidade imprime outra característica para o sudoeste, ou seja, um espaço de ruralidade. Tendo em vista a característica populacional dos municípios que compõe o Sudoeste Paranaense, optou-se por trazer à tona a questão da ruralidade, com vistas a colocar em reflexão – diante dos limites e objetivos deste estudo – a dicotomia campo-cidade/rural-urbano, o imbricamento entre as atividades rurais e urbanas, considerando que o espaço é fluído e os sujeitos que se assumem enquanto identidades rurais ou urbanas transitam entre esses espaços que complementam um ao outro.

Para Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2007) deve-se admitir que as pequenas cidades fazem parte do mundo rural, frequentemente são marcadas pela vinculação com a natureza e pelas relações de interconhecimento, constituindo-se em elo de integração entre o mundo rural com o sistema mais geral das cidades e exercendo sua função de gestão, organização e representação. Dessa forma, em virtude da dimensão das pequenas cidades, existem limites para a vivência de uma verdadeira experiência urbana.

Segundo destaca Marcos Aurélio Saquet (2006, p. 158):

No Sudoeste paranaense, há aspectos e elementos culturais, políticos e econômicos, que caracterizam pequenas cidades e centros urbanos, intimamente ligados ao espaço rural de cada município, e, porque não dizer, pequeníssimas cidades [...] onde o caráter urbano é incipiente, dado o baixo nível de complexidade dos papéis que estes núcleos desempenham [...].

Maria José Carneiro (2007) destaca que os pequenos municípios estariam na interseção de dois códigos de relações sociais, se aproximando de uma realidade rural -

⁵ Classificação sugerida pela Política Nacional de Assistência Social de 2004, a qual classifica ainda os municípios de grande porte (101.000 a 900.000 habitantes) e metrópole (mais de 900.000 habitantes) (BRASIL, 2004).

mantendo uma sociabilidade diferenciada marcada por relações sociais de interconhecimento e uma maior vinculação com a natureza -, e exercendo funções de mediação entre o mundo rural com o sistema mais geral das cidades, o que numa perspectiva relacional, denota esses espaços como cidades para os moradores das áreas rurais e como espaços rurais ou interior para habitantes de cidades maiores. Em vista do contexto apresentado, visualiza-se o predomínio da agricultura familiar, bem como, de pequenos municípios com aspectos de ruralidade na composição da mesorregião Sudoeste Paranaense, espaço estratégico em que se insere a UFFS Realeza, escolhida como local para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Inserida nesse contexto, encontra-se a juventude rural, e com vistas a situar essa categoria para a discussão com os aspectos que a envolvem – o fenômeno da migração rural/urbana e o contexto em que se dão esses processos migratórios – o próximo capítulo aborda essas questões e contempla também uma aproximação entre as representações sociais e as migrações de jovens rurais, bem como, uma discussão acerca da variável ensino superior nas representações sobre migração.

2 JUVENTUDE RURAL E MIGRAÇÃO

A juventude rural tem sido objeto de estudo das Ciências Sociais sob diferentes aspectos, dentre os quais, podem ser destacados os de migrações rural/urbano, com olhar para o viés de gênero, de processos sucessórios das propriedades agrícolas, de relações de trabalho, de acesso à educação, cultura e lazer, de viabilidade na agricultura. Dentre os temas destacados, há ênfase em relação ao processo de migração dos jovens do meio rural para o urbano, porém, é importante atentar para a questão de que o fenômeno da migração e a vivência da juventude rural é heterogênea nos diferentes espaços brasileiros.

Nesse sentido, conforme Wanderley (2007) a realidade dos jovens rurais não deve ser isolada, como se estes não estivessem integrados à sociedade mais ampla em que vivem, bem como, não deve ser diluída em uma homogeneidade, uma vez que há grande diversidade nas formas de vivenciar a juventude nas diferentes áreas rurais brasileiras. Destaca-se que os jovens sujeitos desta pesquisa denotam a especificidade de um grupo que acessa a educação superior, tendo em vista as desigualdades de acesso à educação entre jovens rurais e urbanos. A partir desse entendimento, de compreensão da categoria juventude e suas multiplicidades, é realizada a seguir uma breve abordagem sobre a categoria juventude e juventude rural.

2.1 A JUVENTUDE RURAL

Para analisar aspectos referentes à juventude rural frente às múltiplas juventudes presentes na sociedade, entende-se necessária uma abordagem inicial sobre a categoria juventude como uma geração, situando a categoria no plano sociológico, reportando-se inicialmente à Mannheim e sua contribuição acerca dos problemas geracionais.

Em relação à condição de existência de uma geração, afirma Karl Mannheim (1993, p. 216) “sólo un ámbito de vida histórico-social común posibilita que la posición en el tiempo cronológico por causa de nacimiento se haga sociológicamente relevante”.

Ainda, conforme o autor:

[...] tengamos que reconocer que la mera contemporaneidad biológica no basta para constituir una posición generacional afín. Para estar incluído en una posición generacional, para soportar pasivamente los frenos y las oportunidades de esa posición, pero también para poder utilizarlos activamente, tiene uno que haber nacido en el mismo ámbito histórico-social – em la misma comunidad de vida histórica – y dentro del mismo período (MANNHEIM, 1993, p. 221).

Como se pode verificar, trata-se de abordar o conceito sociológico de geração, o qual não considera somente o período biológico vivenciado pelos sujeitos, mas principalmente, os aspectos históricos e sociais e de relações sociais vivenciadas pelos sujeitos. Em concordância com a abordagem exposta, Nilson Weisheimer et al. (2013, p. 60) enfatiza que “o conceito sociológico de geração busca romper com resquícios naturalistas da explicação do fenômeno geracional”.

A juventude é proposta aqui como uma categoria social, e nesse sentido, corrobora Weisheimer et al. (2013) ao considerar que a juventude surge, se constitui e adquire seu sentido atual associada à modernidade, em virtude das contínuas, rápidas e intensas transformações sociais, culturais e econômicas, bem como, da acentuação das diferenças e da especialização social, da crescente racionalização, burocratização e secularização das experiências, portanto, considera que as percepções sobre a categoria juventude são necessariamente social, cultural e historicamente determinadas. Ainda, relacionando a juventude à modernidade, essa categoria, “[...] tem uma importância crucial para o entendimento de diversas características das sociedades modernas, o funcionamento delas e suas transformações” (GROPPO, 2000, p. 11-12).

Elisa Guaraná de Castro et al. (2009) apropriando-se de Mannheim (1993) enfatiza que as dimensões utilizadas pelo autor, o recorte biológico, a unidade geracional e os grupos concretos, são centrais para o debate sobre juventude, e em relação à juventude rural acrescenta:

No contexto recente, juventude rural tem passado por um processo de reconhecimento como uma unidade geracional. Mas também constituindo-se como um grupo social concreto que se expressa através de eventos e de formas organizativas que se autointitulam juventude[...] (CASTRO, 2009, p. 168).

Conforme Weisheimer et al. (2013, p. 23) ao abordar determinadas questões presentes na sociologia da juventude enfatiza que a categoria “[...] é uma construção social, cultural e histórica bastante complexa”, não se constituindo, nem mesmo explicando-se simplesmente através de princípios naturais ou determinações biológicas, e, portanto, não podendo ser definida a partir de um único aspecto, destacando-se sua relevante relação com o social.

Para Wanderley (2007, p. 22) a juventude é caracterizada como se segue:

Culturalmente determinada, a demarcação desta etapa da vida é sempre imprecisa, sendo referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária.

Em concordância com o exposto, compreende-se juventude como categoria social, com a prevalência sobre definições naturais e/ou biológicas, bem como, em concordância com Arlene Renk e Clovis Dorigon (2014, p. 18) “não há um marco de investidura de entrada e de saída da categoria juventude, ao contrário de outros estados, como o casamento e viuvez [...]. É jovem quem se considera e quem é considerado jovem”. No entanto, é importante considerar que não é possível visualizar apenas uma juventude, que represente todos os sujeitos abarcados nessa categoria social, independentemente das determinações sociais, culturais e históricas que incidem sobre esses sujeitos.

Com vistas a relacionar a categoria social da juventude a um determinado grupo social, no caso, a juventude rural, faz-se necessária uma breve discussão acerca da definição de juventude e jovem, primeiramente, no sentido em que as define Weisheimer et al. (2013, p. 24-25) “JUVENTUDE é uma categoria social fundada em representações sociais segundo as quais se atribui sentido ao pertencimento a uma faixa etária, posicionando os sujeitos na estrutura social”, e ainda conforme o autor, “por JOVENS, designamos os indivíduos concretos que vivem os processos de socialização específicos”.

Nesse mesmo contexto, afirma Mannheim (1982, p. 67-95) apud Antonio Luiz Groppo (2000, p. 07):

Podemos definir a juventude como uma categoria social. Tal definição faz da juventude algo mais do que uma faixa etária ou uma ‘classe de idade’, no sentido de limites etários restritos [...]. Também, não faz da juventude um grupo coeso ou uma classe de fato, aquilo que Mannheim chama de grupo social concreto.

As definições evidenciam o posicionamento do sujeito jovem, para além da sua faixa etária, em determinada estrutura social, bem como, a sua vivência em múltiplos e diferentes processos de socialização. Para Groppo (2000) a juventude consiste em determinada situação vivida em comum por certos indivíduos, bem como, é uma representação criada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos, jovens, para significar comportamentos e atitudes atribuídos à juventude. Diante do exposto, frente à multiplicidade de grupos sociais e conseqüentemente, de comportamentos e atitudes múltiplas, apesar de pertencerem à mesma geração, a juventude não é um grupo social apenas, ou seja, não é homogênea.

Então, ao falar de juventude, é preciso considerar os diferentes grupos sociais de indivíduos que vivenciam as relações sociais em determinado espaço, tempo, cultura e dinâmica social, por isso:

[...] um primeiro procedimento necessário é considerar que a juventude é uma categoria sociológica e, por isso mesmo, seu significado é necessariamente relacional, de tal modo que sempre somos jovens ou velhos em relação a alguém. Nesse sentido, devemos pensar os sentimentos da juventude como algo que é produzido em determinados contextos de relações sociais (WEISHEIMER et al., 2013, p. 24).

E é nesse sentido relacional, que pode se considerar a existência de juventudes. Para explicar a existência de múltiplas juventudes, Weisheimer et al. (2013) utiliza-se da categoria situação juvenil, que traduz as diversas configurações de juventudes, uma vez que, as juventudes refletem diferentes realidades sociais, e conseqüentemente, constroem-se experiências e identidades juvenis diferentes.

Para Groppo (2000) a concepção de juventudes possibilita a visibilidade de uma pluralidade de juventudes, considerando cada recorte sócio-cultural, como o de classe, estrato, etnia, religião, urbano, rural, entre outros, com possibilidade de surgirem subcategorias de indivíduos jovens, com características, simbologias, subculturas, comportamentos e sentimentos próprios.

Com vistas a analisar as especificidades e permitir a caracterização das diferentes juventudes, Weisheimer et al. (2013) enfatiza que devem ser considerados os processos de socialização nos quais os jovens estão inseridos, e ainda, o autor propõe “a romper com as definições de caráter substancialista sobre a juventude, possibilitando construir a categoria analítica de modo relacional, isto é, em termos de sua posição num espaço de relações sociais” (WEISHEIMER et al., 2013, p. 27).

A multiplicidade de juventudes, rurais, não ocidentais, negras, amarelas e mestiças, feministas, entre outras, surgiram e buscaram juntar-se à típica juventude do século XX, urbana, ocidental, branca e masculina. Essas outras juventudes emergentes, construíram para si, representações e relações sociais concretas diferentes, em diversos graus, do padrão até então considerado o ideal ou típico da juventude em sua época (GROPPO, 2000).

Oportuno se torna dizer que dentre as distintas juventudes, encontra-se a juventude rural, inserida e acompanhando o desenvolvimento e as transformações do rural nos últimos anos, o que para Helena Abramo (2007) fazem com que essa geração de jovens rurais vivencie uma experiência diferente da vivenciada em outras gerações. Nesse sentido, é importante considerar a afirmação que segue:

Vários séculos se passaram e o rural adquiriu diversas roupagens, acompanhando – no seu ritmo – as transformações do capitalismo. Tomou novas dimensões, construiu outras identidades e, então, nas últimas décadas percebeu-se, nas sociedades capitalistas ocidentais, a emergência de um ‘novo mundo rural’, fruto entre outros fatores, da reestruturação produtiva que atinge campo e cidade (MAILIZ GARIBOTTI LUSA, 2011, p. 25-26).

O rural, com as transformações da sociedade globalizada, adquire nova roupagem, e junto a essa reorganização, as relações sociais vivenciadas pelos indivíduos são alteradas. Nesse contexto, também as relações sociais que permeiam a juventude rural passam por mudanças, essa juventude, mantém traços, absorve traços e se ressignifica, definindo-se os jovens rurais através de Castro et al. (2009) como vivendo o ciclo de vida que se caracteriza pela transição da infância para a idade adulta que apesar de vivenciar o mesmo contexto histórico de outros jovens, tem a particularidade de viverem no meio rural.

A fim de caracterizar o jovem rural, não somente a partir de uma identificação com o território rural, apropria-se da contribuição de Elisa Guaraná de Castro et al. (2009), ao analisar a juventude rural pertencente aos movimentos sociais rurais relacionada à construção de um ator político, destacando que essa juventude específica tem passado por um processo de reconhecimento como uma unidade geracional - através de uma leitura de Mannheim - que compartilha dos mesmos processos históricos e sociais assumindo um significado reconhecido, bem como, os reconhece como um grupo social concreto que se expressa por meio de formas organizativas autointituladas de juventude. Percebe-se, nesse sentido, a categoria juventude rural associada a um ator político, tendo em vista, as demandas historicamente e atualmente vivenciadas pelos jovens, como a subalternidade no desenho das políticas públicas para a juventude e os estigmas. Para a autora, testemunha-se a reordenação

de uma categoria, sendo, jovem da roça, juventude rural, jovem rural, jovem agricultor ou camponês, categorias mobilizadoras de atuação política, tendo em vista, que esse jovem não encontra-se isolado, mas, dialoga com o mundo, reafirma sua identidade e aciona estratégias a fim de disputar direitos como trabalhadores e cidadãos.

Para Castro et al. (2009, p. 192) a partir de estudo desenvolvido com jovens inseridos em movimentos sociais rurais ou em eventos de juventude rural de todo o país “o que singulariza os jovens rurais é a identificação de local de moradia e/ou atividade. Ou ainda, a identidade assumida pelos próprios jovens ao se apresentarem como *jovens rurais*” e destaca, “a identidade rural é construída de forma contrastiva em relação ao urbano, mas sem representar ruptura com a cidade”. A vinculação da identidade ao local de moradia ou de proveniência é relevante também entre os sujeitos da presente pesquisa, que se apresentaram como jovens rurais em virtude do local de moradia, e até mesmo, após terem efetuado migração para o meio urbano, continuam se identificando como jovens rurais, uma vez que mantêm vínculo com o meio rural seja através do grupo familiar, da manutenção da propriedade agrícola, ou ainda, pela identificação com o meio rural apesar da ocorrência de um longo período de migração.

Em relação à condição de ser jovem rural no Brasil, Castro et al. (2009) afirma que esta condição associa-se à subalternidade e implica em vivenciar um meio rural desigual e violento, um espaço que apesar de ser próximo da cidade ainda é permeado pela hierarquia urbano/rural que é vivenciada na diferença de acesso a bens e serviços, bem como, na estigmatização associada a ser do campo. A autora destaca ainda:

[...] a categoria jovem rural está diretamente associada a uma determinada população rural no Brasil, que engloba pequenos produtores pauperizados e sem-terra, a chamada agricultura familiar, os assentados de reforma agrária, camponeses e trabalhadores rurais assalariados (CASTRO et al., 2009, p. 59).

No sentido já apontado por Wanderley (2007), de que a realidade dos jovens rurais não deve estar isolada e de que há muita diversidade nas formas de viver a juventude em diferentes contextos brasileiros, destaca-se a peculiaridade da juventude rural que se pretende estudar, os quais são jovens provenientes do meio rural que cursam ensino superior na Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Realeza PR, universidade inserida na mesorregião sudoeste do Paraná. O estudo com esses jovens, ainda pode sugerir um viés de gênero à juventude rural que acessa o ensino superior, tendo em vista a análise de Anita Brumer (2014) ao concluir que no Sul do Brasil há diferenças entre rapazes e moças em

relação à sucessão da propriedade familiar, à migração para o meio urbano e ao investimento em educação, uma vez que as mulheres demonstram maior interesse na continuidade dos estudos como forma de viabilizar a saída do meio rural.

Os jovens provenientes do meio rural com acesso ao ensino superior já denotam a heterogeneidade da juventude rural brasileira, considerando, a não garantia de acesso desse público ao ensino superior público, bem como, o modelo de agricultura do sudoeste do Paraná imprime características peculiares à agricultura familiar da mesorregião, conforme será apontado mais adiante, portanto, é esse recorte de juventude rural que será estudado.

Considerando os breves apontamentos expostos sobre a juventude rural brasileira, é importante abordar ainda os temas que são objetos de estudos relacionados à condição desses jovens no país. Apropriando-se de Brumer (2007) os temas recorrentes ao focalizar a juventude rural estão relacionados à tendência de emigração associada a uma visão negativa da atividade agrícola e os problemas decorrentes das características de transferência dos estabelecimentos agrícolas para a nova geração (relação de subalternidade).

Ricardo Abramovay et al. (1998) destaca a questão do êxodo rural das populações jovens e o conseqüente envelhecimento da população do campo, e o processo de masculinização da juventude rural, tendo em vista o êxodo maior entre as jovens associado à relação de subalternidade vivenciada no interior das famílias de agricultores. Diante do exposto, e considerando a temática proposta para estudo, destaca-se a necessidade de abordagem sobre o fenômeno das migrações no meio rural.

2.2 O FENÔMENO MIGRATÓRIO NO MEIO RURAL

O fenômeno das migrações do meio rural para o meio urbano é uma realidade muito forte no Brasil, e observa-se, a partir de dados referentes aos Censos Demográficos, a serem expostos no decorrer da discussão, que a população rural vem decrescendo ao longo dos anos em todo o país, apesar de proporções diferenciadas em determinadas regiões. Essa questão coloca-se como obstáculo para a reprodução das unidades de produção familiares que são predominantes em relação ao total de estabelecimentos agropecuários existentes no país, por isso, desempenham papel importante no cenário agrícola brasileiro.

Destaca-se que a especificidade desse estudo refere-se somente ao deslocamento de pessoas do meio rural para o meio urbano, ou seja, trata-se de estudo sobre a migração

rural/urbana, sendo a migração entendida como o “deslocamento de pessoas de um município ou de uma unidade de divisão e administração territorial para outra localidade com personalidade jurídica distinta da anterior” (CARDIN, 2013, p. 61). Nesse contexto, encontram-se os jovens rurais, para os quais a migração coloca-se como fenômeno recorrente.

Em relação ao movimento migratório no Brasil, segundo o Censo Demográfico do ano de 2000 em relação ao Censo Demográfico anterior, os movimentos rurais com destino urbano contabilizaram 645.089 migrantes. Em análise sobre o estado do Paraná relacionada às entradas e saídas de migrantes e sobre os saldos migratórios, por situação do domicílio, no período de 1995/2000, verificou-se que houveram 34.436 entradas para o meio rural, 75.983 saídas do meio rural e que o saldo migratório para o meio rural foi negativo em 41.546 habitantes (BRASIL, 2011). No entanto, conforme Alexandre G. Maia e Antonio M. Buainain (2015, s/p) “ainda assim, em termos absolutos a população rural brasileira continua expressiva, totalizando 30 milhões de pessoas em 2010, contingente superior ao de praticamente todos os países da América Latina [...]”.

Destaca-se que dados numéricos específicos sobre migração rural/urbano por faixas de idade são escassos, principalmente, sobre regiões geográficas menores, porém, no que se refere ao perfil do migrante rural-urbano brasileiro, Ramalho (2008) afirma que a partir de análise dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, identificou que esse perfil tem as características de ser do sexo feminino, não branco, possuir entre 01 a 10 anos de estudo e que migrou entre os 16 e 30 anos de idade, sendo um perfil distinto dos não migrantes rurais, os quais foram identificados como homens com baixo nível de instrução e maior idade. Ainda conforme Brasil (2011, p. 59) “a saída de indivíduos de regiões historicamente caracterizadas como de expulsão de população concentra-se nos grupos de idades mais jovens, principalmente no de 20 a 24 anos de idade”.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a população residente por situação do domicílio no Brasil verifica-se que após o Censo de 1970 a população rural decresceu em todos os Censos até 2010. Em 1970 a população rural era de mais de 41 milhões, em 1991 essa população caiu para aproximadamente 36 milhões, posteriormente, para aproximadamente 31 milhões em 2000 e no ano de 2010 a população rural passou a ser aproximadamente 29 milhões de pessoas. O mesmo processo ocorreu na região Sul, sendo que em 1970 a população rural era de mais de 09 milhões de pessoas e no ano de 2010 foram identificadas aproximadamente 04 milhões de pessoas residindo no meio rural. Também no Estado do Paraná, verificou-se que em 1970 eram mais de 04 milhões de

habitantes no meio rural e no ano de 2010 foram identificados 01 milhão e meio de pessoas nessa condição de domicílio (IBGE, 2015).

Em relação à população rural do Sul do país, Maia e Buainain (2015, s/p) atribuem uma dinâmica diferenciada à região, sendo uma região em que a agricultura familiar é consolidada, bem como, tem papel relevante em termos de produção agrícola para o Brasil, porém, acrescentam que a referida região “apresentou a queda mais acentuada da população residente em domicílios rurais entre 1991 e 2010: 28%”. Os autores destacam os principais aspectos que contribuíram para essa dinâmica:

Primeiro, a região apresentou a menor taxa de crescimento populacional no país (24% entre 1991 e 2010), refletindo um estágio mais avançado de transição demográfica. Segundo, as expressivas diferenças entre os ritmos de crescimento populacional urbano (42% positivo) e rural (28% negativo) indicam um fluxo ainda persistente e intenso de migração rural-urbano na região (MAIA E BUAINAIN, 2015, s/p).

No Estado do Paraná em 1970 a população rural era de 63,86%, no ano de 1991 já era de 26,64% e no último Censo em 2010 a população rural era de 14,67%. Na mesorregião Sudoeste Paranaense ocorreu o mesmo processo, porém com uma queda um pouco menor na população rural, que em 1991 era de 52,80% e no ano de 2010 passou para 30,42% da população. Já no que se refere à caracterização demográfica do Sudoeste Paranaense, os dados do censo demográfico de 2010 evidenciam que apenas 16, do total de 42 municípios, abrigam populações rurais superiores a populações urbanas, mas apresentam taxas altas de urbanização, porém, ainda os estabelecimentos de agricultura familiar são predominantes na mesorregião (IBGE, 2015).

Em relação à população jovem na faixa etária de 15 a 29 anos, mais especificamente, no Sudoeste do Paraná, identificou-se uma queda gradativa dessa população que de 1980 para 2010 diminuiu 68,39%. Mesmo considerando as quedas nas taxas brutas de natalidade (número de nascidos vivos por mil habitantes), que no Paraná em 1991 era de 22,8, em 2001 passou para 18,6 e em 2011 era de 14,7 (DATASUS, 2017), a diminuição do número de membros entre as famílias rurais, ainda assim, a diminuição da população jovem no meio rural é significativa. Os dados são evidenciados na tabela que segue.

Tabela 02 - População rural de 15 a 29 anos por década e microrregiões que compõe o Sudoeste Paranaense

| Microrregião | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 |
|--------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Capanema | 24.726 | 17.205 | 11.146 | 8.029 |
| Francisco Beltrão | 53.546 | 35.104 | 22.888 | 17.308 |
| Pato Branco | 26.281 | 19.109 | 10.840 | 7.716 |

Fonte: Tabnet/DATASUS (adaptações da autora).

Com base em análise dos dados disponibilizados pelo Censo de 2010, em relação à população total do Brasil, cerca de 17% da população brasileira encontra-se na faixa etária de 15 a 24 anos, se essa faixa de idade é estendida para 15 a 29 anos, soma-se cerca de 26% da população. Dos mais de 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, cerca de 16% são jovens rurais, e dos mais de 51 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, cerca de 15% são jovens rurais (IBGE, 2015). Conforme Kummer (2013, p. 52/53):

A juventude rural compõe 4,5% da população o que significa pouco mais de 8 milhões de indivíduos. Sendo que essa definição corresponde à faixa etária de 15 a 24 anos, que é o período mais recorrente na definição da juventude. Entretanto, a determinação de 15 a 29 anos também é usual quando se trata de juventude rural [...].

A condição de migração da juventude rural é evidenciada ao se comparar os Censos de 2000 – quando o Brasil contava com 6.134.639 de jovens no campo, representando 18% do total do número de pessoas residentes no meio rural com idades entre 15 a 24 anos – com o Censo de 2010, que registrou 5.493.845 de pessoas nas mesmas localidades e na mesma faixa etária, entre 15 e 24 anos, somando 16% de jovens rurais em relação à população total de jovens do país (TOLEDO, 2011). Nesse sentido, corroboram Ana Amélia Camarano e Ricardo Abramovay (1999, p. 01) ao abordar que “a importância do êxodo rural é confirmada quando se examinam os dados dos últimos 50 anos: desde 1950, a cada 10 anos, um em cada três brasileiros vivendo no meio rural opta pela emigração”. No entanto, conforme Alexandre Arbex Valadares et al. (2016, p. 67) em análise dos dados do Censo 2010 evidencia que “[...] o período 2000-2010 foi marcado por um importante aumento na permanência dos jovens no campo”, associado às pequenas conquistas dessa população no que se refere às políticas públicas presentes na referida década.

Diante do exposto, acrescenta-se que o fenômeno da migração rural/urbano no país também evidencia o viés de gênero, tema destacado por Parry Scott (2010, p. 20) ao afirmar que:

É na faixa etária de 20 a 39 que se verifica uma marcada transferência da população rural para a situação urbana. A partir da faixa de vinte anos, a presença feminina no campo diminui proporcionalmente mais rápido, enquanto os homens apresentam maior tendência de ficar no campo em cada faixa etária sucessiva.

Essa característica também é apontada por Anita Brumer (2004) ao destacar que há uma seletividade da migração de jovens rurais por idade e sexo, sendo que em grande medida as mulheres não tem seu trabalho valorizado no meio rural, e em relação aos jovens migrarem mais que os adultos, associam-se à sua condição de subalternidade na direção das atividades agrícolas e do estabelecimento, e à falta de oportunidades para a juventude no meio rural. Camararo e Abramovay (1999) apontam que são os jovens que mais vêm deixando o meio rural, sendo preponderante a participação das mulheres nessas migrações.

Entende-se que apesar da expressividade da migração rural urbano, o país abriga um contingente importante de jovens rurais com idades entre 15 a 29 anos. Considerando o público de juventude rural ainda expressivo para o país, visualiza-se que há um déficit em políticas públicas que contemplem essa juventude em sua diversidade e especificidade, principalmente, ao observar as reivindicações da juventude rural, de acesso à terra e crédito, lazer, cultura, esporte e saúde, sendo também a educação uma das demandas apontadas pelos jovens rurais (STROPASOLAS, 2007, p. 291). É nesse contexto que ocorrem as migrações para o meio urbano, em grande medida, com vistas a viabilizar melhores condições de vida e realização pessoal e profissional, as quais podem não ser possíveis no meio rural.

Na leitura de Valadares et al. (2016), há que se considerar ainda, que o êxodo rural decorrente das migrações muitas vezes é banalizado ou naturalizado, o que esconde que parte significativa do êxodo não é intrínseca ao processo de urbanização, e sim relaciona-se a um histórico de ausência do Estado no meio rural e de políticas públicas que viabilizem a permanência das populações no campo.

Em relação ao fenômeno da migração, é importante destacar que vários fatores combinados influenciam na decisão pela migração, o que denota sua interdisciplinaridade e a conseqüente variedade de perspectivas teóricas para seu estudo. Os aspectos que se colocam como pano de fundo para o estudo de fenômenos migratórios podem ser demográficos,

políticos, econômicos, sociológicos e também perpassar pela psicologia social (PEIXOTO, 2004).

Peixoto (2004, p. 22) explana sobre as teorias micro sociológicas das migrações que relacionam-se ao processo racional de tomada de decisão pela migração, e sobre as teorias macro sociológicas das migrações que relacionam-se às forças coletivas e estruturais que impelem à migração, e destaca ainda que “[...] as zonas de confluência entre as visões ‘micro’ e ‘macro’ são múltiplas e as distinções não são absolutas”. Nesse contexto, compreende-se que os processos de migração não são somente permeados por decisões racionais e individuais, mas também estão relacionados a influências provenientes do contexto econômico, político e social em que se vive.

Nesse sentido, Scott (2010, p. 21) procura explicar as migrações e sua relação com o contexto vivenciado pelo migrante e afirma:

[...] o êxodo do campo nem sempre é um êxodo. Muitos “êxodos” se revestem de nuances que informam as oportunidades e pressões aos quais as diferentes categorias de membros de família e de comunidades do meio rural estão submetidas na busca de uma articulação, eficiente ou não, com oportunidades nas cidades, em outras regiões, e em outros locais.

Tendo em vista a discussão apresentada, destaca-se que a decisão pela migração perpassa pelo aspecto racional e individual, porém, ocorre inserida em um determinado contexto, e nesse sentido, torna-se necessário situar esse contexto, o cenário do meio rural no Brasil, mais especificamente o cenário da agricultura familiar que, em grande medida, se coloca como pano de fundo para as vivências da juventude rural e o fenômeno das migrações.

2.3 MIGRAÇÕES DE JOVENS RURAIS: O CONTEXTO EM QUESTÃO

Com vistas a situar o contexto em que os sujeitos da proposta de estudo se inserem, no caso, os jovens rurais, pretende-se desenvolver uma discussão acerca da agricultura familiar no Brasil, definições, principais aspectos do contexto em que se reproduz, as possibilidades de sua viabilidade, tendo em vista, os processos sucessórios e de reprodução das unidades familiares de produção agrícola, com destaque para a questão das migrações de jovens do meio rural para o urbano.

Conforme dados levantados pelo Censo Agropecuário de 2006 – o qual pela primeira vez levantou estatísticas oficiais sobre a agricultura familiar – no Brasil 4.367.902 estabelecimentos foram identificados como de agricultura familiar, representando 84,4% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, porém ocupando somente 24,3% (80,25 milhões de hectares) da área total dos estabelecimentos agropecuários. As variáveis da agricultura familiar utilizadas no Censo Agropecuário de 2006 derivam da Lei da Agricultura Familiar (Lei Federal nº. 11.322 de 24 de julho de 2006), as quais possuem um núcleo em comum com as variáveis que delimitam o universo familiar para estudos da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) e INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), sendo as variáveis em comum: a direção do estabelecimento agropecuário exercida pelo produtor com sua família e a utilização predominante de mão de obra da família nas atividades do estabelecimento (FRANÇA, DEL GROSSI e MARQUES, 2009).

A categoria social agricultura familiar não é recente, bem como, não se trata de nova categoria de análise na sociologia rural, porém, surge como um novo personagem em comparação ao camponês tradicional (cuja discussão não será realizada nos limites deste texto), assumindo ares de renovação diante das transformações relacionadas à importância atribuída ao urbano, à centralidade no mercado e mais recente globalização da economia, ou seja, ocorre a inserção das formas sociais capitalistas na agricultura familiar (WANDERLEY, 2001).

Ainda, para João Carlos Tedesco (2001) abordar agricultura familiar pressupõe adentrar em ambiguidades, ambivalências, heterogeneidades e especificidades, porém, apesar das dificuldades analíticas e conceituais, há elementos de generalidade comuns ao conceito: “a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, modalidades de produção e manifestação de valores e tradições (patrimônio sociocultural) em torno da e para a família” (TEDESCO, 2001, p. 11).

Conforme Brumer (2014, p. 120) “a agricultura familiar não é um conjunto uniforme, uma vez que abrange situações muito diversas, que vão da agricultura de subsistência à agricultura empresarial de caráter familiar”, e é nesse sentido, que Abramovay (1998) aborda diferentes formas de caracterização das unidades de produção familiar, sendo: os agricultores consolidados aqueles que para além da reprodução familiar tem possibilidade de investimento e acumulação de capital; os agricultores em transição aqueles que efetuam a reprodução familiar mas não conseguem realizar investimentos e por isso tem a situação econômica em declínio; e os agricultores em exclusão aqueles que não conseguem renda suficiente das atividades realizadas no estabelecimento agrícola para a reprodução familiar.

Considerando a contribuição de Walter Frantz (2012, p. 297):

Certamente não existe um conceito fechado sobre agricultura familiar, embora ainda possam ser reconhecidas algumas características comuns, tais como: propriedade dos meios de produção, terra como meio de subsistência e não apenas como capital, predominância do trabalho de membros da família, atividades de produção, simultaneamente, voltadas à subsistência e ao mercado, maior autonomia à organização do trabalho.

Porém, as formas de organização produtiva de agricultores familiares se dão de modo diferenciado de uma região para outra do país, e até mesmo, há organizações diferenciadas numa mesma região ou mesorregião, não havendo homogeneidade quando se refere à agricultura familiar. Stoffel (2004) procurou destacar a heterogeneidade da pequena produção agrícola familiar a partir da modernização da agricultura e afirma que no Sul do país a produção agrícola atualmente se dá concomitantemente com a integração vertical às agroindústrias e com o desenvolvimento de pequena produção agrícola familiar tecnicizada e mercantil, assim, concorda-se novamente com Abramovay (1998) ao abordar as diferentes formas de caracterização das unidades de produção familiar.

Conforme Censo Agropecuário de 2006, nos três estados da região sul do Brasil há predominância de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar sobre o total de estabelecimentos agropecuários. No estado do Paraná os 302.907 estabelecimentos de agricultura familiar representam 82% do total de estabelecimentos e apenas 28% da área referente aos estabelecimentos agropecuários. Neste ínterim destaca-se que a agricultura familiar tem uma participação importante na produção de determinados produtos agropecuários, como por exemplo, feijão, mandioca, café, leite, aves e suínos, entre outros (FRANÇA, DEL GROSSI e MARQUES, 2009), nesse sentido, corrobora Frantz (2012, p. 299) ao afirmar a partir de suas análises, que a agricultura familiar “[...] ocupa um lugar de importância na economia de produção alimentar no Brasil”. Também Edson Diogo Tavares (2009) destaca que a importância do grupo social de agricultores familiares para o abastecimento interno de alimentos se dá desde o Brasil colônia, quando já se produzia alimentos para o consumo e para o abastecimento de toda a sociedade.

Diante do referido contexto, uma questão que merece destaque está associada ao processo de reprodução das unidades de produção agrícola familiar, que diz respeito à sucessão dessas unidades, e a esse ponto associa-se à questão da permanência ou saída de jovens rurais das propriedades agrícolas, fator que pode comprometer a reprodução dessas

unidades de produção de caráter familiar. Nesse sentido, Brumer (2007) destaca que a sucessão geracional na agricultura familiar, além de ser importante para os membros familiares, é importante para a reprodução das unidades de produção, tecido social, aparência das áreas rurais e estrutura do setor agrícola do país.

Uma análise de Abramovay (1998) corrobora no sentido de sugerir possibilidades para a viabilidade da agricultura familiar ao apontar que as organizações representativas da agricultura familiar devem estimular discussões sobre os processos sucessórios das unidades de produção, bem como, que os jovens necessitam serem contemplados por políticas públicas que garantam base material para a afirmação como futuro agricultor. Mello et al. (2003, p. 13) também destaca que:

Um dos grandes desafios que se coloca para o meio rural é, portanto, a formação de uma nova geração de agricultores, o que exige um esforço permanente e articulado entre os diversos agentes e instituições que atuam nesse meio, associando-se políticas agrícolas, fundiárias e de habitação com outras dirigidas para recuperação e melhoria do nível educacional e da formação profissional dos futuros agricultores.

Em relação à questão da reprodução da agricultura familiar, é destacado por Abramovay et al. (1998, p. 17) que as questões do êxodo rural e crise de sucessão geracional, além de colocar em jogo o futuro de empresas e famílias, também coloca em jogo o futuro de muitas regiões que passam por severo êxodo rural, e afirma que “é, em grande parte, em torno dos temas ligados à sucessão que vai ser decidido se o espaço rural poderá ser vitalizado com um grupo de jovens envolvidos em sua valorização ou se ele rumará inelutavelmente para o esvaziamento”.

No entanto, a literatura já apresentada e os estudos de determinados autores indicam uma tendência de saída da juventude do meio rural para o urbano (ABRAMOVAY, 1998; BRUMER, 2007; RENK e DORIGON, 2014) e nesse aspecto corrobora Hélène Chauveau (2014, p. 99) “o êxodo dos jovens rurais é uma realidade ainda muito forte no Brasil. [...] e põe em dúvida a reprodução do modelo da agricultura familiar, e mais amplamente, o equilíbrio geral de uma sociedade onde o meio rural ocupa um lugar insubstituível”.

É no sentido de identificar essa tendência de migração da juventude rural, que se fazem necessários estudos em diferentes contextos no país, uma vez que o enfraquecimento ou desaparecimento dos estabelecimentos da agricultura familiar em uma região onde estes estabelecimentos são a maioria dos estabelecimentos agropecuários pode provocar um prejuízo econômico e social, e conseqüentemente para a produção de alimentos com reflexos

negativos para a região e para o país. Para que se possa compreender melhor de que forma se dá o fenômeno migratório para as juventudes rurais, em seguida serão abordados tópicos sobre os processos migratórios.

2.4 PROCESSOS MIGRATÓRIOS E SUA RELAÇÃO COM AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Considerando que a opção pela migração ou o processo migratório estão relacionados também a uma decisão racional do sujeito que migra, pode se considerar que esse processo é permeado e influenciado por representações construídas pelo sujeito migrante. Essas representações são construídas e reconstruídas pelos sujeitos a partir do conhecimento que permeia sua vivência, de suas elaborações do senso comum, conforme o contexto em que se insere. A representação construída sobre algo não é definitiva, bem como, a opção pela migração do meio rural para o meio urbano pode não ser definitiva, pode não ser uma escolha somente racional, mas uma necessidade imposta ao sujeito, enfim, o que se pretende destacar, é a relação entre a presença da representação para o sujeito e o processo migratório.

Essa discussão pode ser evidenciada a partir de estudos já realizados com jovens rurais sobre a temática da migração em diferentes contextos, como por exemplo, estudos que identificaram opções de jovens pela migração rural/urbano e que não consideram a situação do êxodo associada apenas a uma visão negativa do meio rural, conforme corrobora Nadir Zago (2016, p. 73):

[...] o campo que exclui é ao mesmo tempo idealizado por ser aquele que oferece “melhor qualidade de vida, com menos poluição, alimentação mais saudável”, mas é também um ambiente de adversidades, do trabalho “judiado, pesado, sem férias e de baixo rendimento”. Os jovens se veem confrontados entre essas situações ambivalentes de melhor qualidade de vida no campo e a avaliação de um horizonte de poucas perspectivas futuras.

Outras representações sobre o meio rural e as migrações foram identificadas por Brumer (2007) a qual evidencia que fatores de atração para a emigração dos jovens ao meio urbano estão associados à opção por trabalhos remunerados, e fatores de expulsão do meio rural estão associados às dificuldades da vida e das atividades no meio rural, porém, destaca

que “[...] a rejeição da atividade agrícola não significa necessariamente rejeição à vida no meio rural” (BRUMER, 2007, p. 38).

No mesmo sentido, Seyferth (1991) apud Brumer, Souza e Zorzi (2002) afirma que a busca dos jovens do meio rural por empregos fora da agricultura está mais associada à impossibilidade de continuar na condição de agricultor do que à preferência pela vida urbana e acrescenta:

A proletarização “não é apresentada como estratégia de reprodução social ou como escolha consciente dos filhos interessados numa produção não-agrícola; ela é sempre “obrigação” ou “exclusão” (...) a exclusão da herança da terra, subdivisão da propriedade (...) na prática, porém, os filhos são encaminhados para uma profissão assalariada desde cedo, exatamente porque não existem condições objetivas de fazê-los colonos de tempo integral” (SEYFERTH, 1991, p. 1806/1807 apud BRUMER, SOUZA e ZORZI, 2002).

Em relação ao fenômeno das migrações do meio rural para o urbano, Wanderley (2007) aponta que a migração não necessariamente é o caminho para a realização de sonhos, podendo ser um meio de escapar das restrições da vida no meio rural tanto no âmbito familiar como no âmbito da sociedade local, e destaca, a partir de estudo com jovens rurais pernambucanos, que “a agricultura parece não merecer mais o empenho dos jovens” (WANDERLEY, 2007, p. 33), devido à insuficiência de terras para a produção, à penosidade do trabalho agrícola e a falta de estímulos para a produção. Nesse sentido, percebe-se a atuação de forças estruturais sobre a decisão de migrar, o que também interfere nas representações do sujeito migrante sobre o processo migratório.

Dentre os fatores que influenciam para a inviabilidade da permanência no meio rural e da agricultura familiar e conseqüentemente, da sucessão para a continuidade dessas unidades de produção – fatores estes que atingem toda a população proveniente da agricultura familiar, mas aqui se enfatiza a juventude rural – Renk e Dorigon (2014, p. 15) apontam que “a imposição de padrões homogêneos para grãos, aves, suínos e bovinos, a perda da autonomia do pequeno agricultor frente às exigências do mercado, afeta o processo de reprodução social camponesa”, e ainda, a agricultura familiar não é atrativa aos jovens em função da penosidade do trabalho na agricultura e dos baixos rendimentos provenientes da produção.

Em relação às alterações no modo de produção agrícola e conseqüentemente no modo de produção da agricultura familiar, decorrentes da lógica capitalista de produção e consumo, considera-se que a análise de Frantz (2012, p. 302) traz elementos que são preponderantes

e/ou influenciam para as diferentes representações e decisões de jovens rurais, destacando-se que:

Com o atrelamento da produção agrícola ao sentido capitalista, isto é, ao mercado de lógica capitalista, o “mundo” da agricultura familiar sofreu alterações radicais. Produzir e viver passou a ter outras referências e orientações, que não provêm mais das necessidades e desejos da vida, mas da lógica de uma ordem que tem o lucro e a remuneração do capital investido como referência de orientação. Esse novo contexto da produção desfaz o sentido associativo do trabalho e o privatiza, isto é, os indivíduos passam a ter como referência a valorização de seu trabalho nas relações de mercado, em que o associativo e o cooperativo serão apenas instrumentos de controle de custos e não mais valores de vida.

Em determinado estudo de Wanderley (2007), entre os aspectos que incidem negativamente para a migração dos jovens do rural para o urbano, estão as carências da vida local e a falta de alternativas profissionais que possam garantir emprego e renda na agricultura ou fora dela, a falta de estímulos para a produção na agricultura, a terra insuficiente e a penosidade do trabalho, o que na ocasião do estudo denotava a pequena adesão dos jovens à continuidade das atividades na agricultura.

A dificuldade de acesso a terra para as novas gerações, a modernização capitalista e consequentes transformações nas relações de produção ocasionam uma dependência do pequeno produtor em relação ao sistema financeiro e agroindustrial, e contribuem negativamente para o futuro das unidades de produção familiares (ZAGO, 2013). Nesse sentido, encontram-se:

De um lado, os grandes produtores com reais condições de elevar a infraestrutura e a tecnologia de trabalho, bem como de um poder de barganha na compra de insumos e equipamentos modernos; de outro, os pequenos produtores com suas dificuldades de competir neste cenário do capitalismo contemporâneo (ZAGO e BORDIGNON, 2012, p. 05).

No sul do Brasil, conforme aponta Brumer (2007), as reivindicações de jovens filhos de agricultores abordam o acesso a uma renda própria associada à autonomia de sua utilização e a autonomia dos jovens em relação aos pais. Nesse sentido e tendo em vista as inúmeras problemáticas apontadas e que perpassam as unidades de produção familiares, torna-se um desafio à discussão de questões de viabilidade e permanência na agricultura, associadas à realização de projetos pessoais e profissionais.

Para Brumer (2014) entre os fatores que incidem sobre a permanência do jovem na agricultura estão: a viabilidade econômica do empreendimento para a garantia de uma renda considerada adequada aos futuros agricultores; a qualificação necessária para que o agricultor possa integrar-se num mercado competitivo; as oportunidades e estratégias para a obtenção de renda complementar à proveniente da atividade agrícola; as relações entre pais e filhos, associadas ao processo sucessório e às questões de autonomia frente ao empreendimento; as relações de gênero, das quais surgem oportunidades maiores ou menores para as mulheres; e a opção pela profissão de agricultor, sua valorização e apreciação pela vida no campo, em contraposição à vida na cidade e à outras profissões. Porém, Brumer (2007) destaca que em grande medida, na opção pela migração, os fatores de expulsão incidem com mais força que os fatores de atração, quando se faz um balanço entre a situação vivida pelo jovem rural e a expectativa sobre a nova situação de vida proporcionada com a migração.

Dentre os jovens rurais que decidem pela migração para o meio urbano, ainda destaca-se a predominância de moças que saem das áreas rurais e o fenômeno de masculinização do campo, sendo diferentes as representações das jovens e dos jovens sobre a vida no meio rural (BRUMER, 2007). Brumer (2004) chama a acentuação da migração urbano-rural por parte das moças de emigração seletiva e com base em pesquisa realizada sobre a situação das mulheres na agricultura no Rio Grande do Sul, relaciona essa emigração seletiva à desigualdade de gênero e a consequente subordinação da mulher na estrutura familiar, bem como, à menor perspectiva profissional e à menor motivação para que as mulheres permaneçam no meio rural.

Nesse sentido, destaca-se ainda:

A seletividade da migração por idade e sexo pode ser explicada, em grande parte, pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos jovens, de forma independente da tutela dos pais; pela forma como ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnificados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural e pela exclusão das mulheres na herança da terra (BRUMER, 2004, p. 210).

As moças têm um posicionamento mais crítico e negativo em relação à continuidade na agricultura, o que decorre de relações de gênero vivenciadas no meio rural, sendo menos valorizadas as atividades desempenhadas por mulheres na agricultura, bem como, do pouco

espaço relegado às mulheres na atividade agrícola comercial. Em análise acerca das diferenciações presentes entre jovens rurais do sexo masculino e do sexo feminino, convém ressaltar que as moças valorizam e investem mais na educação a fim de prepararem-se para um emprego no meio urbano (BRUMER, 2007). Ainda, em relação à questão discutida, destaca-se que:

[...] os papéis masculinos e femininos, na agricultura familiar, podem ser vinculados ao duplo caráter da propriedade/produção: ao homem é atribuída a esfera da produção – pública, rentável, que possibilita à família manter-se como grupo – e à mulher, a esfera da reprodução – privada, auto-suficiente, garantindo aos membros da família as condições que, em curto prazo, os mantenham como indivíduos (BRUMER, 2007, p. 42).

Para Carneiro (2007) a tendência de migração maior entre moças do meio rural associa-se à dificuldade de realização profissional para as mulheres no espaço agrícola, e ainda, a discriminação que vivenciam as impulsionam a buscar níveis mais elevados de educação e a migrarem para o meio urbano. A autora enfatiza que contextos com estas características corroboram para provocar o fenômeno de masculinização e envelhecimento da população do meio rural, e em decorrência também dessa realidade, a reprodução social das unidades familiares da agricultura encontram-se ameaçadas.

Em relação a uma visão ou representação positiva da permanência da juventude no meio rural, Carneiro (2007) argumenta que a decisão dos jovens em permanecer ou voltar para o campo não pode ser associada a um fracasso para o jovem, mas pode resultar de uma escolha direcionada pelo desejo de morar com a família, pela proximidade com vizinhos e parentes e pelo compartilhamento de códigos e valores, em conjunto com o desejo de ter acesso a bens materiais e simbólicos que até recentemente estavam disponíveis apenas nas cidades, para que assim, esses jovens possam acessar “o melhor dos dois mundos”. No entanto, essa combinação não depende apenas da vontade do jovem, mas principalmente das condições materiais do lugar de moradia e da possibilidade de realização de um projeto profissional.

Diante do exposto, entende-se que a opção pela migração, ou, o processo migratório é permeado e influenciado por representações sobre a decisão de migrar, conforme determinado contexto e determinadas variáveis vivenciadas pelos sujeitos. Nesse sentido, representações positivas e/ou negativas são construídas e reconstruídas em relação à migração, bem como, a própria representação sobre o migrar também não é definitiva, e, por isso, a opção pela migração deve ser visualizada como processo e não como única e definitiva.

Essa análise pode ser evidenciada a partir do estudo de Rodrigo Kummer (2013, p. 272) com jovens da localidade rural de Cerro Azul, Palma Sola (SC) que permaneciam no meio rural. O autor evidenciou que aqueles jovens estavam no meio rural, porém não haviam se decidido ainda pela permanência ou pela saída, a dinâmica que os envolvia era de expectativas e articulações para a permanência no meio rural, mas com possibilidades de vinculação ao meio urbano, uma potencial permanência, tanto quanto, uma potencial saída. Acrescenta ainda que “a migração e, principalmente, a permanência de jovens no meio rural é uma condição volátil, fluída e que se relaciona com as situações sociais vividas por esses jovens” (KUMMER, 2013, p. 279). Acredita-se que à essa análise possam somar-se as representações sobre migração, orientadas pelas situações sociais vivenciadas pelos jovens

Tendo em vista o destaque para a importância das representações na orientação e/ou influência sobre os processos migratórios para a juventude rural, entende-se necessária a breve e inicial abordagem acerca das representações sociais, compreendendo-a como orientação teórica que contribui para esta pesquisa no sentido de evidenciar tendências em relação a processos migratórios de jovens rurais em um contexto específico ao qual se destaca a variável do acesso à educação superior.

O campo de estudo das representações sociais, iniciado por Serge Moscovici, tem sua gênese a partir do conceito de representações coletivas de Durkheim, o qual visava explicar fenômenos como mitos, religiões, categorias da realidade social e conhecimentos da sociedade. Nesse sentido, Moscovici buscou um primeiro suporte conceitual para suas objeções, considerando que as representações sociais explicariam melhor o conhecimento do cotidiano, emergente de um novo cenário social, entendia Moscovici, que o conceito de representações coletivas não daria mais conta dos fenômenos recentes. (SÁ, 2004). Na visão de Edson Alves de Souza Filho (2004, p. 109), “Moscovici pretendia renovar o estudo de atitudes, opiniões, imagens e estereótipos e, igualmente, ideologia, visão de mundo, da psicologia social e da sociologia, respectivamente”.

As representações referem-se ao campo do conhecimento do senso comum e nas considerações de Moscovici a apropriação do senso comum pela ciência não se trata da vulgarização do saber científico e sim de um conhecimento adaptado a outras necessidades, guiando-se por outros critérios e contextos específicos (MACHADO, 2011). Parafraseando Sá (2004), o termo representações sociais designa uma forma de situar o conhecimento mobilizado pelas pessoas comuns, na comunicação informal do cotidiano, sobre os mais variados temas da sociedade, que perpassam o dia-a-dia das relações interpessoais.

Nesse sentido, considera-se que crenças, ideologias, conhecimento mobilizado pelas pessoas no cotidiano, ciência, são legitimamente representações sociais, e nesse sentido, a redutibilidade de crenças e conhecimento comum pela ciência deve ser abandonada, uma vez que “a ciência e o senso comum – crenças em geral – são irreduzíveis um ao outro, pelo fato de serem modos de compreender o mundo e se relacionar a ele” (MOSCOVICI, 2015, p. 199). Dessa forma, tanto o pensamento primitivo, quanto o senso comum e a ciência sempre são formas de representação, ou seja, não são realidades, mas representações da realidade e é em função das representações que se movem os indivíduos e as coletividades (MOSCOVICI, 2003 apud OLIVEIRA, 2004).

Para Maria Cecília de Souza Minayo (2013, p. 73) representações sociais:

Nas ciências sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a. Enquanto material de estudo, essas percepções são consideradas consensualmente importantes, atravessando a história e as mais diferentes correntes de pensamento sobre o social.

Conforme Serge Moscovici (2015), considerando que sempre existe determinada quantidade de autonomia e determinada quantidade de condicionamentos nos ambientes natural e social, afirma que as representações possuem as funções de convencionalizar objetos, pessoas e acontecimentos que encontram, a fim de lhes dar uma forma que possibilitará conhecer o que representa o quê; e de prescrever os pensamentos ou ações, ou seja, as representações se impõem sobre os sujeitos, são transmitidas como uma sequência de elaborações e mudanças que se dão ao longo do tempo e das sucessivas gerações. O autor acrescenta acerca das representações, “uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem” (MOSCOVICI, 2015, p. 41).

Uma questão a ser destacada no que se refere à abordagem de representações está na crítica de Moscovici às concepções de que a sociedade não pensa ou de que esse não lhe é um atributo essencial. Enfatizando essa análise, Moscovici (2015) procura sugerir que pessoas e grupos pensem por si mesmos - não sendo receptores passivos -, que comunicam suas próprias representações e formulam soluções para as questões que se colocam em seus cotidianos, ou seja, suas representações impactam em suas escolhas e em suas relações sociais, e o alimento para o pensamento dos sujeitos encontra-se nos acontecimentos, na ciência e nas ideologias. Nesse sentido, o indivíduo deve ser considerado como agente de

mudança na sociedade ao passo em que também é produto dessa sociedade (FARR, 2013). Dessa forma Angela Arruda (2009, p. 746/747) acrescenta:

O ser humano, portanto, não pensa isolado, desligado do social. Ele pensa atravessado por este. Ele carrega no seu pensar a marca dos grupos que incidem sobre a sua experiência, sobre a sua identidade, bem como a marca da história, da política, das divisões sociais e tantas outras, e isso não se configura como uma simples retradução na linguagem daquele grupo.

Moscovici (2015, p. 61) destaca e explica os dois processos que geram representações sociais, os quais são a ancoragem e a objetivação⁶, que buscam transformar o não familiar em familiar. Nesse sentido, o autor designa a ancoragem como sendo “um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada”, a ancoragem, portanto classifica algo, categoriza alguém, a partir de paradigmas já conhecidos. Já a objetivação refere-se a “transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico”, ou seja, “transformar a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui a palavra” (MOSCOVICI, 2015, p. 71).

Em relação à utilização da referida abordagem para a investigação de aspectos da realidade social, enfatizam Pedrinho Guareschi e Sandra Jovchelovitch (2013, p. 19) que:

[...] a TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS nos apresenta novas possibilidades. Em primeiro lugar, porque contra uma epistemologia do sujeito “puro”, ou uma epistemologia do objeto “puro”, a TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS centra seu olhar sobre a relação entre os dois. Ao fazer isso ela recupera um sujeito que, através de sua atividade e relação com o objeto-mundo, constrói tanto o mundo como a si próprio. [...] se a atividade do sujeito é central para a teoria, não menos central é a realidade do mundo.

Destaca-se com a teoria das representações sociais essa possibilidade de análise da relação indivíduo e sociedade e, ainda de acordo com Jovchelovitch (2013, p. 68) “as representações sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um

⁶ Destaca-se que a identificação dos aspectos que geram as representações dos sujeitos da pesquisa (a partir dos processos de ancoragem e objetivação) não foi contemplada, uma vez que não figurava como objetivos principal ou específico, tendo sido apenas tangencialmente consideradas.

individualmente”, o que reforça a importância do estudo de realidades sociais específicas, as quais fazem parte do todo da sociedade.

Considera-se que diversos elementos ligam-se ao conceito de representações sociais conforme Guareschi (2013, p. 162):

[...] é um conceito dinâmico e explicativo, tanto da realidade social, como física e cultural. Possui uma dimensão histórica e transformadora. Junta aspectos culturais, cognitivos e valorativos, isto é, ideológicos. Está presente nos meios e nas mentes, isto é, ele se constitui numa realidade presente nos objetos e nos sujeitos. É um conceito sempre relacional, e por isso mesmo social.

Ainda, tendo em vista a análise de Oliveira (2004) acerca da obra “Representações sociais: investigações em psicologia social” (2003) de Moscovici, o mesmo afirma que o autor não interessou-se apenas em compreender a maneira como o conhecimento é produzido, mas também em analisar o impacto desse conhecimento nas práticas sociais e o impacto das práticas sociais para a produção desse conhecimento. E é nesse sentido que se destaca a contribuição de investigações e análises de representações sociais, uma vez que acredita-se na possibilidade de identificar em que medida e como as representações sociais orientam e/ou influenciam as ações e os contextos de determinados grupos e vice-versa.

Diante do exposto, visualiza-se que as representações sociais são capazes de apreender uma realidade social sobre determinado tema, e ao apreendê-la deve-se ter clareza de que é possível identificar também, características culturais presentes no meio, conforme Moscovici (2015, p. 105) “[...] o que se requer é que examinemos o aspecto simbólico dos nossos relacionamentos e dos universos consensuais em que nós habitamos”, nesse sentido, é possível analisar o cotidiano de determinados grupos sociais e a dinâmica que os envolve.

No caso da presente proposta de estudo, acredita-se na possibilidade de apreensão das representações sociais de jovens rurais com acesso a ensino superior público em um contexto específico, a UFFS inserida na mesorregião Sudoeste do Paraná. Entende-se que a apreensão de representações sociais dos sujeitos diante da realidade social destacada possa permitir identificar em que medida a inserção desses sujeitos em uma universidade pública e popular, com objetivos de contribuir para o desenvolvimento regional e da agricultura familiar, pode viabilizar representações que incidam ou não sobre a ocorrência de processos migratórios desses jovens rurais.

O tópico a seguir apresenta uma discussão que busca relacionar o acesso de juventudes rurais à educação com os processos migratórios, fenômeno que se faz presente no cotidiano

desses jovens, e/ou com as representações que orientam esses processos, ou ainda, que podem orientar a permanência de jovens no meio rural.

2.5 ENSINO SUPERIOR E REPRESENTAÇÕES DE JOVENS RURAIS SOBRE MIGRAÇÃO

Inicialmente, é importante abordar algumas considerações sobre o acesso à educação e ao nível superior de ensino por parte de jovens rurais. Com base em Castro et al. (2009), após analisar dados da Pnad 2006, os autores evidenciaram a desigualdade de acesso e continuidade dos estudos para a juventude rural em relação à juventude urbana, sendo 27,7% de jovens urbanos no ensino superior em comparação com 5,1% de jovens rurais na mesma modalidade. Com base na afirmação de Zago (2016, p. 64) de que “[...] o prolongamento da escolarização para além do ensino fundamental é relativamente recente entre os filhos de agricultores”, verifica-se uma lacuna na garantia de acesso à educação para jovens rurais, o que caracteriza ainda o processo de exclusão dessa parcela da população à continuidade dos estudos. Ainda conforme a autora são poucas as informações referentes à juventude rural que tem acesso ao ensino superior, associando esse fator também à questão de que as pesquisas privilegiam a condição urbana.

Mais recentemente, conforme análise de Zago (2013, p. 05) observa-se que “[...] a população universitária tornou-se mais diversificada quanto a sua composição social, por faixa etária, gênero e raça, origem geográfica e trajetórias de vida”, e considera-se que apesar do histórico processo de exclusão dos jovens rurais para acesso ao ensino superior, esses jovens fazem parte dos chamados “novos públicos” das universidades brasileiras.

Em relação à importância da recente preocupação com a interiorização do ensino superior Dorigon e Renk (2014) destacam o acesso à educação formal para os jovens rurais, e o oferecimento de ensino superior em instituições públicas, comunitárias e privadas a esses jovens no último decênio, o que amplia os horizontes dos jovens para cursar cursos superiores, e acrescentam, que na região de seus estudos, o oeste catarinense “[...] o foco almejado para a saída da área rural é o estudo, seja o ensino técnico, seja o ensino superior” (RENK e DORIGON, 2014, p. 39).

Neste contexto, Brumer (2014, p. 10) corrobora:

Para muitos, a educação tornou-se um investimento que propicia aos jovens oportunidades fora da agricultura, e daqueles que receberam um ‘dote’ na forma de educação espera-se que renunciem à sua parte na herança da propriedade familiar, em benefício do filho que permanece na terra e cuida dos pais durante a velhice.

No que se refere às representações e percepções de jovens rurais em relação ao nível de instrução necessário para ser agricultor, uma pesquisa realizada por Arenhardt, Souza e Franchi (2014) revelou que houve certo equilíbrio entre as alternativas “saber ler e escrever”, com 32,7% das respostas válidas, e “ter curso técnico agrícola”, com 29,1% de intenções. Isso demonstra que uma parte dos jovens rurais pesquisados tem consciência de que o conhecimento (principalmente o técnico) é importante para quem é agricultor. Se somadas as respostas “curso técnico agrícola” e “curso superior”, o percentual obtido ultrapassa a alternativa “saber ler e escrever” (totalizam 34,6%), ou seja, embora a maioria dos pesquisados admitam estar estudando para conseguir um emprego fora da agricultura, eles têm presente que o estudo também é fundamental para aqueles que permanecerem no campo. Nesse sentido, da importância atribuída à educação pela juventude rural, acrescenta-se a análise de Durston (1996, p. 29) apud Brumer (2014, p. 126):

[...] o maior grau de ‘modernidade’ dos jovens rurais em face de seus pais – sua educação formal e seus conhecimentos dos novos códigos culturais -, ainda que não cheguem ao mesmo nível dos jovens urbanos de classe média, lhes dá um papel central para que [os] casos de êxito microempresarial sejam mais numerosos.

Para Durston (1994, p. 15) apud Siqueira (2004, p. 37) “[...] os jovens rurais de hoje têm conhecimentos e capacidades suficientes para se constituírem no principal motor de desenvolvimento rural [...]”, o autor acredita que dar aos jovens a possibilidade de serem protagonistas no desenvolvimento rural, pode ser a opção que eles necessitam para não abandonarem a agricultura. Nas unidades de produção familiar os filhos iniciam-se cedo junto às atividades domésticas e agrícolas, apropriam-se do conhecimento necessário à gestão da unidade, mas isso não garante a continuidade das atividades desenvolvidas pela família na agricultura (ZAGO, 2016), o que também interfere na continuidade da agricultura familiar ao longo do tempo, que para Brumer (2014, p. 115) “[...] depende do interesse e das motivações dos jovens agricultores familiares para reproduzir a atividade dos pais”. No entanto, os jovens

rurais brasileiros vivenciam inúmeras dificuldades e entraves para a concretização da sucessão nas unidades de produção familiares.

A universidade deve ser também para a juventude rural, um espaço que possibilite a construção e o planejamento para a democratização e garantia de direitos, para a continuidade, desenvolvimento e autonomia da agricultura familiar, como forma de revalorizar as potencialidades do campo.

Destaca-se a importância da relação entre a universidade e a juventude do campo, uma vez que Abramovay et al. (1998) por meio de suas pesquisas em relação à juventude e a agricultura familiar, afirma que o acesso à educação por parte da juventude do campo não é estímulo ao abandono do meio rural, e que pelo contrário, existe uma consciência dos jovens acerca da importância da educação para o exercício da profissão agrícola.

Ainda conforme Abramovay et al. (1998, p. 93) mesmo considerando os limites do estudo desenvolvido em Saudades SC, afirma que o resultado da pesquisa:

[...] não corrobora com a opinião tão frequente de que o acesso à educação é um elemento de estímulo ao abandono do meio rural. Vimos que existe uma clara consciência, por parte das novas gerações, da importância da educação para o exercício da profissão agrícola. Além disso, a hipótese de que fica na roça aquele filho com menos estudo não foi confirmada pelos dados aqui expostos.

Cabe ressaltar, que o contexto de relação entre a juventude rural e a universidade é ainda permeado pelo viés de gênero, pois conforme Brumer (2007, p. 40) “há ainda diferenças entre rapazes e moças na valorização da educação: as moças investem mais na educação do que os rapazes, principalmente com vistas à preparação para um emprego na cidade”.

Com o objetivo de enfatizar a análise de que o acesso à educação para a juventude rural possa contribuir estrategicamente para a permanência no meio rural e/ou para a reprodução das unidades de produção agrícola familiar, apropria-se de Wheisheimer (2002, p. 1976) ao referir que a educação é reconhecida como recurso de importância para o aumento da competitividade das famílias produtoras no mercado, e também significa um aporte para famílias e comunidades no sentido de conduzir estratégias de produção e de inserção profissional dos sujeitos, o autor conclui que a educação é um componente relevante em processos de reprodução social, no caso, da agricultura familiar.

Ainda, conforme análise do autor:

[...] na opinião dos jovens, a busca por uma maior escolarização é um dos elementos que rompem com a lógica tradicional na agricultura. Antes ficavam no trabalho agrícola aqueles filhos “que não tinham cabeça para estudar”. Agora os agricultores passam a perceber que o sucesso da produção familiar também passa por um maior conhecimento adquirido pela escolarização (WEISHEIMER, 2002, p. 1976).

Conforme Carneiro (2007), com vistas a diminuir as distâncias vivenciadas entre jovens urbanos e rurais, a juventude rural também possui demandas relacionadas ao acesso à educação, ao lazer, às tecnologias de informação e comunicação, uma vez que a cidade não é mais o único caminho de acesso e esses bens. A autora destaca algumas mudanças nas representações de jovens rurais sobre o meio rural, como a valorização do lugar de origem por representar segurança, tranquilidade e qualidade de vida em oposição à violência no meio urbano e a valorização do lugar de nascimento pelo conseqüente convívio familiar e pelos laços de amizade. Nesse sentido, o rural passa a ser visualizado pelos jovens com traços positivos, concomitantemente com os desejos de acesso à modernidade. Macedo (2007, p. 75) afirma com base em pesquisa realizada na região Sul no ano de 1998 que “[...] 60% dos jovens querem uma alternativa para ficar no campo. Esse é o desejo deles, mas se não encontram condições, vão embora”, destacando-se também que:

Mesmo não relacionando seu futuro à agricultura, muitos jovens preferem continuar morando na localidade rural, mas sem abrir mão do acesso à educação e a novos campos de conhecimento como a informática, por exemplo, que permitiria abrir as janelas do mundo rural para um universo desconhecido e ilimitado (CARNEIRO, 2007, p. 63).

Em relação ao acesso à educação para jovens rurais, Cunha (2007, p. 74) relata sua experiência pela atuação junto a um programa de desenvolvimento local com foco na educação de jovens rurais, e afirma que os jovens veem na educação “uma possibilidade de mudança de vida, de ascensão, de crescimento e desenvolvimento”, mas destaca que quando o desejo desses jovens não se torna utopia, o acesso à educação tende a estar descontextualizado e assim acaba impulsionando o jovem para a migração. Diante da colocação da autora, destaca-se a importância de se pensar a educação para a juventude rural considerando suas demandas específicas, que possam corroborar para a permanência no meio rural associada à realização dos projetos profissionais desses jovens, com possibilidade de crescimento, a fim

de garantir qualidade de vida e conseqüentemente a continuidade e o desenvolvimento dos espaços rurais.

No que se refere à importância da educação/formação para o desenvolvimento de atividades agrícolas, destaca-se que as atividades na agricultura passam por transformações mais rápidas do que em épocas anteriores à década de 1980, quando os conhecimentos necessários para a produção eram herdados da família, as atividades agrícolas eram tradicionais e garantiam a reprodução social e econômica do grupo familiar, não sendo a atividade agrícola associada à necessidade de estudar. Atualmente surgem novas oportunidades de renda no meio rural, como por exemplo, a produção agroecológica e os produtos provenientes da agroindústria familiar de qualidade artesanal, o que exige do agricultor um nível mais elevado de educação, bem como, uma formação contínua, a fim de corroborar para fortalecer a agricultura familiar a partir das novas demandas de mercado presentes no espaço rural (MELLO et al., 2003).

Ainda nesse contexto, em análise sobre os determinantes das condições de vida de pessoas residentes em domicílios agrícolas no Brasil, Kageyama e Hoffmann (2000) apud Mello et al. (2003, p. 09) destacam:

[...] que a melhoria das condições de vida rural depende, em primeiro lugar, do desenvolvimento regional e, particularmente, das disparidades do desenvolvimento da agricultura entre as regiões; e em segundo lugar, depende de uma elevação *'substancial do nível de escolaridade dos membros das famílias para as quais a agricultura ajuda a compor a renda familiar'*.

Conforme pesquisa desenvolvida com jovens rio-grandenses de Arroio do Tigre, identificou-se que a educação tem espaço relevante nos projetos de vida em médio prazo. Permanecer na roça; continuar na agricultura ou voltar para a agricultura depois de ter realizado cursos de aperfeiçoamentos também são projetos dos jovens rurais; pois diversos jovens fazem alusão a alguma forma de educação e estudo em seus projetos (TROIAN, 2014, p. 128). Ainda para a autora “o estudo é considerado como significativo na gestão e no planejamento da propriedade indo contra a falsa ideia que o senso comum possui, ou estuda ou fica no meio rural” (TROIAN, 2014, p. 156).

Tendo em vista os exemplos e as reflexões apontadas, o processo de interiorização das universidades e a recente ampliação do acesso de jovens rurais à educação superior, a presente pesquisa pretende identificar representações de jovens rurais sobre migração, a partir da inserção em curso superior de uma universidade federal propositiva a corroborar com o

desenvolvimento regional em um contexto geográfico de predominância de propriedades agrícolas de agricultura familiar e com quedas graduais no total da população rural em todos os municípios. Na sequência, serão expostos o problema, hipóteses e objetivos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa.

2.6 A MIGRAÇÃO DE JOVENS RURAIS E A UNIVERSIDADE

O desenvolvimento desta pesquisa objetiva analisar a relação existente entre as representações de jovens rurais sobre migração a partir de sua inserção em cursos superiores da UFFS *Campus* Realeza. A contextualização da universidade inserida na mesorregião Sudoeste Paranaense, o mapeamento para a identificação da presença de jovens rurais nos cursos de graduação do *campus* e a literatura abordada no decorrer dos capítulos, evidenciaram a demanda dos jovens rurais pelo acesso à educação, bem como, visualiza-se a importância atribuída à educação por parte de jovens rurais, sobretudo, para viabilizar a realização de projetos pessoais e profissionais, alternativas e possibilidades de trabalho e renda.

Os jovens e especificamente, os jovens rurais da mesorregião Sudoeste e seu entorno têm aumentadas as possibilidades de acesso ao ensino superior a partir da UFFS, vivenciando uma realidade diferente de muitos jovens rurais de outras regiões do país, considerando o contingente de jovens rurais que dão continuidade aos estudos, tendo em vista que o acesso ao ensino superior para os jovens rurais não ocorre na mesma proporção em que ocorre para os jovens urbanos, mesmo considerando os avanços possibilitados nas últimas décadas em relação às oportunidades de acesso ao ensino superior no Brasil, e ainda, conforme a PNAD de 2007 a juventude rural tinha o grau de escolaridade 30% inferior ao da juventude urbana (CUNHA, 2011).

O que se quer destacar é que os jovens desta pesquisa vivenciam uma condição particular em relação a muitos jovens rurais brasileiros, ou seja, são jovens rurais que estão tendo acesso à educação superior. É nesse contexto que esse estudo tem sua importância, tendo em vista a pouca visibilidade de pesquisas que abordem o jovem rural com acesso ao ensino superior e sua realidade específica. Também entende-se que a UFFS *Campus* Realeza coloca-se como uma estratégia nesse sentido, de atender uma demanda até então pouco assistida no que se refere ao ensino superior, abarcando os chamados novos públicos das

universidades, destacando-se ainda, que se trata de uma universidade cujas atividades são norteadas pelos princípios de desenvolvimento regional, tendo na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento.

A partir desse contexto, enxergou-se a possibilidade de identificar se a inserção do jovem rural na referida universidade incidiria em suas representações sobre migração, porém, dada a recente implantação da UFFS, ainda não seria viável identificar um possível impacto positivo ou negativo da atuação da universidade sobre migrações de jovens rurais, no entanto, a partir das representações sociais, já seria possível identificar uma tendência de como o novo fator universidade e acesso à educação incidem sobre as migrações, enfatizando a universidade como variável que impacta de alguma forma na vida do jovem rural.

Considerando-se que a opção do jovem por permanecer ou sair do meio rural relaciona-se à forma como ele representa essa decisão, justifica-se a escolha pela utilização das representações para o estudo com os jovens, apropriando-se de Minayo (2013, p. 90) ao afirmar que “[...] as Representações Sociais, enquanto imagens construídas sobre o real são um material importante para a pesquisa no interior das Ciências Sociais”, no caso, a fim de identificar a relação entre as variáveis migração e formação superior na UFFS *Campus Realeza*. Ainda, em relação à pesquisa de campo associada às representações sociais, Minayo (2013) apud Bourdieu (1973) destaca que as condutas da vida cotidiana, mesmo que automáticas e impessoais, podem ser decifradas, pois essas condutas mesmo sem intenção tem uma significação e exprimem uma realidade objetiva, ou seja, os agentes são produtores e reprodutores de sentido objetivo, mesmo que não saibam ou não queiram, nesse sentido, também se expressa a validade da proposta de estudo.

Neste íterim, compreende-se que as representações sociais são importantes como indicativo de pré-disposições à migração para o meio urbano ou à permanência no meio rural, podendo indicar uma tendência a partir da variável ensino superior e tempo de formação, e para qual orientação essa variável tende, para a saída, ou para a permanência. Destaca-se ainda que, a opção por investigar as representações sobre migrações de jovens rurais, e não propriamente as migrações em si, se deve ao fato de o processo de migrações ser um fenômeno complexo e com possibilidades de retornos e modificações ao longo de uma trajetória de vida destes jovens rurais, podendo ser um processo reversível. Isto significa que a permanência de jovens no meio rural em determinado período de vida, pode significar apenas a falta de oportunidade de realizar o processo de migração. Por outro lado, o deslocamento de jovens para o meio urbano, pode não ser um movimento sem volta, no sentido que ele pode almejar ou mesmo realizar o desejo de retornar ao meio rural em um futuro próximo. Ou seja,

residir no meio rural em determinado momento de uma trajetória pode não ser a resultante de um projeto almejado, como também pode ser uma contingência do adiamento de um projeto de migração ainda por se realizar. Da mesma forma, a mudança para o meio urbano pode significar uma estratégia passageira ou uma contingência para um retorno futuro ao meio rural. Por estes motivos, justifica-se a opção por trabalhar com representações e não com a migração.

Dessa relação contingente, surgiu como problema de pesquisa o seguinte questionamento: qual a relação existente entre as representações sociais de jovens rurais da UFFS *Campus* Realeza PR sobre migração para o meio urbano e a formação superior na referida universidade? Enquanto hipóteses pensou-se na relação entre a inserção e formação do jovem rural no ensino superior da UFFS *Campus* Realeza e suas representações sobre a opção pela permanência ou saída do meio rural, e que as representações sociais sobre processos migratórios entre os jovens rurais da UFFS *Campus* Realeza tendem a ser mais favoráveis para a permanência no meio rural quanto maior o período de formação dos sujeitos.

Os objetivos específicos pautaram-se em levantar o perfil dos sujeitos da pesquisa; apreender e analisar as representações sociais dos jovens rurais que ingressam no ensino superior na UFFS Realeza sobre migração para o meio urbano; apreender e analisar as representações sociais dos jovens rurais que estão em fase final do ensino superior na UFFS Realeza sobre migração para o meio urbano; e verificar as possíveis diferenças nas representações sociais sobre migração entre os jovens rurais que cursam ensino superior na UFFS *Campus* Realeza, considerando as questões de gênero, perfil socioeconômico e tipo de curso superior.

Acredita-se que a partir dos objetivos expostos, é viabilizada a apreensão das representações dos jovens no que se refere às indicações e tendências quanto à permanências e/ou retornos ao meio rural, ou à migrações. O próximo capítulo apresenta o arcabouço metodológico percorrido para a realização da pesquisa de campo, e sequencialmente os resultados provenientes da coleta de dados, a discussão e análise.

3 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS RURAIS DA UFFS *CAMPUS* REALEZA SOBRE MIGRAÇÃO

3.1 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a relação existente entre as representações de jovens rurais sobre migração a partir de sua inserção nos cursos superiores da UFFS *Campus* Realeza, a fim de identificar se o acesso à universidade indica uma tendência nas representações desses jovens para a permanência no meio rural ou para migração.

Quanto ao percurso metodológico adotado para a consecução dos objetivos propostos, inicialmente destaca-se que o estudo foi elaborado com base em pesquisa bibliográfica e de campo. O levantamento dos dados bibliográficos foi realizado de forma contínua para a contextualização do fenômeno investigado. O caráter do estudo é qualitativo, porém, alguns aspectos quantitativos foram utilizados, com vistas à complementação dos dados.

De acordo com Minayo (2001) o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo, pois existe na pesquisa uma preocupação com um nível de realidade que não pode ser somente quantificado. O objeto e a pesquisa qualitativa estão relacionados a trabalhar com um “[...] universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 21/22). No entanto, a autora destaca que os dados quantitativos não se opõem aos dados qualitativos, mas se complementam, uma vez que a realidade abrangida por ambos interage dinamicamente.

A pesquisa de campo objetiva a coleta de informações acerca de um problema, de verificação de hipóteses e ainda contribui para a descoberta de novos fenômenos ou para a descoberta da relação entre os fenômenos (LAKATOS e MARCONI, 2010), e nesse estudo, foi realizada junto aos jovens rurais que frequentam o ensino superior de graduação na UFFS *Campus* Realeza inseridos nos primeiros e nos últimos anos dos cursos de graduação, tendo em vista o teste das variáveis através do tempo. O planejamento inicial previa a coleta de dados através da aplicação das técnicas de questionário e entrevista, porém, atrasos inviabilizaram a aplicação de entrevistas semi estruturadas. No entanto, destaca-se que a pesquisadora teve a oportunidade de realizar conversas informais e contatos com os jovens

nos momentos disponibilizados para a aplicação dos questionários, o que também viabilizou a identificação de determinadas representações sobre o tema pesquisado. O questionário aplicado aos jovens foi composto por perguntas abertas para que o informante pudesse responder livremente a fim de emitir opiniões, e por perguntas fechadas a fim de identificar dados relacionados ao perfil do informante (LAKATOS e MARCONI, 2010).

A técnica de questionário com perguntas abertas foi utilizada no intento de apreender as representações sociais dos jovens sobre migração a partir da indicação de perspectivas, posições, manifestações de intenção e preferências por projetos futuros relacionados à permanência ou à saída do meio rural, com vistas a identificar se as representações sociais tendem ou não a processos de migração. Portanto, no sentido de aferir diferenças nas representações sociais dos jovens rurais conforme o tempo de formação na UFFS Realeza foram analisadas as representações sociais apreendidas entre os jovens rurais que frequentam os primeiros e os últimos anos dos cursos de graduação na referida universidade, para o teste das variáveis através do tempo.

Para a realização da coleta de dados, inicialmente efetuou-se contato com o Diretor do *Campus* Realeza da Universidade Federal da Fronteira Sul para viabilizar a autorização para a aplicação dos questionários juntos às turmas dos cursos de graduação da referida universidade. Na sequência foi efetuado contato com os Coordenadores de Curso e verificou-se que o semestre letivo estava em fase final e que não seria possível a aplicação dos questionários em todas as turmas e cursos ainda no primeiro semestre letivo de 2016. No entanto, foi viabilizado o início da coleta de dados com quatro turmas (no período de 21/06/2016 a 28/06/2016) e a continuidade da coleta ocorreu no segundo semestre letivo de 2016 com mais sete turmas (no período de 21/09/2016 a 11/10/2016) o que totalizou a aplicação de questionários em onze turmas. Destaca-se que o questionário utilizado na primeira etapa da coleta de dados sofreu pequenas alterações, com vistas a alguns ajustes. O questionário foi aplicado para o universo dos jovens rurais que se encontravam em sala de aula nas oportunidades em que a pesquisadora se dirigiu à universidade.

A aplicação dos questionários ocorreu nos períodos de aula e/ou atividades das turmas, sendo dispensado à pesquisadora o período para a apresentação pessoal, apresentação do curso de Mestrado e da referida instituição ao qual está vinculado, bem como, os objetivos e a metodologia da pesquisa, sendo convidados a responderem ao questionário os alunos filhos de agricultores, provenientes ou com vinculação ao meio rural, ou ainda, os que se considerassem jovens rurais, não se tratando de amostra aleatória, mas sim de uma seleção em função do pertencimento à realidade rural em algum momento da trajetória de vida.

Realizadas as orientações aos alunos, os mesmos ficaram cientes da opção pelo preenchimento ou não preenchimento do questionário, com assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, e sobre responsabilidade da pesquisadora com a confidencialidade dos dados pessoais dos participantes da pesquisa.

O instrumento de coleta de dados foi subdividido em quatro blocos de questões na seguinte ordem: perfil do sujeito, condição do estabelecimento agropecuário, acesso à educação/course superior e migração, cujos dados serão expostos a seguir (questionário conforme consta no apêndice 02). Foram aplicados o total de 60 questionários, destes, 26 com alunos em fase inicial dos cursos de graduação e 34 com alunos em fase final de graduação, sendo distribuídos em 07 respondentes no curso de Ciências Biológicas (somente fase final), 08 no curso de Letras: Português/Espanhol, 12 no curso de Física, 13 no curso de Química, 09 no curso de Nutrição e 11 no curso de Medicina Veterinária, conforme distribuição exposta no quadro a seguir:

Tabela 03 – Distribuição dos questionários por curso superior e fase

| Curso | Total Questionários | Fase Inicial | Fase Final | % de questionários por curso |
|--|---------------------|--------------|------------|------------------------------|
| Ciências Biológicas (Licenciatura) | 07 | 00* | 07 | 11,67 |
| Física (Licenciatura) | 12 | 07 | 05 | 20,00 |
| Letras: Português /Espanhol (Licenciatura) | 08 | 04 | 04 | 13,33 |
| Medicina Veterinária (Bacharelado) | 11 | 02 | 09 | 18,33 |
| Nutrição (Bacharelado) | 09 | 04 | 05 | 15,00 |
| Química (Licenciatura) | 13 | 09 | 04 | 21,67 |
| Total | 60 | 26 | 34 | 100 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

*Destaca-se que alguns atrasos inviabilizaram a aplicação dos questionários junto à fase inicial do curso de Ciências Biológicas.

Para a análise dos dados, inicialmente foi realizada a comparação entre as respostas e representações dos sujeitos que se encontram em fase inicial dos cursos de graduação e os sujeitos que se encontram em fase final dos cursos de graduação, analisando-se as mudanças e/ou não mudanças nas representações sociais dos sujeitos sobre migração, conforme o período de curso superior em que se encontram, com base principalmente nos critérios de gênero, área do curso superior, perfil socioeconômico (também com relação à condição do estabelecimento agrícola com o qual o sujeito ou o seu grupo familiar teve ou mantém

vínculo) e demais fatores que tiveram destaque entre os dados. Na sequência foram realizados cruzamentos entre questões de destaque a fim de identificar outros resultados relevantes para os objetivos da pesquisa.

Destaca-se que são utilizadas na análise dos dados citações dos sujeitos da pesquisa (identificados pelo número do questionário a fim de garantir o anonimato dos sujeitos) para exemplificar as representações apreendidas, as quais subordinam-se à ocorrência quantitativa dessas representações, com vistas a traduzir um sentido de síntese dos resultados da pesquisa de campo. A seguir são apresentados os dados referentes ao perfil dos jovens sujeitos da pesquisa de campo.

3.2 PERFIL DOS JOVENS RURAIS DA UFFS *CAMPUS REALEZA*

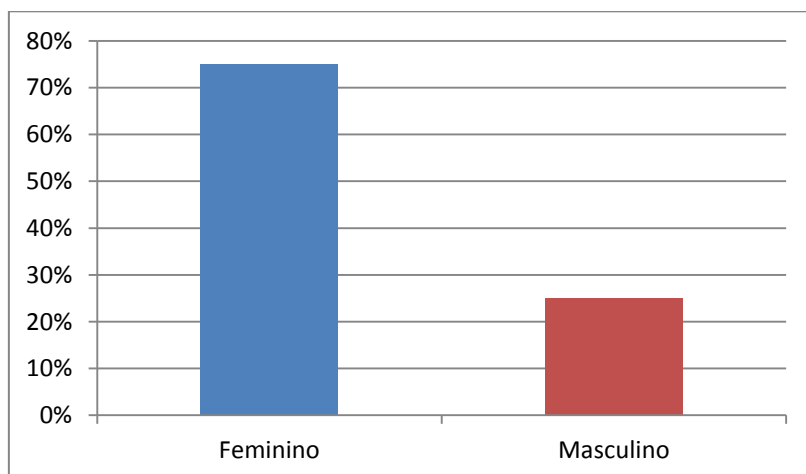
Entre os objetivos desta pesquisa, está o de caracterizar os jovens rurais inseridos nos cursos superiores da UFFS Realeza, a fim de identificar quem é o jovem rural que está acessando o ensino superior nessa universidade, nesse recorte territorial específico, de predominância das propriedades rurais de agricultura familiar e de uma “territorialidade rural” afinal, a UFFS, surge como demanda e como estratégia para atendimento de populações até então excluídas do acesso aos níveis mais elevados de ensino – e nesse caso, refere-se principalmente à população jovem rural que se encontra mais distante desse direito do que a população jovem urbana – e ainda, como possibilidade de contribuir para o desenvolvimento regional nos espaços em que se insere.

Nesse sentido, identificou-se que os jovens desta pesquisa têm idades entre 17 e 33 anos, destacando-se que não foi estabelecido recorte de idade para que os sujeitos participassem da pesquisa, uma vez que é utilizada a abordagem geracional, para além de limites etários, considerando, conforme Wanderley (2007) que a demarcação da etapa da juventude é imprecisa e culturalmente determinada. Dessa forma, considera-se também que não há marco de investidura e de saída na categoria juventude, é jovem quem se considera jovem (RENK e DORIGON, 2014).

Quanto à distribuição dos jovens por sexo, a realidade dessa pesquisa segue a tendência de outros estudos em relação à predominância de jovens rurais do sexo feminino acessando o ensino superior, sendo 75% dos jovens do sexo feminino. Exceto no curso de Medicina Veterinária em que 64% dos respondentes são do sexo masculino, nos demais

curso a maioria dos respondentes são do sexo feminino, nos cursos de Letras e Nutrição todos os respondentes são do sexo feminino e no curso de Química apenas um respondente é do sexo masculino. A distribuição dos sujeitos da pesquisa por sexo se dá conforme o gráfico que segue.

Gráfico 01 - Distribuição dos alunos por sexo



Fonte: pesquisa de campo, 2016.

Essa tendência, da procura por ensino superior ser predominante entre jovens rurais do sexo feminino, está relacionada em grande medida aos papéis sociais diferenciados ainda vivenciados por homens e mulheres nas propriedades rurais, espaço em que tende a ocorrer uma distribuição desigual de poder e oportunidades relegando a força de trabalho e gestão feminina à subalternidade. Nesses contextos, a educação é tida principalmente para as mulheres como via de acesso para trabalhos não agrícolas e oportunidades de realização pessoal e profissional para além da atividade na agricultura (WEISHEIMER, 2007).

No mesmo sentido, conforme as considerações de Stropasolas (2014) há diferenças entre os jovens rurais na valorização da educação, considerando, as questões de gênero que envolvem a posição da mulher na agricultura, em grande medida, em condição de subalternidade no grupo familiar, no desenvolvimento das atividades e na gestão do estabelecimento agrícola, e destaca:

[...] as moças investem mais na educação que os rapazes, sobretudo para se prepararem para conseguir um emprego, uma profissão na cidade. Para a moça, dar continuidade aos estudos, fazer um curso superior significa ter uma profissão, ou seja, ter reconhecimento profissional, condição que se coloca como necessária para que se alcance o reconhecimento social. No caso do rapaz [...] mesmo que possua um baixo grau de escolaridade, ele será identificado e reconhecido como agricultor [...] o mesmo não acontecerá com a moça (STROPASOLAS, 2014, p. 155).

Entre as problemáticas decorrentes dessa diferenciação de papéis entre homens e mulheres no meio rural e na agricultura se dá o que Brumer (2004) chama de emigração seletiva, uma vez que, conforme a literatura, a tendência para a migração é mais presente entre as jovens, com vistas a viabilizar projetos profissionais fora da agricultura. A partir dessa tendência, também ocorre o processo de masculinização do campo, uma vez que os jovens, em comparação com as jovens, tendem a permanecer no meio rural.

No que se refere ao local de moradia, a maioria dos jovens reside no meio urbano atualmente, ou seja, já efetuaram deslocamentos migratórios⁷ (62%), motivados principalmente pela busca de estudo e trabalho, questões que serão apresentadas e analisadas mais adiante. A distribuição dos jovens por curso e local de moradia pode ser visualizada na tabela que segue.

Tabela 04 - Distribuição dos alunos por curso e local de moradia

| Curso | Total de alunos | Local de moradia | |
|---|-----------------|------------------|-----------------|
| | | Meio rural | Meio urbano |
| Ciências Biológicas (Licenciatura) | 07 | 03 | 04 |
| Física (Licenciatura) | 12 | 04 | 08 |
| Letras: Português /Espanhol (Licenciatura) | 08 | 05 | 03 |
| Medicina Veterinária (Bacharelado) | 11 | 01 | 10 |
| Nutrição (Bacharelado) | 09 | 06 | 03 |
| Química (Licenciatura) | 13 | 04 | 09 |
| Total | 60 | 23 (38%) | 37 (62%) |

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Tendo em vista que 62% dos jovens residem no meio urbano, destaca-se que em ambas as fases inicial e final, a maioria dos alunos migrou para o meio urbano, porém é observada uma tendência maior de residência no meio urbano para os alunos de fase final. O período de tempo que os alunos migraram do meio rural para o meio urbano varia de 02 meses a 23 anos, sendo encontrados os maiores períodos de tempo de migração entre os alunos em fase final da graduação, coincidindo com a principal motivação relacionada à decisão de migrar, que é a busca por estudo, no caso, pelo ensino superior, e também por trabalho.

⁷ Apesar de parte dos deslocamentos rural X urbano dos jovens sujeitos da pesquisa ter ocorrido no âmbito interno de municípios, optou-se por defini-los simplesmente como deslocamentos migratórios, uma vez que ocorrem no sentido rural X urbano ou urbano X rural e o foco principal da pesquisa é a análise do processo de migração rural/urbana destes jovens. No entanto, reconhece-se que a rigor não são propriamente migrações, mas sim deslocamentos.

Uma característica que chama atenção é a de que 96% dos jovens são provenientes de municípios do Sudoeste do Paraná, porém, somente das Microrregiões de Capanema e Francisco Beltrão, não havendo nenhuma referência à procedência da Microrregião de Pato Branco, considerando-se que essa Microrregião já é mais assistida no que se refere às Instituições de Ensino Superior, inclusive públicas, para o atendimento da demanda do seu entorno. Entre os alunos de fase inicial que responderam à questão sobre a cidade de residência, todos responderam que são provenientes de municípios do Sudoeste Paranaense⁸, e entre os alunos de fase final, dos 29 que responderam à questão, apenas 02 não pertencem à referida mesorregião, sendo provenientes do Estado de Santa Catarina.

Considera-se que esse dado denota uma característica importante para a pesquisa, ou seja, o papel que a universidade pode estar desempenhando no espaço em que se insere, uma vez que atende uma demanda da própria mesorregião, e principalmente dos pequenos municípios que localizam-se em seu entorno, uma demanda à qual se propunha atender desde a sua gênese e projeto de constituição. A população desse espaço está acessando o direito ao ensino superior, a juventude rural vem sendo atendida pela universidade, o que foi evidenciado a partir do mapeamento realizado pela autora junto a três turmas dos cursos de graduação da UFFS Realeza (2º semestre 2015) e identificou-se uma média de 24% de jovens provenientes do meio rural em relação ao total de alunos por turma. Acredita-se que um dos fatores determinantes para o atendimento dessa demanda é o espaço em que a universidade está situada, pois a característica territorial de proximidade entre os municípios e de proximidade entre rural e urbano, corroboram para que ocorra essa mobilidade. Nesse sentido, a universidade inserindo-se em um espaço até então pouco assistido no que se refere ao ensino superior público, pesquisa e extensão, faz diferença no sentido de democratizar o acesso à educação e desenvolver o espaço que atinge com sua atuação.

Em termos gerais, os jovens rurais da UFFS são em grande medida do sexo feminino, predominantemente provenientes das Microrregiões Capanema e Francisco Beltrão, pertencentes ao Sudoeste do Paraná e a maioria deles reside no meio urbano atualmente, embora, ainda haja quantidade significativa de jovens que residem no meio rural (38%). A seguir serão apresentados os perfis dos jovens rurais da UFFS Realeza divididos por grupos, aqueles que se encontram em fase inicial e aqueles que se encontram em fase final dos cursos de graduação. Optou-se por apresentar essa divisão tendo em vista os objetivos da pesquisa

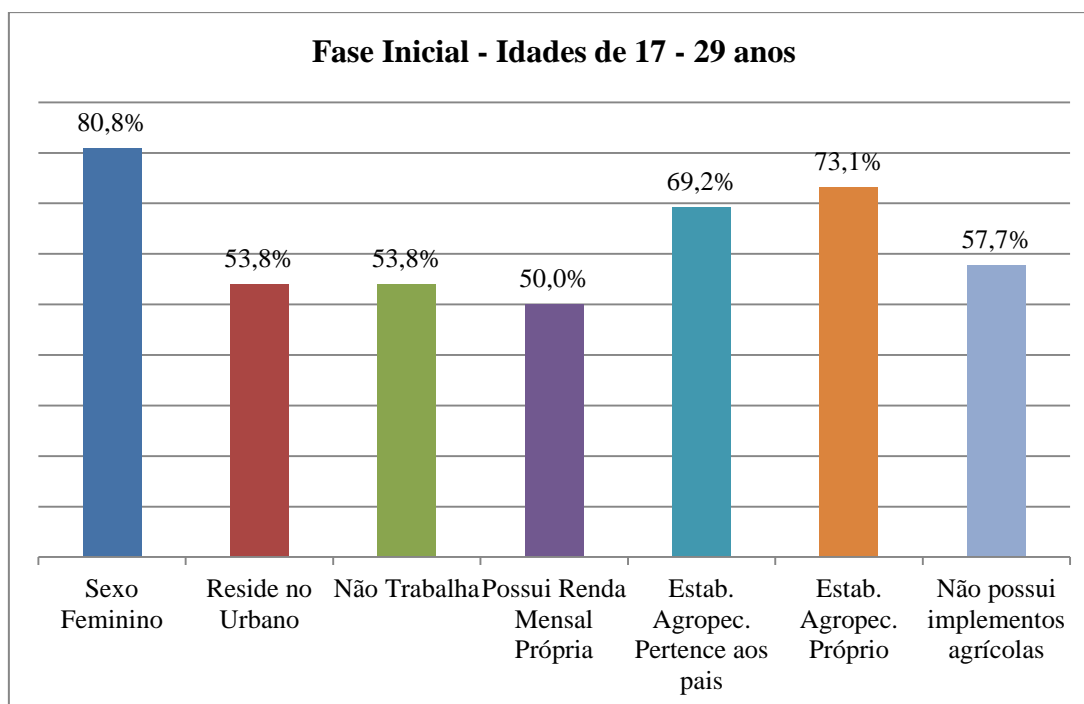
⁸ Destaca-se que na primeira etapa de aplicação dos questionários (22 questionários) não continha a questão referente à cidade do respondente, porém, alguns respondentes enviaram essa informação por e-mail a partir da solicitação da pesquisadora. Para os questionários da segunda etapa, foi acrescentada a questão referente à cidade do respondente, o qual foi orientado a responder à questão conforme a sua cidade de origem.

em identificar e analisar as representações dos jovens sobre migração comparando-se o tempo de formação na universidade, assim, procura-se identificar também possíveis diferenças ou semelhanças no perfil dos jovens de fase inicial e final.

3.2.1 Perfil dos jovens de fase inicial

Os jovens que se encontram em fase inicial dos cursos de graduação totalizaram 26 alunos, com idades entre 17 e 29 anos, declarando-se 05 do sexo masculino e 21 do sexo feminino, com a seguinte distribuição nos cursos de graduação: 07 alunos de Física, 02 de Medicina Veterinária, 04 de Nutrição, 04 de Letras: Português/Espanhol, e 09 de Química. O gráfico a seguir permite visualizar as principais características deste grupo de jovens.

Gráfico 02 – Características dos jovens de fase inicial



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

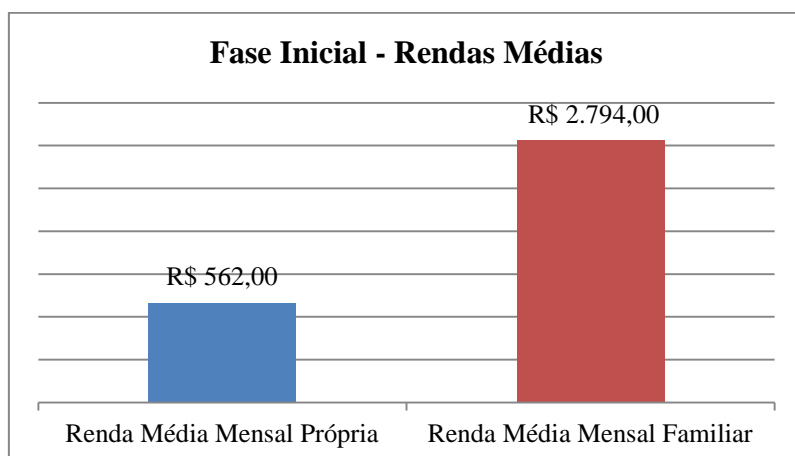
* O estabelecimento agropecuário próprio refere-se à condição de que não é cedido ou arrendado.

Dentre os 12 jovens que residiam no meio rural, identificou-se que apenas um residia com o cônjuge e os demais com os pais. Destes, 09 afirmaram desenvolver atividades agrícolas, cujas atividades citadas foram a produção de leite de vaca em primeiro lugar, o plantio de grãos, a pecuária e também aparece a fabricação de produtos coloniais.

No que se refere aos 14 jovens que residiam no meio urbano, identificou-se que o período de duração da migração variou de 02 meses até 23 anos, e as motivações para a migração foram principalmente relacionadas à busca por estudo e trabalho, e também em razão da mudança da família para o meio urbano. As necessidades dos jovens no meio urbano são mantidas por meio de renda própria apenas para 07 alunos, e para os demais, principalmente através da ajuda dos pais, seguido de bolsa de estudo (auxílios socioeconômicos da universidade) ou através da combinação de ambos, e ainda, com o desenvolvimento de algumas atividades informais e esporádicas.

Em relação às condições de trabalho e renda, do total de jovens, 14 afirmaram não estar trabalhando e entre aqueles que afirmaram trabalhar, informaram as seguintes atividades: vendedor; professor; diarista; manicure; atendente; e apenas um referiu-se à atividade de agricultor. Entre os alunos que possuem renda mensal própria, a renda varia de R\$200,00 a R\$1.000,00, e entre os alunos que não possuem renda própria, foram questionados sobre o valor aproximado da renda mensal do grupo familiar ao qual pertence, sendo informadas rendas que variam de R\$800,00 a R\$7.000,00. O gráfico a seguir identifica a média das rendas informadas pelos jovens.

Gráfico 03 – Rendas médias dos jovens de fase inicial



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

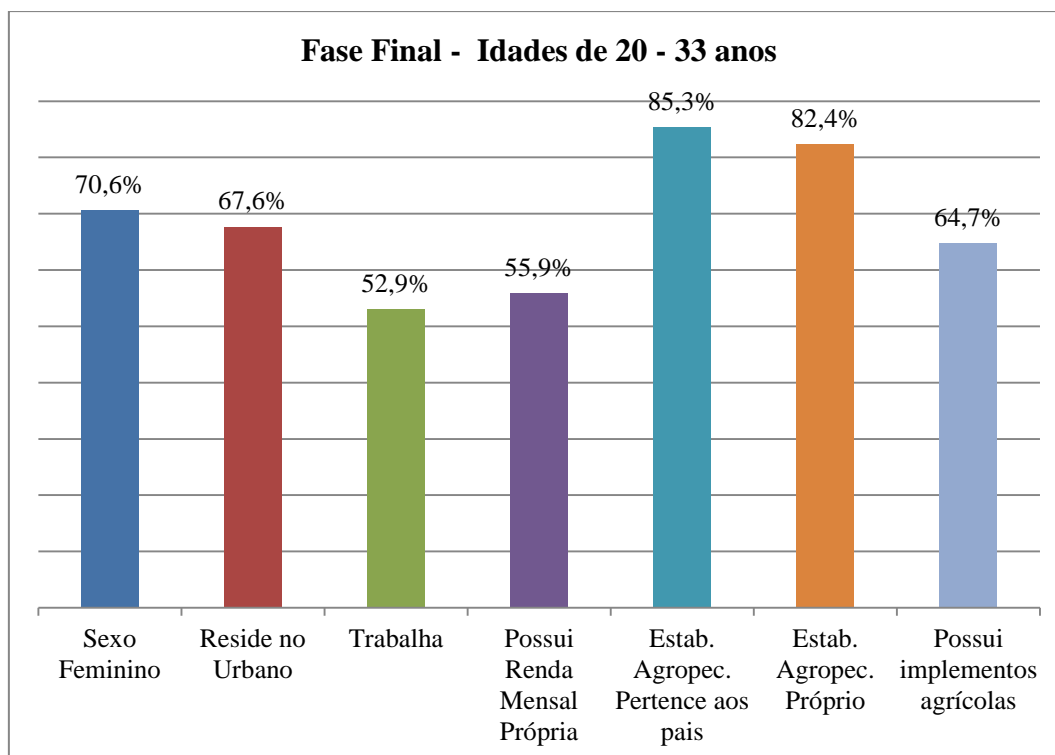
Em relação à condição do estabelecimento agropecuário ao qual o jovem ou sua família está vinculado, identificou-se que 18 dos estabelecimentos pertencem aos pais dos sujeitos, 05 dos estabelecimentos pertencem aos sujeitos, os demais não responderam à questão. Do total dos estabelecimentos, 19 são próprios (apenas 01 financiado, os demais quitados) 03 de herdeiros, 02 arrendados. Apenas 08 respondentes afirmaram que há

implementos agrícolas no estabelecimento agropecuário. Dentre os 26 alunos de fase inicial, 14 afirmaram que a renda da família provém exclusivamente das atividades agrícolas. Entre os respondentes que informaram o tamanho do estabelecimento agropecuário (19 de fase inicial) identificou-se que os estabelecimentos têm tamanhos entre 2,42 hectares e 80 hectares, sendo a média de 13,88 hectares. As principais atividades desenvolvidas nesses estabelecimentos que foram citadas pelos jovens são a produção de leite de vaca (13), as lavouras de soja, milho, feijão, trigo (11), a pecuária (03) e a avicultura de corte (02).

Sequencialmente, são apresentados os dados referentes ao perfil dos jovens em fase final de graduação.

3.2.2 Perfil dos jovens de fase final

Os jovens que se encontravam em fase final dos cursos de graduação totalizaram 34 alunos, com idades entre 20 e 33 anos, declarando-se 10 do sexo masculino e 24 do sexo feminino, com a seguinte distribuição nos cursos de graduação: 07 alunos de Ciências Biológicas, 05 de Física, 09 de Medicina Veterinária, 05 de Nutrição, 04 de Letras: Português/Espanhol, e 04 de Química. Destes jovens, 11 residiam no meio rural e 23 no meio urbano. A partir do gráfico pode se visualizar as principais características deste grupo de jovens.

Gráfico 04 – Características dos jovens de fase final

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

* O estabelecimento agropecuário próprio refere-se à condição de que não é cedido ou arrendado.

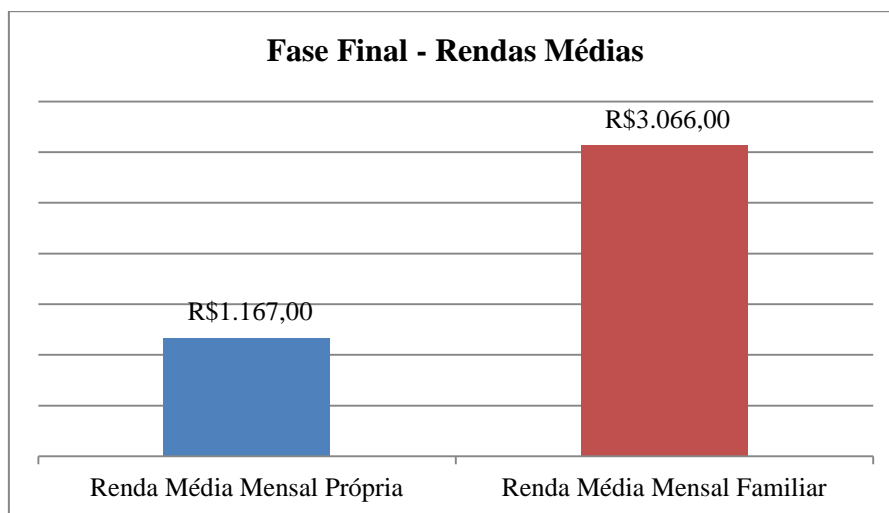
Dentre os 11 jovens que residiam no meio rural, identificou-se que 04 residiam com o cônjuge e os demais com os pais e demais familiares. Destes, 09 afirmaram desenvolver atividades agrícolas, com destaque para a produção de leite de vaca, seguido do plantio de grãos e pecuária.

No que se refere aos 23 jovens que residiam no meio urbano, identificou-se que o período de duração da migração variou de 05 meses até 11 anos, e as motivações para a migração, coincidindo com as motivações dos alunos de fase inicial, foram principalmente relacionadas à busca por estudo e trabalho. As necessidades dos jovens no meio urbano são mantidas por meio de renda própria para 14 deles, e para os demais, principalmente através da ajuda dos pais ou de outro familiar (cônjuge), seguido de bolsa de estudo (auxílios socioeconômicos da universidade) ou através da combinação de ambos e atividades esporádicas.

Em relação às condições de trabalho e renda, do total de jovens, 16 afirmaram não estar trabalhando e entre aqueles que afirmaram trabalhar, 18 jovens, informaram as seguintes atividades: operador de máquinas, secretária, técnica administrativa, professor, assistente administrativo, auxiliar de serviços gerais, estudante, agricultor, funcionário público, e trabalhador informal (finais de semana/diarista). Entre os alunos que possuem renda mensal

própria, a renda varia de R\$200,00 a R\$3.000,00, e entre os alunos que não possuem renda própria, foram questionados sobre o valor aproximado da renda mensal do grupo familiar ao qual pertence, sendo informadas rendas que variam de R\$1.700,00 a R\$5.000,00. O gráfico a seguir identifica a média das rendas informadas pelos jovens.

Gráfico 05 – Rendas médias dos jovens de fase final



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Acerca da condição do estabelecimento agropecuário ao qual o jovem ou sua família está vinculado, identificou-se que 29 dos estabelecimentos pertencem aos pais dos sujeitos, 02 dos estabelecimentos pertencem aos sujeitos, 03 encontram-se em outra condição. Do total dos estabelecimentos, 28 são próprios (apenas 01 financiado, os demais quitados) 01 é cedido e 01 é arrendado. Entre os respondentes, 22 afirmaram que há implementos agrícolas no estabelecimento agropecuário. Dentre os 34 alunos de fase final, 24 afirmaram que a renda da família provém exclusivamente das atividades agrícolas. Entre os respondentes que informaram o tamanho do estabelecimento agropecuário (28 de fase final) identificou-se que os estabelecimentos têm tamanhos entre 01 hectare e 150 hectares, sendo a média de 20,41 hectares. As principais atividades desenvolvidas nesses estabelecimentos que foram citadas pelos jovens são a produção de leite de vaca (17), as lavouras de milho, soja, trigo, feijão (16), a pecuária (06), o fumo (03), a suinocultura (02), a avicultura de corte (02), e a produção de verduras (02) e frutas (01).

Tendo em vista a comparação dos perfis dos jovens, inicialmente percebe-se que as idades de entrada nos cursos superiores não tem significativa alteração entre as fases e que em ambas as fases se confirmam a preponderância de jovens do sexo feminino. No que se refere ao local de moradia, em ambas as fases mais da metade dos jovens reside no meio urbano,

porém, é mais recorrente entre os jovens de fase final (67%), o que pode estar associado à questão do trabalho urbano, em alguns casos já viabilizado pelo estudo. O que chama a atenção é o fato de que, mesmo a maioria dos jovens residindo no meio urbano, continuam se identificando como jovens rurais, o que denota uma identificação com o rural, ou seja, mesmo não estando na propriedade rural, esse jovem não se sente desvinculado de sua realidade em virtude de uma territorialidade marcada pela agricultura familiar existente no espaço desses pequenos municípios. As motivações dos jovens para a migração, em ambas as fases, estão associadas à busca por estudo e trabalho.

Em relação às condições de trabalho e renda, identificou-se que entre o total dos jovens de fase inicial pouco mais da metade afirmaram não trabalhar e metade deles possuem renda própria, enquanto entre o total dos jovens de fase final pouco mais da metade afirmaram estar trabalhando e 55% possuem renda própria. A renda média própria dos jovens aumenta entre os alunos de fase final, o que pode estar relacionado aos empregos urbanos, em alguns casos também viabilizados pela qualificação profissional advinda do ensino superior, como por exemplo, no caso dos professores que atuam antes da conclusão do curso superior, o que consequentemente já gera uma melhor remuneração.

Ainda na questão trabalho, verifica-se que a maioria dos jovens que residem no meio rural, em ambas as fases, afirmaram que desenvolvem atividades junto à agricultura, porém, no momento de responder à questão relacionada ao trabalho que desenvolvem, a atividade ou profissão agricultor quase não é citada. Nesse sentido, verifica-se que, mesmo que o jovem desempenhe atividades na agricultura, em grande medida ele não se identifica como agricultor. Acredita-se que esse resultado, não somente, mas possivelmente tenha relação com a questão do patriarcado no campo. Conforme cita Stropasolas (2014) as relações nas unidades familiares muitas vezes ainda são marcadas por tensões e conflitos em virtude de padrões culturais de tradição patriarcal, o que gera desigualdades e hierarquias de poder e oportunidade entre os membros da família. Há ainda uma dependência moral ou simbólica que subordina os desejos dos filhos à autoridade paterna.

Entre os jovens sujeitos da pesquisa, a maioria não são proprietários dos estabelecimentos agropecuários, nesses casos, os proprietários dos estabelecimentos são os pais. Dessa forma, o jovem não está à frente da gestão e das atividades agrícolas, e não toma decisões em relação ao estabelecimento. Suas atividades muitas vezes são consideradas como ajudas, o que não gera uma identificação como agricultor. Nesses contextos, comumente, a gestão, as decisões são centralizadas no pai “chefe de família”, o que dificulta ou impede o jovem de desenvolver seus projetos e atividades enquanto agricultor.

No que se refere à condição do estabelecimento agropecuário, ou propriedade rural, à qual o jovem ou seu grupo familiar tem vinculação, identificaram-se algumas diferenças entre os grupos de fase inicial e final. Para os jovens de fase inicial 69,2% dos estabelecimentos pertencem aos pais e para os jovens de fase final 85,3% dos estabelecimentos pertencem aos pais. Ocorre que entre os jovens de fase inicial alguns estabelecimentos pertencem ao próprio jovem, o que não ocorre entre os jovens de fase final, ou seja, para estes, nota-se uma desvinculação maior em relação à propriedade rural, uma vez que não são proprietários dos estabelecimentos agropecuários, e em alguns casos, já há vinculação com atividades urbanas.

Os estabelecimentos relacionados aos jovens de fase inicial têm em média 13,88 hectares e 57,7% deles possuem implementos agrícolas, enquanto que os estabelecimentos relacionados aos jovens de fase final têm em média 20,41 hectares e 64,7% deles possuem implementos agrícolas. A renda média familiar mensal é mais alta entre os alunos de fase final, e entre estes, para 70% das famílias a renda é exclusiva das atividades agrícolas, enquanto que entre os jovens de fase inicial, para 54% das famílias a renda é exclusiva das atividades agrícolas. As diferenças nas condições dos estabelecimentos agropecuários entre os grupos dos jovens, mesmo que tenham sido investigados poucos aspectos, indicam a existência de estabelecimentos em melhores condições de produção e renda associados aos jovens de fase final. Nos estabelecimentos relacionados aos jovens de ambas as fases são desenvolvidas o mesmo grupo de atividades por ordem de prioridade, a produção de leite de vaca, as lavouras de soja, milho, feijão e trigo e a pecuária, entre outras atividades em menor escala.

Levando-se em consideração os aspectos levantados acerca do perfil dos jovens, no intento de conhecer os sujeitos da pesquisa, verifica-se a tendência geral das pesquisas sobre juventude rural e ensino superior, onde há predominância de jovens do sexo feminino acessando cursos superiores. Os jovens são predominantemente provenientes da região de abrangência da UFFS campus Realeza. A maioria afirmou residir no meio urbano atualmente. Identificou-se ainda, características presentes na agricultura do Sudoeste Paranaense, com a presença de pequenas propriedades rurais, porém, algumas propriedades são mais desenvolvidas e conseqüentemente geram maior renda. Entende-se que esses aspectos, possam corroborar para a análise dos próximos fatores a serem discutidos e analisados, uma vez que a realidade vivenciada pelos sujeitos influencia em suas representações sobre a migração. O item a seguir apresenta a discussão e análise dos resultados provenientes dos questionamentos relacionados ao acesso ao ensino superior por parte dos jovens.

3.3 ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Tendo em vista a discussão teórica já apresentada em relação ao fenômeno migratório e a juventude rural, bem como, o objetivo desta pesquisa, procurou-se identificar a relação existente entre o acesso ou a inserção no ensino superior e as representações dos jovens rurais sobre migração. Nesse sentido, os dados apresentados a seguir e as discussões decorrentes são provenientes do bloco de questões sobre o acesso dos jovens rurais ao ensino superior na UFFS Realeza. Procurou-se relacionar as questões às possibilidades e perspectivas migratórias dos jovens, uma vez que, conforme a literatura já apresentada através de autores como Dorigon e Renk (2014) e Brumer (2014), a procura por ensino superior por parte dos jovens rurais em grande medida está relacionada ao desejo de saída do meio rural no intento de conquistar melhores condições profissionais, de trabalho e renda, sendo um passaporte para a migração, ou um investimento que lhes proporcionaria oportunidades fora da agricultura.

Inicialmente, questionados sobre o porquê procuraram cursar ensino superior, as respostas dos jovens relacionam-se prioritariamente ao objetivo de melhorar as condições de vida (futuro melhor, ajuda à família) seguidas do objetivo de conquistar mais oportunidades relacionadas a trabalho, melhoria de renda, e por fim, para a realização de um sonho ou realização pessoal. Tais motivações vão de encontro aos apontamentos de Cunha (2007) a partir de estudos com jovens rurais, ao afirmar que os mesmos vêm na educação possibilidades de melhorias de vida, ascensão, crescimento e desenvolvimento. Para essa questão, foram comparadas as respostas dos alunos de fase inicial e final, bem como, foi realizada a comparação das respostas sob o viés de gênero e não houve diferenças significativas entre as perspectivas dos grupos sobre o prolongamento dos estudos. Alguns exemplos podem ser evidenciados nas respostas que seguem:

Para seguir na licenciatura e melhorar a condição de vida (Questionário 01 – Ciências Biológicas/final).

Por uma questão de objetivo, e tentativa de futuramente ter uma renda melhor (Questionário 32 – Letras/inicial).

Para melhorar as condições de renda da família, buscar um futuro melhor (Questionário 41 – Medicina Veterinária/final).

Para ter uma condição de vida melhor (Questionário 49 – Química/inicial).

Percebe-se nas respostas dos jovens que a formação profissional proporcionada pelo ensino superior representa uma possibilidade de melhorias futuras em relação a trabalho, renda, realização, para além das possibilidades vivenciadas atualmente. Segundo Carneiro (2005) a educação desempenha importante papel para que os jovens possam acessar uma ocupação melhor remunerada e menos penosa do que as desempenhadas na agricultura, assim, a educação passa a ser vista como possibilidade de ascensão social, podendo ampliar o universo de escolhas, para além da profissão agricultor.

Com vistas a identificar se a busca pelo ensino superior para esses jovens ocorre no intento de deixar o meio rural, foi direcionada a seguinte questão aos sujeitos da pesquisa: a opção por cursar ensino superior está relacionada a um desejo de migrar do meio rural para o meio urbano? A maioria dos alunos, 72,88% do total, afirmaram que a opção por cursar ensino superior não esteve relacionada ao desejo de efetuar migração para o meio urbano. Para os alunos de fase inicial essa proporção ficou em 60% e entre os alunos que encontram-se em fase final ficou em 82% das respostas. Nos cursos de Licenciatura em Letras: Português/Espanhol e Física, e no curso de Medicina Veterinária, nenhum jovem relacionou a procura por ensino superior no intuito de migrar. Os alunos de ambos os períodos (inicial e final) justificaram essa resposta, prioritariamente destacando o gosto por viver no meio rural, e também a possibilidade de conciliar a permanência no meio rural com atividades no meio urbano, considerando questões de proximidade entre rural e urbano e busca de melhor renda, e para aqueles que migraram em virtude do estudo, foi destacada a possibilidade de retorno ao meio rural.

Esse resultado inicial pode indicar uma tendência diferenciada presente entre os jovens rurais abarcados por esta pesquisa, uma vez que muitos dos jovens não associam o prolongamento dos estudos à intenção de migração. Com certeza, muitos aspectos ainda serão analisados adiante, no entanto, esse dado já se mostra importante, uma vez que muitos estudos indicam que o ensino superior empurraria o jovem para o meio urbano, como por exemplo, o evidenciado no oeste catarinense por Renk e Dorigon (2014) de que o foco dos jovens para a saída do meio rural é o estudo, técnico ou superior.

Embora com uma representatividade menor, porém, não menos significativa, para aqueles que relacionaram a busca por ensino superior a um desejo de migrar, as respostas se justificam principalmente pelas dificuldades no meio rural e na atividade da agricultura, como baixa renda e trabalho pesado, sendo possível compreender o desejo pela migração para buscar condições de vida diferentes daquelas vivenciadas no meio rural. Observou-se nas respostas que as referências à ideia de migrar não estão relacionadas a um sonho ou à

concretização de realizações pessoais e profissionais junto ao meio urbano, e sim aos fatores de expulsão do meio rural, ou seja, às dificuldades vivenciadas pelos sujeitos.

Enfatiza-se que as dificuldades apresentadas pelos jovens desta pesquisa, são em grande medida as mesmas dificuldades vivenciadas por jovens rurais em diferentes regiões do país, conforme já destacado por Wanderley (2007), Zago (2013) e Brumer (2007), o que impulsiona os jovens para a migração são fatores como as carências da vida local, falta de alternativas profissionais que garantam renda na agricultura, a inexistência de uma renda própria e autonomia em relação à utilização dessa renda, terra insuficiente para a produção, penosidade do trabalho agrícola, falta de estímulos para a produção por meio de políticas públicas. Enfim, esse agregado de dificuldades, faz com que o jovem procure alternativas de melhoria de suas condições de vida, que nesses contextos, só podem ser viabilizadas fora do meio rural.

Ainda, para esse questionamento foi realizada uma comparação de gênero, e enquanto 13% de jovens do sexo masculino relacionaram a opção por cursar ensino superior a um desejo de migrar, 31% de jovens do sexo feminino fizeram essa mesma relação, porém, não havendo significativa diferença entre os motivos que justificam o desejo pela migração, conforme a resposta de um jovem do sexo masculino “a vida no campo é boa, mas muito injusta. Saí em busca de uma condição melhor” (Questionário 59 – Química), e de uma jovem do sexo feminino “pois na maioria das vezes agricultores tem prejuízo devido à seca, muita chuva, granizo, etc.” (Questionário 58 – Química).

Aparece aqui a questão de gênero entre as representações dos jovens, no sentido de que a busca por ensino superior está relacionada ao desejo de migrar do rural para o urbano em maior número para jovens do sexo feminino. Mesmo que as motivações de gênero não tenham sido destacadas por essas jovens nas representações, há que se destacar essa diferenciação, uma vez que, conforme Stropasolas (2014) a organização da agricultura é marcada por um viés de gênero que relega ao homem o espaço da produção e gestão da propriedade e das atividades agrícolas, e ainda da sucessão familiar da propriedade, dessa forma, as mulheres são pouco estimuladas ou preparadas para se interessar por tais questões. O autor destaca que “a migração nesses casos não é apenas uma questão de escolha entre sair e ficar, mas muitas vezes a melhor possibilidade entre os arranjos possíveis” (STROPASOLAS, 2014, p. 151). Considerando a literatura sobre o tema em relação ao papel de subalternidade ainda relegado às mulheres no espaço da agricultura, acredita-se que esses fatores tendem a influenciar o menor interesse das mulheres pela ocupação de espaços na

agricultura, na gestão de um estabelecimento agrícola, bem como, um maior interesse pela migração.

Entre os alunos que afirmaram que a entrada no curso superior não se relaciona a um desejo de efetuar a migração do rural para o urbano, 79,54% afirmaram que a partir do curso de graduação em que se formarão enxergam a possibilidade de permanência no meio rural. Esse resultado pode denotar uma escolha por um projeto de vida no meio rural, independentemente do tipo de formação profissional, um projeto de vivência no meio rural, mesmo que os jovens venham a desempenhar atividades urbanas, o que pode ser viabilizado num espaço de proximidade entre rural e urbano, característico dos pequenos municípios do Sudoeste Paranaense.

Com vistas a identificar alguns aspectos relacionados à influência da atuação da UFFS nas escolhas e perspectivas dos jovens rurais, os mesmos foram questionados sobre o porquê escolheram o curso superior que frequentam; se tiveram a intenção de frequentar outro curso superior; e porque optaram por ingressar na UFFS. As respostas evidenciaram o que segue. Entre os alunos de todos os cursos de ambas as fases, a opção pelo curso superior que frequentam foi relacionada ao gosto ou afinidade com a área do curso, o que pode ser evidenciado nas respostas:

Gosto da área da biologia e por querer ser professora (Questionário 03 – Ciências Biológicas/final).

Por demonstrar interesse pela área de linguagens (Questionário 35 – Letras: Português/Espanhol/inicial).

Por me identificar com a área da física (Questionário 20 – Física/final).

Porque me identifico com o curso (Questionário 26 – Nutrição/inicial).

Afinidade com o curso e sonho de infância (Questionário 45 – Medicina Veterinária/final).

Porque gosto de química e também porque é acessível (Questionário 53 – Química/inicial).

Porém, estes jovens quando questionados se tiveram a intenção de frequentar outro tipo de curso superior ao invés daquele que estão cursando atualmente, em ambas as fases, a maioria dos alunos relatou ter tido vontade de frequentar um curso diferente. A principal justificativa relacionou-se às dificuldades em relação à distância do lugar que oferecia o curso desejado, conforme relatou uma aluna do curso de Nutrição em fase final de graduação “primeiramente sim, fisioterapia ou psicologia, porém não tinha perto de casa” (Questionário 28), bem como, à falta de condições financeiras para o custeio do curso desejado em uma instituição privada, evidenciado nas respostas de um aluno do curso de Medicina Veterinária em fase final “pensei em cursar Medicina, mas a dificuldade de aprovação, bem como, custos

durante a graduação me permitiu mudar de ideia e buscar outra área de interesse” (Questionário 44), e de uma aluna do curso de Química em fase inicial “comecei cursando matemática e desisti pelo fato de ser uma instituição privada” (Questionário 56). Nesse sentido, a opção dos respondentes pelos cursos de graduação oferecidos pela UFFS Campus Realeza pode estar relacionada ao campo de possibilidades⁹ ao alcance desses alunos, considerando a proximidade de seus locais de origem e o fato de a universidade ser pública e gratuita, assim, os alunos acabariam por escolher o curso de graduação com o qual tem mais gosto e afinidade, entre os cursos disponíveis no seu campo de possibilidades.

Identificou-se ainda, que o fator evidenciado anteriormente está relacionado ao resultado da seguinte questão: porque ingressou na UFFS e não em outra universidade? Uma vez que, para os alunos de ambas as fases o principal motivo de ingresso na UFFS é a proximidade de seus locais de moradia, não precisando fazer grandes deslocamentos para estudar, ou, não precisando distanciar-se da família. A segunda principal motivação se dá pela universidade ser pública, associando à questão financeira, o que possibilita para muitos o acesso à educação superior, seguido da motivação de que a universidade oferece o curso superior de interesse do aluno. Visualizam-se como fatores mais relevantes para a escolha da universidade, os fatores proximidade e público (gratuito). Nesse sentido, convém destacar o grande número de jovens rurais abarcados pela pesquisa que são provenientes de cidades do sudoeste paranaense.

Diante desse contexto, entende-se pertinente levantar o seguinte questionamento: se não fosse a UFFS, esse jovem teria garantido o acesso à educação superior? Pondera-se que essa universidade se coloca como uma das únicas possibilidades para o público específico dessa região, tendo em vista, o recorte territorial que atende e o seu caráter público, o que permite o acesso para jovens de baixa renda, tendo em vista (como será visto mais adiante) que muitos dos jovens optariam pela permanência no meio rural sem acessar a educação superior caso não tivessem acessado a graduação na UFFS. Essa questão pode ser visualizada a partir da resposta de uma aluna do curso de Química em fase inicial, ao destacar “pois se não fosse aqui na UFFS eu não faria curso superior nenhum” (Questionário 53).

Objetivando identificar a relação que estes jovens fazem entre suas possibilidades educacionais e suas perspectivas sobre permanências ou migrações, o questionário abarcou a seguinte questão: acredita que o curso escolhido favorece para a permanência no meio rural? A partir da questão, foi identificado que os alunos de Nutrição, de ambas as fases, foram

⁹ *Campo de possibilidades* trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura (VELHO, 1994, p. 20).

unânimes em responder que o curso não favorece para a permanência no meio rural afirmando que o curso não condiz com atividades rurais, sendo o campo de atuação mais voltado às atividades urbanas, exemplificado pela seguinte resposta “porque acredito que tenham mais vagas em Nutrição em cidades maiores” (Questionário 28). Já os alunos de Medicina Veterinária, de ambas as fases, foram unânimes em responder que o curso favorece para a permanência no meio rural, pela associação do curso ao meio e às atividades rurais, havendo possibilidades de atuação profissional nesse meio, exemplificado pela resposta “por se tratar de uma área agrária com ampla possibilidade de ampliação, mesmo nas pequenas propriedades” (Questionário 43).

Entre os alunos dos demais cursos (licenciaturas), não houve diferença significativa entre as respostas de fase inicial e final, sendo que entre os respondentes, 62% afirmaram que o curso favorece para a permanência no meio rural, alegando a possibilidade de desenvolver a pluriatividade (manter-se na propriedade rural e exercer a licenciatura no meio urbano) pela proximidade entre rural e urbano, e a intenção de permanência no meio rural, e entre os alunos do curso de Ciências Biológicas, foi destacada a possibilidade de aplicar na propriedade rural conhecimentos adquiridos com o curso.

A intenção de permanência no meio rural concomitante ao desenvolvimento de atividades remuneradas no meio urbano, ou até mesmo em atividades não agrícolas no meio rural, é perceptível através das respostas descritivas de parcela representativa dos jovens, “posso ser professor de escola do campo e morar em áreas rurais” (Questionário 02) afirma um aluno de Ciências Biológicas de fase final, ou conforme aluna do curso de Física fase inicial “posso ser professora e ainda realizar atividades rurais” (Questionário 16), e ainda, conforme aluna do curso de Química fase final “é uma área em que posso trabalhar no meio urbano, mas ao mesmo tempo morar e permanecer no meio rural” (Questionário 57). Estes três jovens afirmaram que pretendem permanecer no meio rural a partir da formação superior, porém, a jovem do curso de Química destaca que a intenção é de permanecer, mas sem desenvolver atividades ligadas ao meio rural/agricultura.

Entre os jovens que acreditam que o curso favorece para a permanência no meio rural, apenas 28,57% residem no rural atualmente, mesmo aqueles que residem no meio urbano acreditam que o curso possa possibilitar a permanência no meio rural e tem intenção de retorno ao campo. Ainda entre estes jovens, que residem no meio rural, 48,57% pretendem permanecer no meio rural a partir da formação superior, sendo que, destes, 19% ainda não definiram se ficarão no meio rural ou no meio urbano após a formação superior.

Diante do exposto, compreende-se que na visão dos jovens não é o curso em si que mais favorece para a permanência no meio rural, mas a segunda possibilidade de atuação que o curso oferecerá e que permitirá a conciliação com as atividades rurais, ou mais notadamente a manutenção da propriedade rural, com as atividades urbanas viabilizadas pela formação superior, principalmente na área das licenciaturas. Percebe ainda, que a renda proveniente das atividades proporcionadas pela formação superior, poderá ser uma alternativa para a permanência no meio rural enquanto complementação do que não é suprido somente pela renda das atividades na agricultura.

Carneiro (1997) considera que o espaço rural brasileiro não é mais definido exclusivamente pela atividade agrícola, uma vez que há redução significativa de pessoas ocupadas na agricultura, com o aumento de pessoas que residem no meio rural e desenvolvem atividades não agrícolas e de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras fontes de renda, o fenômeno que é denominado de pluriatividade. A autora destaca que com a pluriatividade se presencia uma reorientação da capacidade produtiva da população rural através de novas formas de organização da atividade agrícola, tendo em vista o enfrentamento ao êxodo rural, desemprego urbano e padrão de desenvolvimento agrícola dominante (CARNEIRO, 1997, p. 56).

Para Sérgio Schneider, autor que se dedica ao estudo da pluriatividade no Brasil, o fenômeno é entendido como:

[...] situações sociais em que os indivíduos que compõe uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003, p. 100/101).

Conforme exposto, a pluriatividade coloca-se como uma alternativa para a população que vive no meio rural e intenciona e/ou necessita desenvolver outras atividades para a geração de renda, sejam elas desenvolvidas na propriedade rural ou fora dela. Destaca-se que a alternativa de pluriatividade para os jovens rurais desta pesquisa, pode significar ainda, a possibilidade de permanência no meio rural, evitando assim, algumas situações de migração.

Os alunos que responderam que o curso não favorece para a permanência no meio rural justificaram as respostas afirmando que a atuação profissional decorrente do curso superior está mais voltada às atividades urbanas, por se tratar de licenciatura, como pode ser verificado nas respostas de jovens alunas de fase final de Letras: Português/Espanhol e de fase inicial de Química, respectivamente, “porque as atividades que posso exercer devem ser

desempenhadas em escolas, que na maioria situam-se no meio urbano” (Questionário 07) e “é voltado para a cidade (escolas) mesmo lecionando no campo” (Questionário 48). Dentre esses alunos, 48% residem no meio urbano e apenas 22% deles pretendem permanecer no meio rural a partir da formação superior, o que denota, para estes jovens, a existência de projetos mais atrelados ao espaço urbano, uma vez que a maioria pretende permanecer no meio urbano.

Os jovens também foram questionados se aspectos relacionados ao meio rural ou a agricultura familiar são abordados junto aos cursos de graduação da UFFS *Campus Realeza*, e conforme as respostas e o entendimento dos alunos respondentes, nos cursos de Licenciatura em Letras: Português/Espanhol, Física e Química essa temática é menos abordada nas aulas de graduação, já no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas a temática é mais abordada, principalmente relacionando-a a questões ambientais, como exemplificado através dos alunos em fase final do curso “muito pouco, mais em estágio e educação ambiental” (Questionário 01), e “principalmente na questão ambiental, como proteção de áreas como rios e matas e na genética com a modificação de plantas e animais” (Questionário 06).

No que se refere aos cursos de Nutrição e Medicina Veterinária os alunos foram unânimes em responder que o meio rural ou a agricultura familiar são abordados nas aulas, principalmente nas questões de produção de alimentos para o curso de Nutrição, e nas questões de administração rural, produção de animais e características agropecuárias da região, para o curso de Medicina Veterinária. Conforme as respostas das alunas do curso de Nutrição o meio rural ou a agricultura familiar são abordados da seguinte maneira, por uma aluna de fase inicial: “sim, agricultura familiar (produção de alimentos, boas práticas na manipulação de alimentos, higiene sanitária)” (Questionário 24), e por uma aluna de fase final “quando tratamos de orgânicos e agrotóxicos” (Questionário 27). Entre os alunos do curso de Medicina Veterinária observa-se um contexto de respostas mais relacionado a questões do meio rural, tanto para o aluno em fase inicial do curso “por ser um curso pertencente às Ciências Agrárias, a temática é bastante expressiva ao que diz respeito a aspectos do meio rural” (Questionário 36), quanto para os alunos em fase final do curso “nas disciplinas de extensão rural, administração rural, os quais abordam de maneira geral o trabalho junto ao meio rural e às intervenções a fim de gerar melhoria” (Questionário 38) e “na bovinocultura de leite e corte. Por estar em uma região que é bacia leiteira, ser o terceiro estado produtor de leite” (Questionário 40).

Conforme já apresentado, no *campus Realeza*, quatro dos seis cursos de graduação são cursos de licenciatura, e nesse sentido, Trevisol (2015) destaca os compromissos da UFFS

enquanto universidade pública e popular, sendo um deles com a escola pública, tendo em vista a formação de professores, alinhada à Política Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica, o que justifica a criação dos cursos de licenciaturas, pós-graduações e projetos de extensão e pesquisa nos seus diferentes campi. Outro compromisso da universidade refere-se à agricultura familiar e agroecologia, no sentido de produzir conhecimentos, tecnologias e práticas sustentáveis, com vistas a fortalecer produtores rurais, agricultura familiar e sustentabilidade ambiental na região de abrangência. Porém, os cursos que tem a agroecologia como área estruturante são oferecidos apenas nos campi Chapecó, Cerro Largo, Erechim e Laranjeiras do Sul.

Essas questões podem ser visualizadas também nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de graduação da UFFS Realeza, uma vez que a partir da análise dos PCC's identificaram-se os seguintes aspectos em comum: a Mesorregião Grande Fronteira Mercosul é marcada pela presença da agricultura familiar e camponesa, a partir da qual se busca construir uma instituição pública de educação superior como ponto de apoio para repensar o processo de modernização no campo, cujos moldes em que foi implementado desencadeou concentração de renda e riqueza; a universidade aposta na presença das classes populares em seu meio e na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário para a região, tendo como eixo estruturador a agricultura familiar e camponesa, com vistas à transformação da realidade em oposição à reprodução das desigualdades que provocaram o empobrecimento da região; na definição dos cursos de graduação, a Comissão de Implantação da UFFS priorizou as áreas das Ciências Agrárias e das Licenciaturas, tendo em vista a importância da agroecologia para a região, a necessidade de tratamento dos dejetos, os problemas ambientais gerados pelas agroindústrias, as perspectivas da agricultura familiar e camponesa, e a sua centralidade no projeto de desenvolvimento regional proposto pela Instituição e o foco nas licenciaturas se justifica pela integração às políticas do governo federal de valorização das carreiras do magistério (UFFS, 2016).

Em análise acerca das justificativas para a criação dos cursos de graduação da UFFS Realeza, verificou-se que as licenciaturas compartilham do exposto no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da instituição o princípio norteador de atender às diretrizes da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, estabelecidas pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, no intuito de preparar docentes para a educação básica, em número suficiente e com qualidade adequada. As licenciaturas em Física, Química e Ciências Biológicas são justificadas ainda, pela carência de professores dessas disciplinas específicas do ensino médio e fundamental, em comparação com a grande

demanda da região, bem como, pela carência de cursos de licenciatura de instituições públicas de ensino superior na Mesorregião Sudoeste do Paraná.

A licenciatura em Letras: Português/Espanhol foi justificada tendo em vista a realidade plurilíngue e multicultural da mesorregião de abrangência da UFFS e a constituição histórica dessa região, em virtude da imigração e das correntes migratórias internas, indicando que foram e são faladas muitas línguas, sendo o curso importante para a compreensão da realidade sociolinguística das cidades e estados que compõem a Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno, e ainda, para viabilizar uma alternativa para ensino do espanhol (UFFS, 2016).

A criação do curso de bacharelado em Nutrição foi justificada com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade de vida e auto-suficiência alimentar da população de abrangência, considerando as características regionais, no enfrentamento à problemáticas decorrentes do empobrecimento da Mesorregião, em relação à Região Sul e ao Brasil, cujas manifestações se dão com a insegurança alimentar e a desnutrição.

Do mesmo modo, na criação do curso de Medicina Veterinária, foram consideradas as características regionais, que tem na agropecuária e na agroindústria a base de sua estrutura produtiva. Avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite têm papel importante na manutenção da pequena propriedade rural com organização familiar, porém, o grande número de exigências técnicas e legais da produção à comercialização podem colocar a pequena propriedade rural frente a um grande desafio técnico. Nesse sentido, dados apontaram que nos últimos anos a produção de leite aumentou significativamente ao passo em que o número de produtores diminuiu. Então, diante do contexto o curso de Medicina Veterinária pode contribuir para a formação de recursos humanos que promovam saúde animal, pesquisas para a produção animal ética e o consequente fornecimento de alimentos seguros ao consumo humano e de forma sustentável.

Neste ínterim, mesmo que os cursos superiores da UFFS Realeza disponíveis aos jovens rurais não direcionem seus currículos diretamente para a permanência e/ou para atividades junto ao meio rural, ou não estejam em grande medida relacionados às ciências agrárias, os sujeitos da pesquisa foram questionados se a partir do curso superior que frequentam enxergam possibilidades de permanência no meio rural, considerando o contexto que vivenciam. Os dados indicaram que os jovens do curso de Medicina Veterinária, de ambas as fases, foram unânimes em afirmar que enxergam possibilidade de permanecer no meio rural, justificando a afirmativa pela relação do curso superior com as atividades rurais e pela possibilidade de aplicação do conhecimento adquirido em propriedades agrícolas, como

respondeu uma jovem em fase final da graduação “sim, pois possibilita que eu possa cuidar do próprio negócio (no caso a produção animal: avicultura, suinocultura, bovinocultura) de maneira mais eficiente em virtude da formação” (Questionário 38), essa jovem reside atualmente no meio urbano e afirmou que pretende retornar em algum momento da trajetória de vida para o meio rural.

Para os demais cursos, identificou-se que 65% dos alunos em fase inicial e 73% dos alunos em fase final afirmaram enxergar possibilidade de permanência no meio rural a partir do curso superior que frequentam, sendo a principal justificativa a possibilidade de desenvolver a pluriatividade, a conciliação da atuação na área de formação, principalmente nas licenciaturas, com a manutenção da produção na propriedade rural familiar, ou somente com o meio rural como local de moradia. Os alunos consideraram ainda, a proximidade dos espaços rural e urbano, bem como, a condição de que o estabelecimento agropecuário já é uma garantia de produção e renda, o que é visualizado nas respostas que seguem:

Porque o deslocamento até as escolas é fácil, além de haver muitas escolas do campo (Questionário 05/final).

Por conta de ser uma opção (Questionário 32/inicial).

Porque a propriedade rural já está organizada e isso facilita a "lida" no campo (Questionário 18/final).

Se passar em concurso na minha cidade, pretendo permanecer no meio rural (Questionário 28/final).

Porque pretendo morar na mesma cidade, dando aula em uma escola próxima ao interior (Questionário 53/inicial).

Percebe-se no conjunto desses dados, o que outrora já foi apontado por Brumer (2007) que muitos jovens rejeitam a atividade agrícola, porém, não rejeitam a vida no meio rural, pois, entre as respostas, há poucas referências às atividades agrícolas e sim uma maior identificação com a vida no campo a partir da possibilidade de estar próximo ao urbano, uma vez que, alguns jovens que não enxergam a possibilidade de permanência no meio rural fazem referência negativa à distância da propriedade agrícola e o meio urbano (como será visto adiante), ou seja, a proximidade entre a propriedade rural e o meio urbano pode ser um fator determinante para a possibilidade de permanência desses jovens no meio rural.

Uma discussão no sentido que apontam os dados foi realizada por Carneiro (2007, p. 63), a autora que realiza estudos com juventude rural destaca:

Mesmo não relacionando seu futuro à agricultura, muitos jovens preferem continuar morando na localidade rural, mas sem abrir mão do acesso à educação e a novos campos de conhecimento como a informática, que permitira abrir as janelas do mundo rural para um universo desconhecido e ilimitado.

Ainda nesse sentido, Zago (2016) já identificou entre jovens rurais do oeste catarinense que as percepções sobre o mundo rural por um lado associam-se ao campo que exclui, que é ambiente de adversidades, de trabalho pesado, de dificuldades e de outro idealizado como lugar que oferece melhor qualidade de vida, menos poluição, alimentação saudável, não sendo uma percepção de mão única, o que coloca os jovens em situações ambivalentes.

A partir desses dados é possível fazer uma associação com o questionamento feito aos alunos sobre a preferência por residir no meio urbano ou no meio rural, e entre os alunos de ambas as fases a maioria (73% em fase inicial e 62% em fase final) afirma preferir o meio rural como local de moradia, tendo em vista o gosto pelo ambiente rural, a qualidade de vida e a tranquilidade. Esse resultado vai de encontro às colocações de Carneiro (2007) ao afirmar o surgimento de novas representações dos jovens em relação ao meio rural, tendendo a uma valorização do lugar de origem que representa segurança, tranquilidade e qualidade de vida em oposição à violência urbana, a manutenção do convívio familiar e dos laços de amizade. Do mesmo modo como destaca a autora, que mesmo não relacionando o futuro à agricultura, muitos jovens preferem morar na localidade rural, se manifestam os jovens desta pesquisa.

Para os alunos que preferem o meio urbano como local de moradia, destacam a possibilidade de melhores condições de vida e o acesso a mais oportunidades de trabalho, renda, tecnologia, educação e serviços. Percebe-se que não aparece uma negação do modo de vida rural, nem tampouco é explicitado o gosto pelo modo de vida urbano. No entanto, entende-se que estas justificativas destacam dificuldades vivenciadas por estes jovens no campo, as quais poderão ser superadas com o deslocamento para o meio urbano.

Entre os alunos que não enxergam a possibilidade de permanência no meio rural a partir do curso superior que frequentam, as respostas relacionam-se principalmente à área de atuação não ser compatível com o meio rural conforme resposta de uma aluna de Física em fase inicial “não, curso de licenciatura” (Questionário 17); à dificuldade de acesso da propriedade rural para o meio urbano, exemplificado pela resposta de uma aluna de Letras em

fase inicial “por ser minha opção de curso uma licenciatura, e pela distância da propriedade de meus pais até o meio urbano” (Questionário 34); e ao fato de alguns alunos já terem migrado do rural ao urbano e pretenderem continuar atuando nesse espaço, de acordo com a resposta de uma aluna de Nutrição em fase final “não, pois a minha intenção é trabalhar no meio urbano” (Questionário 27).

Identifica-se entre estes jovens que os fatores determinantes, que mais aparecem nas representações, para que suas perspectivas estejam relacionadas à migração rural/urbana ou à permanência no meio urbano, são os fatores de perspectivas relacionadas a um projeto de vida pensado para o meio urbano e a questão da distância entre a propriedade rural e a cidade. Notadamente, a proximidade entre os espaços aparece novamente como questão chave para uma possível permanência no rural.

Entende-se que as opiniões refletidas com esse questionamento, não estão diretamente associadas às características dos cursos superiores, mas às características regionais de procedência dos alunos, em maioria das microrregiões de Capanema e Francisco Beltrão, considerando-se a proximidade entre os espaços rurais e urbanos, as questões culturais de presença de uma ruralidade que se coloca também nos espaços delimitados como urbanos. Mesmo que esses jovens permaneçam no espaço urbano dos pequenos municípios, eles não terão a necessidade de afastar-se da convivência com o meio rural, nesse sentido, não haverá um afastamento da realidade vivenciada, nem dos laços de pertencimento, a menos que ele migre para grandes centros urbanos.

Os jovens, em grande medida, também afirmaram ser possível continuar os estudos e permanecer no meio rural, isso na opinião de 68% de jovens em fase inicial e 72% de jovens em fase final da graduação, justificando principalmente porque tem condições de conciliar os dois aspectos atualmente, pela proximidade entre a propriedade rural e a instituição de ensino e a conseqüente possibilidade de deslocamento, sendo citado o acesso à tecnologia como internet no meio rural, o que permitiria a continuação de estudos à distância. Já entre os alunos que não vêem a possibilidade de permanecer no meio rural e continuar os estudos, se evidencia o inverso, ou seja, a distância entre a propriedade rural e a instituição de ensino, a dificuldade de conciliar as duas atividades, sendo citadas ainda as dificuldades, carências e isolamento no meio rural. Outro fator citado pelos jovens para a continuidade dos estudos e a permanência no meio rural é o acesso à internet, às tecnologias, o que possibilita o acesso à informação e uma conexão com o mundo.

Novamente, o fator proximidade entre rural e urbano urge como um fator determinante tanto para a continuidade dos estudos para alguns jovens que residem mais próximo das

idades, quanto para a dificuldade de continuidade dos estudos para outros jovens que residem mais distante das cidades. Considera-se que a UFFS no recorte territorial dessa pesquisa já desempenha papel importante na democratização do acesso à educação superior, e nesse sentido, entende-se ser importante a interiorização do ensino. O jovem rural que acessa uma universidade nesses moldes não necessitará realizar um deslocamento para grandes centros. Não necessitará romper com seus vínculos e poderá contribuir futuramente com o desenvolvimento de sua região.

A educação, conforme indica a literatura apresentada, é uma das demandas da juventude rural nos diferentes espaços do país, porém, sabe-se que em termos gerais a juventude rural ainda é consideravelmente excluída do acesso aos níveis mais elevados de ensino, em comparação com a juventude urbana, conforme já exposto no referencial teórico, com base na PNAD 2006 enquanto a juventude rural acessava o ensino superior com um índice de 5,2%, a juventude urbana o acessava com um índice de 27,7%. (CASTRO, 2009).

Muitas vezes ao acessar níveis mais elevados de ensino, por mais que a intenção do jovem não seja de ruptura com o meio rural, ela acaba por ocorrer em virtude da necessidade de se buscar o estudo muito longe de casa. Nesse sentido, os resultados dessa pesquisa indicam a importância da UFFS no espaço em que se insere, uma vez que em muitos casos não é necessária a ruptura com o local de origem para estudar, e quando a migração é necessária, em grande medida ocorre para os pequenos municípios, que mantêm traços de ruralidade, sendo assim, mantidas as características culturais, as relações de sociabilidade e interconhecimento, os costumes, o estilo de vida.

Para finalizar o conjunto de questões relacionadas a acesso ao ensino superior, os jovens ainda foram arguidos sobre como imaginam a vida após a conclusão do curso superior, com vistas a identificar se os mesmos fariam referências a perspectivas de migração. Entre as respostas de alunos em fase inicial e final não houve diferenciação significativa, e as respostas prioritariamente se referem a estar trabalhando, principalmente atuando na área de formação, bem como, à continuação dos estudos, à estabilidade financeira, a estar vivenciando uma condição de vida melhor que a atual e em menor escala à realização pessoal e sucesso profissional. Em ambas as fases (inicial e final), também aparecem referências à possibilidade de pluriatividade e conciliação de atividades rurais e urbana, aparecendo o interesse de alguns alunos em permanecer no meio rural, residindo ou desenvolvendo atividades na agricultura, e atuando na área de formação no meio urbano. Portanto, não houve referências ao ato de migração ou a perspectivas de processos migratórios.

Considerando o objetivo central desta dissertação, em verificar a possível relação entre as representações dos jovens rurais sobre migração e sua inserção no ensino superior da UFFS, foi necessária a elaboração de um conjunto de questões diretamente relacionadas ao que representa a migração para os jovens. Os dados e as análises referentes a esse conjunto de questões serão apresentados na sequência.

3.4 MIGRAÇÃO

Para apresentar os resultados decorrentes do bloco de questões relacionados à migração, inicialmente, é importante enfatizar que para este estudo a migração, é entendida como o deslocamento de pessoas de um local para outro com personalidade jurídica distinta (CARDIN, 2013). A saída de zonas rurais para a zona urbana dentro de um mesmo município é considerada como deslocamento, não como migração. A especificidade deste estudo refere-se ao deslocamento de pessoas do meio rural para o urbano, as migrações e os deslocamentos rurais/urbanos.

As análises empreendidas até aqui já demonstraram alguns aspectos relacionados à questão da migração, no entanto, para os propósitos deste trabalho, as análises associadas a este item tem particular relevância, compreendendo-se que as representações sociais sobre a migração evidenciadas através das manifestações e perspectivas dos jovens, indiquem uma tendência para processos migratórios ou para permanências e/ou retornos ao meio rural. O uso das representações sociais coloca-se enquanto possibilidade de análise da relação sujeito e sociedade, considerando-se que o conhecimento construído pelo sujeito no cotidiano impacta de alguma forma nas práticas sociais desse sujeito.

Destaca-se que os autores e a literatura abordada no segundo capítulo da dissertação apontam inúmeros fatores estruturais associados à migração rural/urbana dos jovens, porém, diante dos limites deste estudo – em analisar o fator ensino superior sobre as representações dos jovens acerca da migração – estes fatores não serão objeto direto desta pesquisa, apesar de não serem ignorados enquanto forças que influenciam ou até mesmo impelem a processos migratórios. Por este motivo, as análises que seguem estão centradas nas representações decorrentes dos jovens rurais da UFFS Realeza sobre migração.

Conforme já exposto, do total de jovens que responderam ao questionário (60), 23 afirmaram residir no meio rural e 37 afirmaram residir no meio urbano, ou seja, considerando

que os respondentes, são provenientes do meio rural ou se consideram jovens rurais, 37 deles efetuaram migração para o meio urbano em algum momento da vida. Estes, migrantes, foram questionados sobre porque decidiram pela saída do meio rural e a busca pelo estudo aparece como motivo prioritário para a migração tanto entre os alunos em fase inicial, quanto entre os alunos em fase final da graduação, seguido da motivação pela busca de trabalho e estudo, e posteriormente pela motivação de mudança familiar para o meio urbano.

A principal motivação é a busca por estudo, porém, no contexto desta pesquisa, não entende-se que a busca pelo ensino superior impele necessariamente o jovem para a migração, até porque no decorrer da discussão dos dados, identifica-se que para muitos jovens o processo migratório efetuado para estudar é citado como temporário, sendo evidenciadas muitas possibilidades de retorno ao meio rural entre os mesmos. Acredita-se que nesta realidade, a migração para estudar seja uma opção para o jovem em acessar uma formação/qualificação com vistas à melhoria de suas condições futuras de trabalho e renda, como fator para ampliar suas possibilidades e não como fator decisivo para a migração.

Para os alunos que no momento da pesquisa de campo residiam no meio rural (23 alunos) foi questionado se pretendiam permanecer, migrar ou deslocar-se em algum momento da vida para o meio urbano, e o porquê da escolha da resposta. Entre os alunos de fase inicial, 05 afirmaram pretender permanecer, tendo em vista o gosto pelo meio rural e a qualidade de vida e a proximidade da propriedade rural com o meio urbano, exemplificado pela resposta de uma aluna de Letras “porque acredito que é mais tranquilo e há mais qualidade de vida” (Questionário 35); 04 afirmaram pretender migrar para o meio urbano, tendo em vista o desenvolvimento de atividades junto ao meio urbano e a dificuldade de locomoção entre a propriedade rural e o local de trabalho urbano, conforme a resposta de uma aluna de Nutrição “pretendo me mudar para a cidade mais tarde, pois o meu trabalho vai ser na cidade” (Questionário 26); e 02 afirmaram que a decisão dependeria de fatores relacionados à locomoção entre os espaços rural e urbano como evidenciado na resposta de uma aluna de Letras “talvez, dependendo da dificuldade de locomoção” (Questionário 32).

O mesmo resultado foi evidenciado entre os alunos de fase final, sendo que 05 afirmaram pretender permanecer em virtude de não gostar de residir no meio urbano, da qualidade de vida no meio rural, da proximidade entre os espaços rural e urbano, e ainda, foi citada a possibilidade de atuar em escola do campo (aluno de licenciatura); 03 afirmaram pretender migrar para o meio urbano em virtude de buscar melhores condições de vida e porque o trabalho será desenvolvido no meio urbano; também 02 alunos afirmaram que a decisão depende de fatores relacionados à distância e deslocamento entre os espaços rural e

urbano. Ainda, em ambas as fases, alunos afirmaram que pretender permanecer no meio rural, porém, caso consigam melhor renda no meio urbano ou, caso não consigam conciliar a vivência nos dois espaços, precisarão efetuar a migração ao meio urbano.

O que se percebe recorrente nas afirmativas dos jovens é o gosto pelo estilo de vida rural, a proximidade entre os espaços rural e urbano, o que pressupõe a possibilidade de conciliação de atividades, bem como, nesse questionamento, os alunos não fazem referência às atividades agrícolas, mas principalmente às atividades urbanas e a possibilidade de conciliação com a residência no meio rural. Acerca desse significativo interesse dos jovens em residir no meio rural, Carneiro (2009, p. 60) contribui com sua análise:

Permanecer ou voltar para o campo não significa necessariamente uma derrota ou um fracasso para o jovem, mas pode ser resultado de uma escolha motivada pelo desejo de manter um padrão de vida possibilitado pelo fato de morar com a família, junto de amigos e parentes, compartilhando os mesmos códigos e valores, mas também ter acesso a determinados bens materiais e simbólicos que, até recentemente, só eram disponíveis nas cidades.

As respostas descritivas apontam para uma maior identificação com a vida no meio rural, do que com as atividades da agricultura, um gosto pelo espaço mais do que pelo trabalho desenvolvido nele. Essa questão foi evidenciada por Gaviria e Pezzi (2007) através de pesquisas desenvolvidas em comunidades rurais do RS, no Vale do Taquari, onde os jovens mantêm uma identificação com o modo de vida do campo, porém, nem sempre com as práticas agrícolas, fazendo uma distinção entre viver no campo, associando-o a um lugar tranquilo, livre, saudável, e entre viver na agricultura, associando-a a precariedade de condições, de renda e de penosidade no trabalho.

Também, para aqueles jovens que informaram indecisão quanto à permanência no rural ou à migração, o fator que é colocado em evidência é o da possibilidade de locomoção entre os espaços rural e urbano. Percebe-se que há preocupação de que haja fácil acesso ao perímetro das cidades, sendo uma das determinantes para que estes jovens estabeleçam uma vivência no meio rural, o que conseqüentemente permitirá o acesso a serviços, tecnologias, lazer, possibilidades de conciliação de atividades, ou seja, o campo de possibilidades se torna mais amplo. O que se pode considerar aqui, e não somente aqui, mas em outros dados discutidos nesta dissertação, é o que nas palavras de Maria José Carneiro (2007) significa o “melhor dos dois mundos” para os jovens, a possibilidade de vivenciar as partes que lhes interessam das duas experiências, o melhor do campo, com o melhor da cidade.

Para os alunos que no momento da pesquisa de campo residiam no meio urbano (total de 37 alunos) foi questionado se pretendiam permanecer ou retornar em algum momento da vida para o meio rural, e o porquê da escolha da resposta. Entre os alunos de ambas as fases, a maioria afirmou pretender retornar ao meio rural (64% em fase inicial e 65% em fase final), justificando a opção principalmente no conjunto: gosto pelo estilo de vida no meio rural, tranquilidade, qualidade de vida, vida saudável; seguido da intenção de retorno no futuro quando adquiridas melhores condições financeiras ou após a conclusão dos estudos; da negação do estilo de vida urbano; da possibilidade de atuar em escola do campo; e ainda, da possibilidade de residir no meio rural sem desempenhar atividades na agricultura. O conjunto das justificativas é visualizado nas respostas dos jovens:

Retornar, contato com a natureza, produção orgânica e agroecológica, melhores condições de saúde e qualidade de vida (Questionário 01 – Ciências Biológicas/final).

No futuro promissor posso voltar para o meio rural (Questionário 15 – Física/inicial).

Pretendo retornar não gosto da cidade (Questionário 16 – Física/inicial).

Pretendo retornar, porém não trabalhar com a "terra" e sim passar em concurso da prefeitura, mas tenho interesse em morar no interior (Questionário 28 – Nutrição/final).

O contexto evidenciado nas respostas, de valorização do rural como lugar de qualidade de vida, local ao qual se pretende retornar em algum momento da vida, se aproxima ao já apontado com base em Castro et al. (2009), conforme a autora, percebe-se, a partir de pesquisas que identificaram experiências de exploração do trabalho nas cidades e os processos de luta pela terra, uma ressignificação do meio rural por parte dos jovens, e nesse sentido, o campo, outrora associado à aspectos negativos, passa por uma revalorização, não somente e nem tanto enquanto espaço de trabalho, mas, enquanto espaço de vida e moradia, em oposição aos problemas vivenciados nas cidades, como a violência.

Em oposição ao retorno ao meio rural, 05 alunos em fase inicial (total de 14) e 05 alunos em fase final de graduação (total de 23), pretendem permanecer no meio urbano, tendo em vista, a identificação com o meio urbano e sua praticidade, a oposição à atividade no meio rural, e ainda, a possibilidade de residir no meio urbano mantendo vínculo com o meio rural para descanso e entretenimento, de acordo com as seguintes respostas:

Pretendo permanecer no meio urbano, devido à facilidade de acesso a tudo (Questionário 19 – Física/final).

Pretendo permanecer, não me vejo trabalhando no meio rural (Questionário 50 – Química/inicial).

Pretendo morar na cidade, mas possuir propriedade no meio rural para entretenimento e descanso (Questionário 60 – Química/final).

Identifica-se no conjunto das afirmações a preferência pela vida no meio urbano, em que pesam os fatores de atração por trabalhos remunerados, facilidade de acesso a bens, serviços, tecnologia e lazer; e a negação das atividades desempenhadas na agricultura, em que pesam os fatores de expulsão relacionados ao trabalho pesado, baixos rendimentos, falta de estímulos para a produção. Porém, apesar dessa opção pelo estilo de vida urbano, são citadas as possibilidades de vinculações ao meio rural para entretenimento e descanso. Considera-se que essa realidade condiz com uma análise de Wanderley (2007) de que a migração para os jovens rurais não é necessariamente o caminho para a realização dos sonhos, podendo ser um meio de escapar das restrições da vida no meio rural.

Ainda, entre os alunos de fase final, 02 afirmaram que apesar de residirem e estarem atualmente estabelecidos no meio urbano existe possibilidade de retorno ao meio rural, justificando-se num caso, pela existência da propriedade rural familiar, e no outro caso, há intenção de retorno, porém, a jovem destaca as limitações ainda presentes para as mulheres nas atividades da agricultura, conforme a resposta “se voltar, pretendo trabalhar em algo que não requer muita força, pois ainda existe muito machismo, onde as mulheres não são vistas como alguém que pode trabalhar com veterinária” (Questionário 40 – Medicina Veterinária/final).

Em relação à questão abordada pela aluna do curso de Medicina Veterinária, de um lugar de subalternidade para as mulheres na agricultura ou na propriedade rural, já foram discutidos alguns aspectos referentes à questão às problemáticas de gênero na agricultura, mas Brumer (2004, p. 210) aponta ainda que:

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como ‘ajuda’, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles.

No conjunto dos dados, não surgiram muitas referências por parte das jovens em relação a situações de diferenciação de gênero vivenciadas pelas mesmas, tendo em vista que essas questões, apesar de não serem ignoradas, não foram abarcadas pelos objetivos do

estudo. No entanto, mesmo com essa limitação da pesquisa, esses aspectos pontuais foram levantados por algumas jovens, o que denota a existência da atribuição de papéis diferenciados para homens e mulheres nas atividades da agricultura, ou no estabelecimento agropecuário, ou ainda no meio rural, também no espaço em que foi desenvolvido o estudo.

No conjunto dos dados que procuraram identificar as perspectivas de permanência ou migração entre os jovens, verifica-se que para os jovens que residem no meio rural há um equilíbrio entre aqueles que querem permanecer e aqueles que querem migrar para o meio urbano, tendo em vista a existência de algumas indecisões. Já para os jovens que residem no meio urbano, mais da metade deles afirma a intenção de retornar para o meio rural em algum momento da vida. Isso denota uma característica peculiar aos jovens rurais desse recorte geográfico – microrregiões Capanema e Francisco Beltrão – e que acessam ensino superior, uma vez que o resultado não coincide com pesquisas que indicam relação entre a procura por ensino superior e a intenção de migração.

Aos alunos que migraram para o meio urbano, foi feita a seguinte questão: se a decisão pela migração era definitiva ou se haveria possibilidade de retorno ao meio rural? Para esse questionamento não foi identificada diferenciação significativa nas respostas entre os alunos de fase inicial e final, nesse sentido, do total de 33 respondentes, 26 afirmaram que há possibilidade de retorno ao meio rural. Os alunos dos cursos de Letras: Português/Espanhol, Ciências Biológicas e Medicina Veterinária foram unânimes em afirmar a possibilidade de retorno, caracterizando o processo migratório para o meio urbano como temporário, mesmo que esse retorno não ocorra tão logo o jovem conclua o curso superior. As possibilidades de retorno envolvem ainda, conquistar melhores condições de vida, para futuramente retornar ao meio rural. Acredita-se que para essa questão, o aspecto da preferência pelo meio rural como local de moradia aparecer em grande medida nas respostas dos jovens, torna-se um impulso para um futuro retorno quando conquistadas as melhorias de condições de vida proporcionadas pela vivência de um período no meio urbano.

Observa-se que o retorno é uma possibilidade explícita entre os jovens desta pesquisa. Para Sayad (2000, p. 11) o retorno é “o elemento constitutivo da condição do imigrante”, considerando que o deslocamento do migrante encontra sentido quando o ciclo da migração se encerra pelo retorno ao local de origem. Assim, retornar, faz parte do projeto de migração, o que para Sayad (2000) não está relacionado somente ao espaço físico, mas também ao espaço social em que se vivia antes da saída. Em grande medida as respostas descritivas dos jovens indicam esse desejo de retorno, o que se expressa também nas afirmações referentes ao gosto

pelo estilo de vida rural, pelo local de origem, ao qual se pretende retornar em algum momento da trajetória de vida, mesmo que seja, a passeio, para lazer e entretenimento.

Ainda, foi possível identificar nessa pesquisa, uma situação similar à identificada em pesquisa de Kummer (2013) – mesmo que os objetivos tenham sido diferentes – de que as decisões em relação a permanências ou migrações não são definitivas na trajetória de vida dos jovens. O autor estudou jovens rurais da comunidade Cerro Azul, Palma Sola no oeste catarinense, que permaneciam na comunidade rural ao passo em que ocorria a tendência de saída dos jovens da comunidade. Kummer concluiu que existem as projeções para a permanência concomitantemente às possíveis vinculações ao espaço urbano, ou seja, as decisões por permanências ou por migrações podem mudar, não são decisões definitivas, a condição dos jovens é volátil e se relaciona com as situações vividas por eles. Do mesmo modo, os jovens da UFFS Realeza indicam que suas decisões podem ser alteradas conforme a realidade vivenciada pelos mesmos, conforme a sua condição de vida, conforme as oportunidades e possibilidades que se apresentarem.

Outra reflexão que pode se aproximar dessa discussão e da realidade dos jovens rurais desta pesquisa, elaborada por Stropasolas (2014) é a de uma ressignificação dos relacionamentos familiares entre os jovens que migram do meio rural, considerando que os jovens que saem do meio rural e residem em sedes urbanas de pequenos municípios, conseguem manter contatos regulares com seus familiares, inclusive realizando retornos ao meio rural seja para visitas, ajudas e demais interações familiares e comunitárias, dessa forma, o vínculo desse jovem com seus familiares e conseqüentemente com o meio rural não é rompido definitivamente.

No intento de iniciar uma compreensão acerca do significado de um processo migratório para os jovens desta pesquisa, os mesmos foram questionados sobre o que lhes representava a migração. Destaca-se que a questão foi dirigida a todos os jovens, mesmo que não tivessem efetuado migrações.

No que se refere à representação da migração para os jovens da UFFS, identificou-se que entre os alunos de fase inicial a migração em grande medida representa o deslocamento de um lugar para outro, evidente nas respostas de uma aluna de Letras “processo de saída de um determinado espaço para outro com condições opostas de vida” (Questionário 34), de uma aluna de Física “mudança de um lugar para outro” (Questionário 17) e de uma aluna de Química “a mudança de um lugar para outro” (Questionário 51). Na sequência, houve um menor número de respondentes com a representação de deslocamento de um lugar para outro em busca de melhores condições de vida e oportunidades, exemplificadas por um aluno de

Medicina Veterinária “é o deslocamento das pessoas de um local para outro, em busca de uma vida melhor” (Questionário 37), bem como, a migração é representada em menor número pelo substantivo “necessidade”, por abarcar respostas que destacam o lado negativo de ter que migrar do meio rural para o urbano, como por exemplo, “a saída do lugar que gosto.” (Questionário 16 – Física), e ainda, por representar “o fim da atividade rural” para um aluno de Física (Questionário 15).

Entre os alunos de fase final, identificou-se que as representações relacionadas a deslocar-se de um lugar para outro, e deslocar-se de um lugar para outro em busca de melhores condições de vida, também aparecem prioritariamente nas respostas. Para os demais alunos, a migração representa ainda, acesso à oportunidades diferentes (tecnologias, educação) algo que não é acessível no local de origem, “mudança” (de vida, hábitos), “necessidade”, o aspecto negativo devido à saída do meio rural, a dificuldade vivenciada no meio rural, o êxodo, e também, o desinteresse pela agricultura. A rejeição é mais pela atividade agrícola do que pela vida no meio rural. O conjunto das justificativas sobre o que representa a migração é exemplificado nas respostas que seguem:

Sair de um local para morar em outro em busca de melhoria para a vida (Questionário 29 – Nutrição/final).

Significa deixar o local onde morei desde a infância, abandonar certos costumes e perder a qualidade de vida que temos no campo (Questionário 07 – Letras/final).

A saída movida por um objetivo que não é possível de ser alcançado no local de origem, ou por forças externas à própria vontade (Questionário 38 – Medicina Veterinária/final).

Desinteresse por uma agricultura nova e planejada (Questionário 59 – Química/final).

Pôde-se perceber uma diferença entre respostas de fase inicial e final em relação à representação da migração, apesar de para ambas as fases a maioria das respostas referirem-se à migração como o deslocamento de um lugar para outro, nas respostas de fase final, à representação “ir de um lugar para outro” são acrescentadas algumas colocações relacionadas a aspectos positivos ou negativos do ato de migrar, o que pode estar relacionado à experiência de migração já vivenciada pela maioria dos jovens que se encontram em fases finais da graduação.

Questionados todos os alunos (mesmo aqueles que nunca tenham migrado), se entendem a migração como algo positivo ou negativo em suas trajetórias de vida, a migração é majoritariamente entendida como algo positivo entre os alunos de ambas as fases conforme exemplificado nas seguintes respostas: “positivo, devido todo o conhecimento e experiência

adquirida” (Questionário 15 – Física/inicial) e “na minha trajetória positivo, porque temos pouca terra para trabalhar, e foi através disso que consegui conquistar muitos objetivos” (Questionário 45 – Medicina Veterinária/final). As afirmações das respostas foram relacionadas prioritariamente à possibilidade de adquirir experiência e ter acesso a diferentes oportunidades, seguido do entendimento de que a mudança pode representar algo melhor, ou a busca por melhores condições de vida, e ainda, o alcance de objetivos/sonhos do migrante.

Acerca desse aspecto, corrobora Golgher (2004) ao afirmar que apesar de o processo de adaptação em um processo migratório ser muitas vezes permeado de dificuldades e envolver certo custo pessoal, poderão ser experimentadas novas oportunidades de estudo, trabalho e lazer, bem como, novas relações sociais e realizações pessoais poderão ser materializadas. Destaca ainda, que em muitos casos, os migrantes tem a possibilidade de obter rendas superiores às quais teriam em seu local de origem, enfim, são muitas as possibilidades de se obter uma vida melhor em um novo local de moradia, sendo assim, considerados positivos os ganhos com a migração.

A partir das respostas dos jovens evidencia-se a predominância da representação da migração como fator positivo em grande medida e enquanto um passaporte para novas possibilidades, de educação, de trabalho, de renda, de investimento, de acesso a serviços e tecnologia, melhoria das condições de vida. Para estes jovens em particular, migrar para ter acesso ao ensino superior já denota um fator positivo, uma vez que é uma possibilidade de romper com o isolamento muitas vezes vivenciado no meio rural, bem como, as relações de sociabilidade são ampliadas.

Os alunos que entendem a migração como algo negativo (31% em fase inicial e 18% em fase final) justificam as respostas principalmente destacando a importância da agricultura para a sociedade e a sua fragilização associada à migração rural/urbano como afirmaram uma aluna de Química em fase inicial “negativo, pois se todos pensarem em sair do meio rural, ficará poucos agricultores (Questionário 56) e uma aluna de Letras em fase final “negativo, pois a migração para grandes centros acarreta em acúmulo de pessoas na cidade e o êxodo rural” (Questionário 10), bem como, justificam como negativo em virtude de ser necessário abandonar o meio que se gosta de viver (rural), considerando perda de qualidade de vida, o que se expressa na afirmação de uma aluna de Medicina Veterinária em fase final “para mim algo negativo, apesar dos ‘benefícios’, deixar de lado o que vive, a forma, a personalidade (Questionário 41). Ainda em relação ao entendimento da migração como algo negativo, foi destacada a questão das diferenças entre o local de origem e o local de destino, no sentido de dificuldade de adaptação.

Golgher (2004) também corrobora em relação às problemáticas levantadas pelos alunos, ao referenciar a migração como algo negativo, uma vez que os espaços territoriais também são afetados pelos fluxos migratórios, há regiões que absorvem e regiões que perdem população, ficando estagnadas ou em declínio. Para alguns jovens da pesquisa, a migração é entendida como negativa em virtude de afetar o desenvolvimento social das localidades rurais.

Os jovens também manifestaram os aspectos negativos relacionados aos prejuízos afetivos decorrentes de um processo migratório, o que para Golgher (2004, p. 35) trata-se dos prejuízos psíquicos, os quais considera um dos maiores custos decorrentes da migração, afirmando “[...] deixamos para trás amigos e familiares, nossa casa e local onde vivíamos, o espaço onde passamos a infância, etc. No novo local devemos nos adaptar a um novo habitat e, talvez, a uma nova profissão. Novos laços afetivos terão que ser feitos”. Essas questões também foram levantadas nas respostas

Há ainda, entre os respondentes, os que consideram os pontos positivos e negativos no entendimento sobre a migração, sendo uma avaliação relacional ao vivenciado ou imaginado pelo sujeito, de acordo com a resposta de uma aluna de Nutrição em fase inicial “em partes positivo, em partes negativo, pois às vezes as condições esperadas quando migra-se não são as mesmas encontradas ou oferecidas quando chega no local” (Questionário 24) e de uma aluna de Ciências Biológicas em fase final “ambos, positivo, pois muda a vida e a rotina e negativo, pois dependerá do local para o qual migro” (Questionário 47). Nesse sentido, considera-se que os jovens ponderaram entre os pontos positivos e negativos discutidos anteriormente, considerando ainda, que nem sempre as expectativas e objetivos oriundos da migração serão totalmente atingidos.

Comparadas as respostas dos jovens sobre como entendem a migração com a variável local de residência identificou-se que, para os que residem no meio rural 39% entendem a migração como algo negativo, 26% como algo positivo, 22% responderam depende/ambos e os demais não responderam. Já para os jovens que efetuaram migração, houve aumento de respostas entre os que entendem a migração como algo positivo na trajetória de vida, representando 70% das respostas, 13% entendem como algo negativo, 11% responderam depende/ambos, 01 jovem afirmou não ser nem positivo ou negativo, mas necessário e 01 não respondeu.

Verificou-se com esse cruzamento, que entre os migrantes é maior o número de representações positivas, considerando principalmente os ganhos obtidos com a migração, relacionados principalmente pelo acesso ao estudo, trabalho e conseqüentemente melhoria nas

condições de renda. Nesse contexto, os jovens que não efetuaram ou não pretendem pela migração não tem o conhecimento vivenciado por essa experiência.

Tendo em vista a possibilidade de os respondentes optarem por permanecer ou retornar ao meio rural, foram perguntados se acreditam ser uma decisão viável, e 73% dos alunos de fase inicial e 71% dos alunos de fase final afirmaram que sim, que a decisão seria viável, principalmente com afirmações de que enxergam possibilidades positivas no meio rural/agricultura, nos casos de um aluno de Ciências Biológicas em fase final “sim, além de biólogo sou técnico em agropecuária, posso desenvolver projetos bem lucrativos no meio rural, aliando produção sustentável e conservação ambiental” (Questionário 02), de uma aluna de Nutrição em fase inicial “sim, no caso da agricultura familiar, ou trabalhar com a merenda escolar” (Questionário 23) e de uma aluna de Medicina Veterinária em fase final “sim, colocar em prática o que aprendi e viabilizar outras propriedades com tecnologia e trabalho adequado” (Questionário 41). Para muitos dos jovens, trata-se de um projeto de vida associado ao gosto pela vivência no meio rural e pela qualidade de vida, evidenciado nas respostas de um aluno de Física em fase inicial “sim, melhor condição de vida” (Questionário 13) e de uma aluna de Letras em fase final “sim, viável, é uma questão de uma qualidade de vida melhor” (Questionário 09). Ainda, é levantada a questão da sucessão familiar, que desencadeará a manutenção da propriedade agrícola, e da área de formação profissional ser compatível com a vivência na agricultura, principalmente entre os alunos do curso de Medicina Veterinária.

Considerando o grande número de jovens que enxergam viabilidade na permanência ou no retorno ao meio rural pode se fazer uma relação com a análise de Mello et al. (2003) ao destacar que a agricultura e as novas oportunidades de renda que surgem no meio rural se transformam com muita rapidez, como por exemplo, a produção de base agroecológica, os produtos da agroindústria familiar e de qualidade artesanal, os quais apontam a necessidade de um nível educacional mais elevado e uma formação profissional contínua para os agricultores integrarem-se a essas estratégias de fortalecimento da agricultura familiar a partir das novas opções de mercado, destacando-se a importância do acesso à educação, como um diferencial, ou um fator dinamizador de possibilidades para aqueles que tem a intenção de manter uma propriedade rural e desenvolver atividades na agricultura.

As justificativas dos jovens que enxergam a viabilidade na permanência no meio rural também remetem à discussão de Carneiro (2007), de que há em curso uma valorização do lugar de origem por parte dos jovens rurais, sendo que muitos destacam o fator do gosto pela vida que se vive no meio rural. Aqui também aparece essa valorização do lugar de origem

enquanto espaço de segurança/tranquilidade e qualidade de vida e são evidenciados os aspectos positivos do rural.

A viabilidade de permanência no meio rural associada ao curso superior em que o jovem será formado é possibilidade presente quase que exclusivamente para os jovens do curso de Medicina Veterinária. A formação desses jovens tem maior vinculação (em comparação com os demais cursos de graduação) com atividades desenvolvidas em propriedades rurais, aumentando assim as alternativas de atuação e a consequente possibilidade de permanência para esses jovens em uma propriedade rural.

Os alunos que não vêem como viável a permanência ou o retorno ao meio rural, justificam as respostas enfatizando dificuldades de acessibilidade e demais dificuldades relacionadas ao meio rural e à agricultura (produção, renda), tendo em vista as resposta:

Não, pois fica complicado para deslocamento até a cidade (Questionário 25 – Nutrição/inicial).

Não, minha família não possui estrutura agrícola para suportar mais uma família futuramente (Questionário 36 – Medicina Veterinária/inicial).

Não, hoje em dia são necessários muitos recursos para plantar. Muitos não têm (Questionário 06 – Ciências Biológicas/final).

Não, porque depois de formada terei de buscar por trabalho, que cada vez é mais afastado da cidade (Questionário 60 – Química/final).

Veja-se que para os jovens que não enxergam viabilidade na permanência ou no retorno ao meio rural, além do fator da distância entre rural e urbano, tendo em vista a intenção de trabalhar no meio urbano, são destacadas as dificuldades diretamente relacionadas à viabilidade de manter uma propriedade agrícola. Em concordância com o resultado obtido está a discussão já exposta, onde Brumer (2014) – tendo em vista o desenvolvimento de pesquisas com juventude rural – aponta que a perspectiva de permanência dos jovens na agricultura, entre outros fatores, depende ainda da viabilidade econômica do empreendimento para a garantia de uma renda considerada adequada aos futuros agricultores, a qualificação necessária para que o agricultor possa se integrar num mercado competitivo, das oportunidades e estratégias para obtenção de renda complementar à proveniente da atividade agrícola, das relações entre pais e filhos, das relações de gênero, e da opção pela profissão de agricultor e sua valorização pelos novos agricultores.

Com vistas a identificar se existe relação entre a condição do estabelecimento agropecuário e a viabilidade de permanência no meio rural para os jovens, foi realizada a comparação das variáveis relacionadas à propriedade rural com a questão: acredita ser viável permanecer ou retornar para o meio rural?

Entre os respondentes que acreditam ser viável permanecer no meio rural, o estabelecimento agropecuário ao qual tem vínculo, 84% pertencem aos pais dos jovens, 09% pertencem aos próprios jovens, os demais estabelecimentos pertencem a outros. Em relação à condição dos estabelecimentos, 84% são próprios, 07% são de herdeiros, apenas 01 é cedido e, 03 jovens não responderam à questão. 28% dos estabelecimentos têm até 10 hectares, 37% de 11 a 30 hectares e 19% acima de 30 hectares, 16% dos jovens não respondera à questão. 60% afirmaram que há implementos agrícolas na propriedade rural e 70% afirmaram que a renda familiar é exclusiva das atividades agrícolas. A renda familiar mensal informada é de até R\$1.000,00 para 12% das famílias, de R\$1.000,00 a R\$3.000,00 para 35% das famílias e acima de R\$3.000,00 para 23% delas. Alguns destes jovens não responderam à questão renda familiar (30%), uma vez que os jovens que possuem renda própria deveriam informá-la em substituição à informação da renda familiar.

Entre as principais atividades desenvolvidas nesses estabelecimentos estão a produção de leite de vaca e plantio de grãos (51%), seguido da pecuária de corte (16%), avicultura (09%) e hortifruticultura, suinocultura, roça para subsistência, fumo, reflorestamento, produtos coloniais somam as demais produções citadas. Ainda em relação às atividades, em 56% dos estabelecimentos agropecuários são desenvolvidas atividades combinadas, por exemplo, produção de leite e plantio de grãos. Nos estabelecimentos em que se desenvolve apenas uma atividade, em grande medida trata-se de produção de leite de vaca.

Entre os jovens que não acreditam ser viável permanecer ou retornar ao meio rural, o 83% dos estabelecimentos agropecuários aos quais têm vínculo pertencem aos pais dos jovens, apenas 01 pertence a um dos jovens, e um pertence a outros. Em relação à condição dos estabelecimentos, 66% são próprios, 02 são arrendados, representando 16%, e 02 jovens não responderam à questão. Um dos estabelecimentos tem até 10 hectares, 06 tem de 11 a 30 hectares e 05 jovens não respondera à questão. 50% afirmaram que não há implementos agrícolas na propriedade rural, enquanto 25% afirmaram que há implementos e os demais não responderam, e 50% afirmaram que a renda familiar não é exclusiva das atividades agrícolas, sendo exclusiva para 33% das famílias e os demais não responderam. A renda familiar mensal informada é de até R\$1.000,00 para uma das famílias, de R\$1.000,00 a R\$3.000,00 para 06 famílias e acima de R\$3.000,00 para uma delas, 04 destes jovens não responderam à questão renda familiar. Entre as principais atividades desenvolvidas nesses estabelecimentos estão a produção de leite de vaca (58%), seguido do plantio de grãos (33%) e a pecuária de corte e fumo aparecem como atividades para apenas uma propriedade cada, 02 não responderam à questão, e ainda, a combinação de atividades aparece em apenas 03 respostas.

A partir da comparação das respostas verificou-se que os estabelecimentos agropecuários com os quais os jovens mantêm vinculação encontram-se em melhores condições para os jovens que acreditam ser viável permanecer ou retornar ao meio rural. Os estabelecimentos vinculados a estes jovens são em maioria na condição de próprios; existe um número de jovens que são os proprietários dos estabelecimentos; abarcam os maiores tamanhos de terra; em grande medida as rendas familiares são exclusivas das atividades agrícolas – e isso é possível em estabelecimentos mais consolidados; nesses estabelecimentos as rendas mensais familiares são maiores e na maioria deles são desenvolvidas mais do que uma atividade agrícola. As comparações são visualizadas na tabela a seguir.

Tabela 05 – Comparação dos estabelecimentos agropecuários entre os jovens rurais que acreditam ser viável e os que não acreditam ser viável a permanência ou o retorno ao meio rural

| | Acreditam ser viável | Não acreditam ser viável |
|---|---|---|
| A quem pertence o estabelecimento | 84% aos pais 09% aos próprios jovens | 83% aos pais Apenas 01 estabelecimento pertence a um jovem |
| Condição do estabelecimento | 84% próprios 07% de herdeiros 01 é cedido | 66% próprios 02 arrendados |
| Tamanho do estabelecimento | 37% de 11 a 30 hectares 19% acima de 30 hectares | A maioria de 11 a 30 hectares Nenhum acima de 30 hectares |
| Presença de implementos agrícolas | 60% têm implementos | 25% têm implementos |
| Renda exclusiva das atividades agrícolas | 70% | 33% |
| Renda familiar mensal | 35% de R\$1.000,00 a R\$3.000,00 23% acima de R\$3.000,00 | A maioria de R\$1.000,00 a R\$3.000,00 Apenas 01 informou renda acima de R\$3.000,00 |
| Realização de atividades combinadas | 56% dos estabelecimentos são desenvolvidas mais de uma atividade agrícola | Em apenas 03 estabelecimentos são desenvolvidas mais de uma atividade agrícola |

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

*Não foram utilizados os quantitativos referentes a todas as variáveis disponíveis, somente os de maior representação.

Esse resultado, de diferenciação nas condições dos estabelecimentos agropecuários para os jovens que acreditam e para os jovens que não acreditam na viabilidade da permanência no meio rural, se aproximam do que é abordado por Abramovay et al. (1998) ao afirmar que para os filhos de agricultores consolidados (com possibilidade de investimento e acumulação de capital, para além da reprodução familiar) é grande a possibilidade de realizar

um projeto de permanência na agricultura, ao contrário do que ocorre para os filhos de agricultores em transição ou em exclusão. Nesse sentido, nesta pesquisa compreende-se que nos estabelecimentos agropecuários com melhores condições de infraestrutura, organização, capacidade de investimento, produção e renda, há tendências para a permanência do jovem na propriedade rural, o que também influencia em suas representações sobre o processo migratório.

Com vistas a identificar mais uma possibilidade de relação entre a representação sobre migração e o acesso ao ensino superior, os jovens ainda responderam ao questionamento: se não tivesse acesso ao ensino superior, optaria pela permanência no meio rural ou pela migração para o meio urbano? Foi identificado entre o total dos respondentes que a maioria, 55% optaria pela permanência no meio rural, entre os jovens de fase inicial 50% optaria pela permanência, 31% pela migração, 11% afirmaram não saber responder ou estar em dúvida quando à opção e os demais não responderam. Já para os jovens de fase final, 59% optariam pela permanência, 32% pela migração e os demais afirmaram não saber ou estar em dúvida, dependendo de alguns fatores para definir uma opção. As afirmativas pela permanência se deram tendo em vista primordialmente que a propriedade rural já era estabelecida para o grupo familiar, o que oferecia condições de permanência e sucessão familiar da propriedade conforme a afirmação de um aluno de Física em fase inicial “por ter uma boa condição para ficar, e por gostar da atividade” (Questionário 13), ainda foi destacado o gosto pela vivência no meio rural e pelo convívio com a família, de acordo com uma aluna de Química em fase final “pois gosto da vida no meio rural e me adaptaria fácil às atividades ali desenvolvidas” (Questionário 57), bem como, a proximidade com o urbano e a possibilidade de conciliação de atividades rurais e urbanas, evidenciado na resposta de uma aluna de Nutrição em fase final “arrumaria um emprego na cidade e ia continuar no interior” (Questionário 31).

Os alunos que optariam pela migração ao meio urbano, justificaram a opção com destaque para as dificuldades existentes e/ou vivenciadas no meio rural e em oposição ao rural, o que se expressa nas respostas de um aluno de Física em fase inicial “mesmo assim iria ao meio urbano, devido às dificuldades existentes” (Questionário 15), de uma aluna de Química em fase inicial “só a agricultura não é suficiente para ter uma vida digna. Só se faz para viver, não sobra nada” (Questionário 54) e de um aluno de Ciências Biológicas em fase final “pelas dificuldades enfrentadas, pelo abandono da população do campo pelas políticas públicas” (Questionário 01). Também foi destacado o campo de possibilidades existente no meio urbano com vistas à melhoria das condições de vida (trabalho e renda) para aqueles que optariam pela migração, de acordo com as alunas de Nutrição em fase inicial e de Ciências

Biológicas em fase final “optaria pelo meio urbano, pois o ganho é bem maior do que o do meio rural” (Questionário 26), para trabalhar por e com melhores condições (Questionário 03).

Colocando-se esses dados em relação com os resultados gerais da pesquisa, destaca-se que as intenções de permanência no meio rural caso não tivessem acessado o ensino superior não relacionam-se diretamente a acessar ou não o ensino superior. Veja-se que para aqueles que manifestaram intenção de permanência, o fariam em virtude de estar em uma propriedade rural já estabelecida, de gostar do estilo de vida rural e de ter possibilitada a condição de conciliar atividades urbanas devido à proximidade entre os espaços. E, para aqueles que manifestaram intenção de migrar, o fariam em virtude das dificuldades vivenciadas na condição de agricultor e das possibilidades e oportunidades presentes no meio urbano para a melhoria das condições de vida. Destaca-se ainda, a considerável intenção de retorno entre os jovens que efetuaram a migração. Nesse sentido, a busca pelo ensino superior não é fator determinante para a migração, e a UFFS tem papel fundamental para os jovens rurais – porém, não somente para eles – no sentido de ampliar-lhes o campo de possibilidades a partir da realidade em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com vistas a suscitar o debate acerca do fenômeno migratório para a juventude rural abrangida pela atuação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* Realeza PR, esta dissertação foi norteada pela problematização de que haveria relação entre as representações dos jovens rurais da UFFS Realeza sobre migração e sua inserção ou formação na referida universidade. Para tanto, objetivou-se analisar a relação existente entre essas variáveis, as representações sobre a migração a partir do fator de inserção na universidade.

O caminho percorrido para a construção deste estudo deu-se inicialmente com a pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa de campo realizada junto ao *campus* Realeza da UFFS, através da aplicação de questionários com sessenta jovens alunos dos seis cursos de graduação da universidade. Os jovens participaram da pesquisa espontaneamente em função do pertencimento à realidade rural em algum momento da trajetória de vida, ou à identificação enquanto filho de agricultor ou jovem rural.

No que se refere a aspectos de destaque do perfil dos sujeitos da pesquisa, os jovens participantes têm idades entre 17 e 33 anos e 75% são jovens do sexo feminino. Essa participação predominantemente feminina no acesso ao ensino superior pelos jovens rurais indica a questão de gênero presente nas relações sociais do meio rural, uma vez que, ainda são vivenciados papéis diferentes entre homens e mulheres, sendo relegados às jovens do sexo feminino espaços de subalternidade, podendo impelir à busca de alternativas fora do meio rural. Destaca-se que essa busca se dá muitas vezes pela formação superior.

No entanto, para esta pesquisa, apesar de que a relação entre cursar ensino superior e intencionar pela migração seja maior entre as jovens do sexo feminino, a grande participação das jovens na universidade, não está majoritariamente relacionada à intenção de migração. Não há necessariamente uma recusa das jovens em relação ao meio rural. Percebe-se uma recusa maior em relação às atividades da agricultura, porém, muitas jovens pretendem permanecer ou retornar ao meio rural.

Os jovens rurais da UFFS Realeza são predominantemente provenientes das microrregiões de Capanema e Francisco Beltrão, pertencentes à mesorregião Sudoeste Paranaense. Essa característica denota o papel que a universidade desempenha no espaço em que se insere, uma vez que atende a demanda proposta a partir de sua constituição. A população do espaço de abrangência da universidade e os jovens rurais estão acessando o direito ao ensino superior. Acredita-se que o fator determinante para que isso ocorra

relaciona-se à UFFS estar localizada no espaço estratégico para essa demanda, até então desassistida no que se refere a ensino superior público. Nesse sentido, a universidade faz diferença ao democratizar o acesso à educação e desenvolver o espaço que atinge com sua atuação. Ainda, para muitos dos jovens rurais, a UFFS coloca-se como a única opção de acesso ao ensino superior, uma vez que as escolhas pelos cursos de graduação na universidade estão relacionadas aos fatores proximidade do local de residência do jovem e gratuidade do ensino. Percebe-se que o fator afinidade com a área do curso não é o mais relevante para a escolha da universidade, tendo em vista que o jovem acessa o que está ao alcance de suas possibilidades.

Optou-se pela análise dessa realidade através das representações sociais, a partir das quais foi possível identificar algumas tendências, embora, reconheça-se que essas tendências não são estáticas, sendo passíveis de reconfiguração. O que se identificou com os jovens rurais inicialmente é que o acesso ao ensino superior se dá para melhorar as condições de vida, trabalho e renda, em alguns casos relacionados às dificuldades vivenciadas na agricultura. Há uma recusa da atividade agrícola, mas não há recusa do estilo de vida no meio rural. No entanto, entre estes jovens, não se confirma a tendência de que o ensino superior necessariamente impele o jovem para a migração, uma vez que para a maioria deles, a opção por cursar ensino superior não está relacionada à intenção de migrar. Ainda, entre estes, a maioria enxerga possibilidade de permanência no meio rural a partir da formação superior.

Os jovens em grande medida acreditam que o curso superior que frequentam favorece para que permaneçam no meio rural, bem como, enxergam possibilidade de permanência a partir da formação superior. Nesse sentido, a partir das justificativas dos jovens, compreende-se que a UFFS acaba por influenciar nas representações, ou ainda, poderá viabilizar a permanência de jovens no meio rural, não no sentido de otimizar a atividade rural em si, mas no sentido de criar alternativas de renda e de viabilização da manutenção da propriedade e das atividades rurais pela possibilidade da sua combinação com outras atividades produtivas, como ser Professor, Nutricionista ou Médico Veterinário. Verifica-se que o curso superior não é tão determinante para aqueles que intencionam pela permanência no meio rural, uma vez que mesmo sendo uma licenciatura, não relacionada à atividade rural, será uma alternativa a mais para aquele jovem que deseja manter a propriedade e viver no meio rural, tendo em vista que em grande medida, ele já entra na universidade com a ideia de permanência e não de migração.

A questão da conciliação de atividades e moradia rurais com atividades urbanas ou o desempenho de atividades fora da propriedade rural, a chamada pluriatividade, coloca-se para

os jovens rurais inseridos na UFFS *Campus Realeza*, e não somente para eles, enquanto possibilidade de vivenciar o meio rural ao qual estão vinculados, seja através da propriedade agrícola ou da família, concomitante ao desenvolvimento de atividades no meio urbano, que lhes possibilitem melhores condições de trabalho e renda, bem como realização profissional e pessoal. No entanto, essa realidade deve ser colocada em discussão, uma vez que a necessidade de pluriatividade denota a insuficiência do trabalho agrícola das propriedades de agricultura familiar que são predominantes na mesorregião de abrangência dos sujeitos da pesquisa. Apesar dessa problemática, entende-se que a tendência de pluriatividade que aparece nessa realidade, pode viabilizar a permanência do jovem no meio rural a partir de sua formação superior.

Os resultados provenientes dos dados também levaram à seguinte compreensão, de que não é a formação superior em si que influencia nas representações dos jovens sobre os processos migratórios, mas as possibilidades decorrentes da formação que proporcionarão alternativas de permanência no meio rural que influenciam nas representações e conseqüentemente nas perspectivas dos jovens sobre as possíveis permanências ou migrações. Ainda que a UFFS não promova diretamente alternativas de sustentabilidade na agricultura, a partir do conjunto dos dados, percebe-se que a instituição não nega o modo de vida que se apresenta em seu espaço de abrangência, não relega esse modo de vida enquanto inferior e não leva esses jovens à recusa dessa modalidade de vida.

No que se refere às representações sobre a migração, os jovens rurais a representam em grande medida enquanto o deslocamento de um lugar para outro. No entanto, acrescentam em algumas representações as experiências positivas ou negativas decorrentes do processo migratório vivenciado ou não por eles, como por exemplo, “a busca por melhores condições de vida”, “a saída do lugar que gosto”, “o desinteresse por uma agricultura nova e planejada”, a “necessidade”. Ainda, entende-se que as representações sobre processos migratórios a partir da inserção no ensino superior, estão relacionadas à ampliação de oportunidades, possibilidades, estando pouco relacionadas a um sonho de mudar de lugar, de vislumbrar o urbano ou as grandes cidades, e mais ligadas ao desejo de criar alternativas que permitam viver melhor no espaço em que já se vive.

A migração é majoritariamente entendida como positiva entre os jovens que já efetuaram migração na trajetória de vida. Isso possivelmente relaciona-se às experiências já vivenciadas que possibilitaram uma gama de novas relações, bem como, estudar, trabalhar, ter acesso a outras formas de lazer, bens e serviços muitas vezes não disponíveis no meio rural,

conciliar o transito entre os espaços rural e urbano, o que não foi experimentado entre os jovens que nunca efetuaram migração.

Outra característica que se destaca, é que não aparecem intenções de migração para grandes centros urbanos. Para os jovens, a partir da formação superior, mesmo que a intenção não seja de permanecer no meio rural, pretendem ficar nos pequenos municípios, não realizando necessariamente uma ruptura com a microrregião ou mesorregião de origem. Diante do exposto, não há necessariamente a negação do estilo de vida rural, e sim uma maior negação das dificuldades enfrentadas na agricultura. No entanto, mesmo assim, uma parcela representativa dos jovens não tem intenção de desenraizar-se, uma vez que, se permanecer nos pequenos municípios, continuará a vivenciar as características de ruralidade.

No conjunto dos dados que procuraram identificar as perspectivas de permanência ou migração entre os jovens, verifica-se que para os jovens que residem no meio rural há um equilíbrio entre aqueles que querem permanecer e aqueles que querem migrar para o meio urbano, tendo em vista a existência de algumas indecisões. Já para os jovens que residem no meio urbano, mais da metade deles afirma a intenção de retornar para o meio rural em algum momento da vida.

Esse resultado já indica uma característica dos processos migratórios que permeiam a trajetória de vida dos jovens rurais da pesquisa, no sentido de que esses processos não envolvem decisões definitivas, podendo ser alterados conforme as situações vivenciadas pelos sujeitos. Em grande medida, os jovens rurais que efetuaram a migração afirmaram que a decisão não era definitiva, havendo possibilidade de retorno ao meio rural quando conquistadas melhores condições de vida. Assim, a possibilidade de migração existe concomitantemente à possibilidade de permanência ou de retorno.

A existência da possibilidade de retorno ainda está relacionada com a questão da viabilidade de ocorrer esse retorno. Para esta pesquisa, mais de 70% dos jovens de ambas as fases acreditam ser viável permanecer ou retornar ao meio rural, no entanto, essa viabilidade perpassa pela existência de condições objetivas para tal. Como já foi apontado, essa condição objetiva não se refere diretamente ao tipo de formação que o jovem receberá, mas às alternativas proporcionadas a partir da formação para o desenvolvimento de atividades fora da agricultura, com vistas à conciliação de atividades ou manutenção da propriedade rural para moradia. As condições objetivas de permanência ou retorno ao meio rural também estão em grande medida relacionadas à condição dos estabelecimentos agropecuários aos quais os jovens estão vinculados, seja na condição de proprietário, ou na condição de filho do proprietário e um possível futuro sucessor. Identificou-se que entre os jovens que acreditam

ser viável permanecer no meio rural ou retornar a ele, os estabelecimentos agropecuários encontram-se em melhores condições, ou seja, é identificada a tendência de que nos estabelecimentos mais consolidados, são maiores as possibilidades de se realizar um projeto de permanência no meio rural.

Outro fator determinante para os jovens que pretendem permanecer no meio rural, seja para manter a propriedade e desenvolver atividades agrícolas, seja para apenas residir naquele meio e desenvolver atividades na cidade, é o fator da proximidade do espaço urbano. Muitos desses jovens têm a possibilidade de cursar o ensino superior sem a necessidade de mudar-se para o meio urbano, indo para a universidade todos os dias e retornando para a residência no meio rural. Nesse sentido, esse aluno, caso não queira, não é forçado a desenraizar-se da sua realidade, a efetuar a migração definitiva para ter acesso à educação. Diante do contexto, o espaço em que se insere a universidade tem papel mais decisivo para a permanência dos jovens no meio rural do que o currículo e a área de enfoque dos cursos.

Para a realidade desses jovens rurais, o fator proximidade é considerado determinante para aqueles que permanecem no meio rural, ao afirmarem que a proximidade permite residir no espaço rural e estudar e trabalhar no espaço urbano, deslocando-se e retornando todos os dias, bem como, para aqueles que migram do meio rural, ao afirmarem que um dos motivos para a migração relaciona-se à distância entre a propriedade rural e a cidade, o que dificulta o deslocamento e o retorno diário, sendo necessária a migração para a cidade quando se quer desenvolver atividades no espaço urbano. No entanto, em grande medida, os jovens desta pesquisa têm possibilitada a condição de transitar entre esses espaços de vida, de qualidade de vida no meio rural, valorizado por eles, e o meio urbano, de facilidades e acesso a trabalho e renda, uma possibilidade de vivenciar o melhor do rural e o melhor da cidade.

Com vistas a dar resposta ao objetivo de comparação entre as representações dos jovens em fase inicial e final da graduação, em termos gerais não houve diferenças significativas entre as representações dos jovens de ambas as fases. Porém, identificou-se em alguns aspectos que as representações sobre migração mudam para os alunos de fase final, ou seja, para aqueles que têm mais tempo de formação. Os alunos de fase final relacionam menos a procura por ensino superior ao desejo de migrar, e são a maioria que enxergam possibilidade de permanência no meio rural a partir da formação superior.

Conforme a análise dos resultados percebe-se que essa característica está mais relacionada com uma valorização, por parte dos jovens, dos aspectos positivos do lugar de origem, do gosto pela vida no meio rural, do que com a formação superior em si, que este jovem está acessando. No entanto, a formação disponibilizada pela universidade desempenha

papel fundamental no sentido de promover alternativas que viabilizem a opção dos jovens pela permanência ou retorno ao meio rural.

A guisa de considerações finais, porém, destacando-se a necessidade de continuidade de discussão acerca da realidade pesquisada, tendo em vista o caráter relacional e dinâmico dos objetos de estudo das Ciências Sociais, visualiza-se que os jovens rurais da UFFS Realeza querem e buscam oportunidades, alternativas para a melhoria das condições de vida. E essa busca por melhoria de vida não passa pela negação do modo de vida rural, do local de origem. Estudar nessa universidade, frequentar esses cursos superiores, representa uma opção para os jovens rurais com vistas a viabilizar melhorias de oportunidades enquanto migrantes, bem como, a continuidade da vivência no meio rural e a combinação com outras atividades urbanas.

A representação acerca da migração para esses jovens é percebida para além da atração pelo meio urbano, considerando que a preferência pelo lugar de moradia e pelo modo de vida em grande medida, é o meio rural. Nesse contexto, o acesso à educação não é necessariamente um passaporte para a saída dos jovens dos espaços rurais, podendo pelo contrário, ser fator influenciador de situações de permanência, sucesso e desenvolvimento no meio rural para a juventude.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. Debate. In. CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 67-71.

ABRAMOVAY, Ricardo; et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasil: UNESCO, 1998.

AMSOP (Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná). **Mapa**. Disponível em: <http://www.cogemas.pr.gov.br/arquivos/Image/ImagemMapas/AMSOP.jpg>. Acesso em: 12/09/2016. il. color.

ARENHARDT, D.; SOUZA, M. de; FRANCHI, T. Stefanel: "O jovem rural e seu olhar sobre o futuro: a busca por melhor condição de vida nos centros urbanos". **Contribuciones a las Ciencias Sociales**. Junio 2014. Disponível em: www.eumed.net/rev/cccss/28/juventude-rural.html. 24/12/2015.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e ciências sociais: trânsito e atravessamentos. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 24. Nº 03. Brasília, Sept./Dec. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000300006. Acesso em 20/01/2016.

BRASIL. **Censo Demográfico 2010. Características da população e dos domicílios: resultados da amostra**. IBGE, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/migracao/censo2000_migracao.pdf. Acesso em 20 de março de 2016.

_____. **Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 01/02/2016.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em 20/01/2016.

_____. **Plano Nacional de Educação 2000/2010**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. 28/12/2015.

_____. **Política Nacional de Assistência Social.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2004.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-52.

_____. As perspectivas dos jovens agricultores familiares no início do século XXI. In: RENK, A; DORIGON, C. **Juventude rural, cultura e mudança social.** Chapecó: Argos, 2014. p. 115 - 138.

_____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas.** Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril, 2004.

_____. **Sucessão geracional na agricultura.** X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, Foz do Iguaçu – 14-17 de maio de 2014. Disponível em: <http://sbspanais.com.br/uploads/artigos/Resumo%20de%20Palestra%20%282%29.pdf>. Acesso em: 08/02/2016.

_____; SOUZA, Rebeca H. V. de; ZORZI, Analisa. **O futuro da juventude rural.** GT 08: Juventude e terceira idade no meio rural. VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2002. Disponível em: <http://www.alasru.org/pdf/congreso2002.pdf>. Acesso em: 08/02/2016.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:** panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CARDIN, Eric Gustavo. Fundamentos teóricos para o estudo das migrações. In: COLOGNESE, Silvio Antônio (Org.). **Novas fronteiras para o saber sociológico.** Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 59-76.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 53-66.

_____. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira.** São Paulo: Instituto Cidadania: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. **Ruralidade: novas identidades em construção.** Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural. Natal. Agosto, 1997. p. 53 – 74.

CASTRO, Elisa Guaraná; et al. **Os jovens estão indo embora? juventude rural e a construção de um ator político.** Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

_____. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez e Juventud.** Vol. 7, n.º. 01, Manizales: jan/june 2009.

CHAUVEAU, Hélène. O lugar do acesso (ou não acesso) ao lazer e à cultura na relação que os jovens rurais tem com os territórios do interior catarinense. In: RENK, A; DORIGON, C. **Juventude rural, cultura e mudança social.** Chapecó: Argos, 2014. p. 99-114.

CUNHA, Ilana dos Anjos. Debate. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 73-74.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. Expectativas de jovens camponeses na universidade: os desafios de uma formação em nível superior. **Inter-Ação.** Goiânia, v. 36, n. 1, p. 263-283, jan./jun. 2011.

DATASUS. **População residente, segundo microrregião IBGE.** Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?ibge/cnv/poppr.def>. Acesso em: 14/12/2016.

_____. **Taxa bruta de natalidade, segundo região e UF.** Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/a07b.htm>. Acesso em 14/01/2017.

DEMARCO, Stefano Moraes; MAIA, Claudio Machado. A Universidade Federal da Fronteira Sul: uma política pública em processo de implementação na perspectiva de uma construção social e de interesses regionais. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento,** v. 2, n. 2, p. 80-93, jul./dez. 2013.

FARR, R. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais.** 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FLORES, Edson Luiz. Sudoeste paranaense: agricultura familiar ou capitalista? **Revista Faz Ciência.** Vol. 9, n. 9, jan./jul. 2007, pp. 59-80.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

FRANTZ, Walter. Organização cooperativa na agricultura familiar. In: ARTH, Paulo A (Org.). **História do campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012, p. 295-317.

GAVIRIA, M. R.; PEZZI, S. M. O poder simbólico da renda na mobilização social de jovens de comunidades rurais. In: MENACHE, R. (Org.). **A agricultura familiar à mesa. Saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

GOLGHER, A. B. **Fundamentos da migração**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.

GROPPO, Luiz Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUARESCHI, Pedrinho A. “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 153 -182.

GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S. Introdução. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 17-24.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010 Paraná**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=41&dados=0>. Acesso em 14/12/2015.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010 Brasil**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em 14/12/2015.

_____. **Leituras Regionais: mesorregiões geográficas paranaenses: sumário executivo**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2004. Disponível em: www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_sumario_executivo.pdf. Acesso em: 09/01/2017.

_____. **Perfil da região geográfica sudoeste paranaense**. Disponível em: <file:///C:/Users/Talita/Desktop/Agricultura%20Familiar/Sudo2015este%20PR/MontaPerfil.php.html>. Acesso em: 14/12/2015.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 53-72.

KUMMER, Rodrigo. **Juventude rural, entre ficar e partir**: a dinâmica dos jovens rurais da comunidade de Cerro Azul, Palma Sola/SC. Dissertação. Toledo: Unioeste, 2013. Disponível em:
http://200.201.88.199/porta1pos/media/File/ciencias_sociais/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20RODRIGO%20-%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf. Acesso em: 18/03/2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Lutas sociais no campo e políticas públicas. Do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direitos pelas mulheres camponesas**. Maceió: EDUFAL, 2011.

MACEDO, Severine Carmem. Políticas públicas, direitos e participação. Representantes de movimentos sociais e do governo. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 94-99.

MACHADO, Laêda Bezerra. **Representações sociais, educação e formação docente**: tendências e pesquisas na IV Jornada Internacional. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>. Acesso em 13 jun. 2011.

MAIA, Alexandre Gori; BUAINAIN, Antonio Marcio. O novo mapa da população rural brasileira. *Confins* [Online], 25 | 2015. Disponível em: <http://confins.revues.org/10548>. Acesso em 20 de março de 2016.

MANNHEIM, Karl. *El problema de las generaciones*. **REIS**. 62/1993, p. 193-242.

MELLO, Márcio Antonio de; et al. **Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores**. Apresentação oral, Grupo de Pesquisa 12: Questões sociais no meio rural. XLI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora - MG, 2003. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/educacao-formal-e-os-desafios-para-a-formacao-de-uma-nova-geracao-de-agricultores/>. Acesso em 01/03/2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 73-92.

_____. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONDARDO, Marcos Leandro. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Rio de Janeiro, vol. 28, n. 1, p. 103-131, jan./jun. 2011.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 11 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. Resenha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19, nº. 55, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200014. Acesso em: 22/02/2016.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas**. SOCIUS. Universidade de Lisboa, Portugal, 2004. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2037/1/wp200411.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2016.

POLI, Jaci. **Da posse para a propriedade da terra no Sudoeste do Paraná (1962 – 1973)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

RAMALHO, Hilton Martins de Brito. **Migração rural-urbana no Brasil: determinantes, retorno econômico e inserção produtiva**. Recife: O Autor, 2008. Disponível em: http://repositorio.ufpe.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3712/arquivo3495_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 de março de 2016.

RENK, Arlene; DORIGON, Clovis. Trabalho, juventude rural e mudança social. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis (Orgs.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.

ROMÃO, José Eustáquio; LOSS, Adriana Salette. A Universidade Popular no Brasil. **Foro de Educação**, 12(16), 2014. p. 141-168. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14516/fde.2014.012.016.006>. Acesso em: 08/02/2016.

SÁ, Celso Pereira de. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 19-45.

SANTOS, Roseli Alves. Território e modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná. **Revista Espaço Acadêmico**, n°. 118, março de 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11732>. Acesso em: 04/02/2016.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo, Expressão Popular, 2006, p. 130-157.

SAYAD. Abdelmalek. **O retorno**: elemento constitutivo da condição do migrante. Travessia, v.13, n. esp., p.7-32, jan. 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 18. n°. 51. fev. 2003. p. 99-122.

SCOTT, Parry. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. P. 15-36. Disponível em: https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/Livros_Fages/genero%20e%20gera_o%20em%20contextos%20rurais.pdf. Acesso em: 10/02/2016.

SIQUEIRA, Luisa H. S. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. Dissertação. UFRGS: Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7053/000538866.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04/07/2016.

SOUZA FILHO, Edson Alves de. Análise de Representações Sociais. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 109-148.

STOFFEL, Jaime Antonio. **A viabilidade da agricultura familiar**: formas de organização produtiva no Oeste do Paraná. Dissertação. Unioeste: Toledo, 2004. Disponível em: <ftp://www.unioeste.br/Bib/pdfs/Dissertacao%20Jaime%20Stoffel.pdf>. Acesso em: 08/02/2016.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os dilemas da juventude no processo sucessório da agricultura familiar. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis (Orgs.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014. p. 139 – 162.

_____. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 279-296.

TAVARES, Edson Diogo. **Da agricultura moderna à agroecologia: análise da sustentabilidade de sistemas agrícolas familiares**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Embrapa, 2009.

TEDESCO, João Carlos. Contratualização e racionalidade familiar. In: **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. TEDESCO, João Carlos (Org.). 3ª ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 107-148.

TOLEDO, Virginia. **Por falta de jovens, produtores rurais temem futuro da agricultura familiar**. Rede Brasil Atual, 2011. Disponível em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2011/09/por-falta-de-jovens-produtores-rurais-temem-futuro-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 14 de março de 2016.

TORRENS, João Carlos Sampaio. **Território e desenvolvimento: a experiência de articulação territorial do Sudoeste do Paraná**. MDA/FAO. Curitiba, 2007. Disponível em: www.deser.org.br/publicacoes/estudosTerritoriais_2.pdf. Acesso em: 26/01/2017.

TREVISOL, Joviles Vítório. O ensino superior público na Mesorregião Fronteira Sul: a implantação da UFFS. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra&Vida. Chapecó: UFFS, 2015. p. 333 – 351.

TROIAN, Alessandra. **Percepções e projetos de jovens rurais produtores de tabaco de Arroio do Tigre/RS**. Tese. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96702/000918662.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10/02/2016.

UFFS. **A UFFS**. Disponível em: <http://www.uffs.edu.br/>. Acesso em: 04/01/2016.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Biológicas – Licenciatura**. Disponível em:

http://uffs.edu.br/images/DOP/PPC_BIOLOGICAS_REALEZA_2014_2.pdf. Acesso em 10/09/2016.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Física – Licenciatura**.

Disponível em: http://uffs.edu.br/images/DOP/FISICA_REAL_2014_20_01-.pdf. Acesso em 10/09/2016.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura.** Disponível em:
http://uffs.edu.br/images/DOP/PPC_Letras_2013_atualizado_17_11_14.pdf. Acesso em 10/09/2016.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Medicina Veterinária – Bacharelado.** Disponível em:
http://uffs.edu.br/images/DOP/VETERINARIA_2013_27_04_15.pdf. Acesso em: 10/09/2016.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Nutrição – Bacharelado.** Disponível em: http://uffs.edu.br/images/DOP/PPC_NUTRIO_2013.pdf. Acesso em: 10/09/2016.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Química – Licenciatura.** Disponível em: http://uffs.edu.br/images/DOP/PPC_Qumica_Real_2013_-_04_03_14.pdf. Acesso em: 10/09/2016.

VALADARES, Alexandre Arbex; et al. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa (Orgs). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas.** Brasília: Ipea, 2016.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Jorge Zahar. 3ª ed. 1994.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 21-34.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** TEDESCO, João Carlos (Org.). 3ª ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-56.

WEISHEIMER, Nilson. **Os jovens agricultores e o processo de trabalho da agricultura familiar.** GT 08: Juventude e terceira idade no meio rural. VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2002. Disponível em:
<http://www.alasru.org/pdf/congreso2002.pdf>. Acesso em: 08/02/2016.

_____. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 237-251.

_____; et al. **Sociologia da Juventude**. Curitiba: InterSaber, 2013 – (Série Por Dentro das Ciências Sociais).

WIKIPÉDIA. **Mesorregião do Sudoeste Paranaense (mapa)**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Sudoeste_Paranaense#/media/File:Parana_Meso_SudoesteParanaense.svg. Acesso em: 12/09/2016. il. color.

ZAGO, Nadir. **Em busca de novos horizontes: migração e ensino superior nos projetos de jovens de origem rural**. Fazendo Gênero 10, 2013. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1385582531_ARQUIVO_NadirZago.pdf. 26/12/2015.

ZAGO, Nadir; BORDIGNON, Cristina. **Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos**. IX ANPED SUL, 2012. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Psicologia_da_Educacao/Trabalho/06_38_40_1096-7351-1-PB.pdf. 26/12/2015.

ZAGO, Nadir. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**. vol. 21, n. 64, jan.-mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782016000100061&lng=pt&nrm=iso&tlng=en. 26/12/2015.

APÊNDICE 01**Mapeamento - Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza PR**Talita Lúcia Lamb: Aluna do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu*

Mestrado em Ciências Sociais - Unioeste Toledo PR

Curso: _____

Fase: _____ N° de alunos matriculados: _____

| Idade | Sexo | Você é filho de pequenos agricultores? | Você reside no meio rural atualmente? | Qual o nº de hectares de terra que sua família possui? | Município e UF de origem | Contato Fone/e-mail |
|--------------|-------------|---|--|---|---------------------------------|----------------------------|
| | F () M () | Sim () Não () | Sim () Não () | | | |
| | F () M () | Sim () Não () | Sim () Não () | | | |
| | F () M () | Sim () Não () | Sim () Não () | | | |
| | F () M () | Sim () Não () | Sim () Não () | | | |
| | F () M () | Sim () Não () | Sim () Não () | | | |
| | F () M () | Sim () Não () | Sim () Não () | | | |
| | F () M () | Sim () Não () | Sim () Não () | | | |
| | F () M () | Sim () Não () | Sim () Não () | | | |
| | F () M () | Sim () Não () | Sim () Não () | | | |
| | F () M () | Sim () Não () | Sim () Não () | | | |
| | F () M () | Sim () Não () | Sim () Não () | | | |
| | F () M () | Sim () Não () | Sim () Não () | | | |
| | F () M () | Sim () Não () | Sim () Não () | | | |
| | F () M () | Sim () Não () | Sim () Não () | | | |

Data: ____/____/____.

APÊNDICE 02

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MESTRADO
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, FRONTEIRAS E IDENTIDADES
Projeto de Pesquisa: Migrações de Jovens Rurais e Formação Superior: o caso da Universidade
 Federal da Fronteira Sul *Campus* Realeza – PR
Pesquisadora: Talita Lúcia Lamb
Orientador: Dr. Silvio Antonio Colognese

QUESTIONÁRIO – ALUNO

Data: ____/____/____

Nome: _____

Cidade: _____

E-mail: _____ Telefone: _____

1. Perfil do sujeito

1.1 Você é filho de agricultor ou é proveniente do meio rural? Sim () Não ()

1.2 Idade: _____

1.3 Sexo: Feminino () Masculino ()

1.4 Você se considera um jovem rural? Sim () Não () Por quê? _____

1.5 Você trabalha? Sim () Não ()

Se sim, qual sua profissão? _____

1.6 Reside no meio rural atualmente? Sim () Não ()

Se sim:

▪ Com quem reside? _____

▪ Desenvolve atividades junto à agricultura? Quais? _____

Se não:

▪ Há quanto tempo saiu do meio rural? _____ meses / _____ anos?

▪ Porque saiu do meio rural? _____

▪ Como são mantidas suas necessidades (moradia, alimentação, transporte, etc.) fora do meio rural? _____

1.7 Possui uma renda própria? Sim () Não ()

Se sim:

▪ Qual a origem da renda? _____

▪ Valor aproximado da renda mensal própria? R\$ _____

Se não:

▪ Qual a renda mensal aproximada do seu grupo familiar? R\$ _____

2. Condição do estabelecimento agropecuário

2.1 Pertence a você () Pertence a seus pais () Outro () Explique: _____

2.2 Próprio () Cedido () Arrendado () De herdeiros () Outra (): qual?

Se próprio: Quitado () Financiado (): de que forma?

2.3 Tamanho do estabelecimento agropecuário? _____ hectares / _____ alqueires?
Quais as principais atividades desenvolvidas no estabelecimento agropecuário?

2.4 Há implementos agrícolas no estabelecimento? Sim () Não ()

Se sim, quais? _____

2.5 A renda do grupo familiar provém exclusivamente das atividades agrícolas? Sim () Não ()

3. Acesso à educação/curso superior

3.1 Qual curso superior da UFFS *Campus Realeza* você frequenta? _____

3.2 Qual a fase que frequenta? _____ Em qual período? Manhã () Tarde () Noite ()

3.3 Porque decidiu cursar ensino superior? _____

3.4 Sua opção por cursar ensino superior está relacionada a um desejo de migrar do meio rural para o meio urbano? Sim () Não () Por quê? _____

3.5 Porque ingressou na UFFS e não em outra universidade? _____

3.6 Porque optou por este curso superior? _____

3.7 Tinha intenção de frequentar outro tipo de curso superior? Explique: _____

3.8 Você acredita que este curso superior favorece para que permaneça no meio rural?

Sim () Não () Por que? _____

3.9 A partir da formação superior você pretende permanecer no meio rural? _____

3.10 Como imagina sua vida após a conclusão do curso superior em termos de atividade profissional? _____

3.11 O meio rural ou a agricultura familiar são abordados em algum momento junto ao seu curso de graduação? Sim () Não ()

Se sim, em quais momentos e como?

3.12 A partir do seu curso superior você enxerga possibilidades de permanência no meio rural?

Sim () Não () Por quê? _____

3.13 Você imagina que há possibilidade de continuar os estudos e permanecer no meio rural?

Sim () Não () Por quê? _____

4. Migração

4.1 Caso resida no meio rural atualmente: pretende permanecer ou pretende migrar em algum momento da vida para o meio urbano? Por quê?

4.2 Caso resida no meio urbano atualmente: pretende permanecer ou pretende retornar em algum momento da vida para o meio rural? Por quê?

4.3 Se migrou para o meio urbano: porque decidiu pela saída do meio rural? _____

- A decisão pela migração para o meio urbano é definitiva ou há possibilidade de retorno para o meio rural? Por quê? _____

4.4 Para você, o que representa a migração? _____

4.5 Você entende a migração como algo positivo ou negativo em sua trajetória de vida (mesmo que nunca tenha migrado)? Por quê? _____

4.6 Você prefere residir no meio urbano ou no meio rural? Por quê? _____

4.7 Caso queira permanecer ou retornar para o meio rural, você acredita que essa decisão é viável? Sim () Não () Por quê? _____

4.8 Se não tivesse acesso ao ensino superior, optaria pela permanência no meio rural ou pela migração para o meio urbano? Por quê? _____

4.9 As escolhas efetuadas até o momento e suas perspectivas futuras foram planejadas por você? Explique: _____
